



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 58

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 22 de Novembro de 2006

Presidente: *Deputado Costa Pereira (Substituído no decorrer da Sessão pelo Presidente da ALRAA, Deputado Fernando Menezes)*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Luís Henrique Silva)*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos)

Feita a chamada dos Srs. Deputados, deu-se continuidade ao debate das **Propostas de Decreto Legislativo Regional – “Plano Regional Anual para 2007” e “Orçamento Regional Anual para 2007”**.

Usaram da palavra os Srs. José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Jorge Macedo (*PSD*), Ana Isabel Moniz (*PS*), Alberto Pereira (*PSD*), Maria José Duarte (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Nélia Amaral (*PS*), Sérgio Ferreira (*PSD*), Alberto Costa (*PS*), Luís Paulo Alves (*PS*), Henrique Ventura (*PS*), António Ventura (*PSD*), Jaime Jorge (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Aires Reis (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Cláudio Lopes (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), José Gaspar Lima (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Economia (*Duarte Ponte*), dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*), da

Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*) e o Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

Para declarações finais usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Submetida a proposta de Plano Regional Anual à votação, a mesma foi aprovada por maioria na generalidade, especialidade e votação final global.

No debate na especialidade usaram da palavra os Srs. Deputados José Rego (*PS*), Osório Silva (*PS*), Herberto Rosa (*PS*), António Marinho (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Nuno Tomé (*PS*), o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*), e o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*).

Seguiu-se a votação da proposta de Orçamento Regional Anual para 2007, registando-se também a aprovação por maioria, com excepção dos artigos 22º, 26º e 27º.

Para uma declaração de voto usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão (*Indep.*).

(Os trabalhos terminaram às 21 horas e 50 minutos)

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**
Fernanda Correia Garcia **Trindade**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Hélder Guerreiro Marques **Silva**
Henrique Correia **Ventura**
Hernâni Hélio **Jorge**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Nuno André da Costa Soares **Tomé**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
António Pedro Rebelo **Costa**

Cláudio José Gomes Lopes

Jaime António da Silveira Jorge

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Fernando Dinis Gomes

José Manuel Avelar Nunes

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Luís Henrique da Silva

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte

Mark Silveira Marques

Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Presidente: Estão presentes 44 Deputados.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Vice-Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há cerca de dois anos atrás, aprovámos nesta Assembleia o Programa do IX Governo da Região Autónoma dos Açores, documento que constituirá, até 2008, a referência enquadradora da acção governativa e do **modelo de desenvolvimento** que o PS protagoniza nos Açores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Assim determina o Estatuto!

O Orador: O Documento em causa enquadra o núcleo de competências acometido à Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos nos seguintes dois grandes objectivos estratégicos.

Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades, onde se inserem as políticas públicas de Habitação, no Programa 18 do Plano de Investimentos e Protecção Civil, no Programa 19.

O segundo grande objectivo estratégico, *Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes*, orienta as políticas de Equipamentos Públicos e Construção e Reabilitação de Estradas Regionais, respectivamente os Programas 22 e 23 do Plano de Investimentos da Região.

As políticas públicas de promoção de habitação, constituem, desde 1996, um vector central do modelo de desenvolvimento que o PS desenvolve nos Açores.

Contrastando claramente com os governos do tempo de Mota Amaral e Costa Neves, em que a política de Habitação era o emblema da caridadezinha própria da modernidade conservadora do PSD,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Olhe que não!

O Orador: ... o modelo de desenvolvimento do PS representou uma viragem profunda na política de promoção de habitação.

Mudou o enquadramento da política de Habitação, que passou a constituir o pilar essencial da luta contra a pobreza e da promoção de inclusão social. O actual modelo de desenvolvimento dos Açores, que o PS protagoniza, desenvolve uma abordagem multidisciplinar ao problema da exclusão, articulando habitação, educação, qualificação, emprego e promoção de oportunidades, assegurando assim uma autêntica rede de garantias sociais.

Cabe aqui uma referência especial na aposta assumida pelo Governo no reforço do apoio à habitação degradada e nos apoios aos programas de realojamentos cujo conjunto de verbas atingirá quase 10 milhões de euros de investimento público em 2007. Este enorme esforço financeiro...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é enorme, é o possível!

O Orador: ...permitirá que no final desta Legislatura se termine o plano de erradicação de barracas e de outras situações calamitosas no sector da habitação herdadas pelos governos do PS.

A reforma da política de habitação, e a sua adequação aos novos desafios e necessidades da Região, foi ainda muito recentemente concretizada nesta Assembleia através da aprovação do novo regime jurídico dos apoios financeiros à construção,

ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente. Esta importante reforma, que se seguiu à alteração do regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação de custos controlados, permite agora, a meio da Legislatura, projectar um ainda mais expressivo impulso às políticas de habitação.

São claros exemplos de novas políticas para novos tempos.

A propósito de promoção de habitação a Custos Controlados, torna-se incontornável denunciar a autêntica usurpação que constituem os programas de Custos Controlados promovidos por algumas autarquias dos Açores, em especial na de Ponta Delgada. Os programas de Custos Controlados promovidos em Ponta Delgada constituem parcerias entre o INH e promotores privados, ao abrigo de Contratos de Desenvolvimento Habitacional. Estes programas acarretam um custo nulo para as Autarquias, que ficam apenas responsáveis pela elaboração e gestão das listas de candidatos à compra de habitação. A solução, que se está a estender a outras Câmaras Municipais tem como resultado situações de profunda injustiça social. As autarquias, nestes programas, ao não contribuírem com a cedência de terrenos ou com a infra-estruturação dos mesmos são responsáveis por um agravamento entre 15 a 20% no custo final dos fogos habitacionais. O que resulta num número cada vez maior de casas vendidas em regime de venda livre, representando assim uma clara injustiça e o agravamento do desajustamento, já de si grave, na oferta de habitação a jovens casais com baixos rendimentos.

Felizmente que o Governo tem uma prática diferente. Os programas habitacionais de Custos Controlados promovidos pelo Governo Regional têm sido correctamente direccionados para as famílias com dificuldade em adquirir habitação. Superando os 300 fogos por ano. O governo tem, por essa via, assumido o seu papel determinante na gestão da oferta do mercado habitacional, no ordenamento do território e na imprescindível regulação do mercado da habitação.

O Grupo Parlamentar do PS salienta que a promoção de habitação por parte do Governo Regional tem tido também uma lógica verdadeiramente regional, com investimentos significativos em todas as ilhas, contando com majorações para as ilhas

da coesão. A Política de Habitação desempenha assim um papel central na prossecução do objectivo da coesão regional. Uma coesão que também passa pelo maior esforço da oferta habitacional garantindo, simultaneamente, a renovação e o reforço estrutural do parque habitacional da Região.

Mas falarmos de Coesão é também falarmos do Modelo de Desenvolvimento que o PS protagoniza nos Açores. Para se atingir os patamares de desenvolvimento económico e social, e a coesão que ambicionamos para a Região, é imprescindível melhorarmos e reforçarmos as nossas acessibilidades e a nossa coesão territorial tal como tem vindo a ser feito.

Esses são desígnios que o Plano de Investimentos da Região para 2007 promove de forma objectiva e inegável. Tendo como um dos exemplos mais expressivos o Programa de Construção e Reabilitação de Estradas Regionais que absorverá mais de 50 milhões de euros no próximo ano.

Continuaremos, assim, a conferir uma clara prioridade à eficácia e operacionalidade do Sistema Rodoviário Regional, melhorando as acessibilidades e promovendo o desenvolvimento e a coesão também através da reabilitação, da conservação e da construção de novos troços de estradas. Investindo, por essa via, em todas as ilhas dos Açores, dando sustentação estrutural ao modelo de desenvolvimento socio-económico com que o PS tem governado os Açores.

Um modelo de desenvolvimento que também assenta no importante volume de negócios do sector da Construção Civil e Obras Públicas, que na Região continua a ter um peso muito relevante. Quer por via do volume de negócios, mais de 500 milhões de euros em 2004, quer por via do peso do sector na estrutura de emprego da Região, com quase 12% dos activos, traduzidos em mais de 16 mil postos de trabalho em 2005.

O Grupo Parlamentar do PS salienta ainda o papel importante que o Governo continuará a desempenhar nos apoios à renovação da frota de transportes colectivos, possibilitando um claro avanço na melhoria qualitativa desse serviço nos Açores. Com destaque para a criação do serviço nocturno de Transportes Públicos.

O Grupo Parlamentar do PS constata com satisfação que a melhoria das condições de segurança nas estradas continuará a merecer uma especial atenção da parte da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos. Trata-se de uma prioridade importante, pois contribuirá para a intensificação da prevenção rodoviária, para o aumento da segurança do Sistema Rodoviário Regional, e para a redução dos índices de sinistralidade que constituem hoje, cada vez mais, conforme revelam as estatísticas, uma preocupação dos nossos concidadãos.

Gostaríamos ainda de destacar, nesta abordagem que procedemos às áreas da competência da SRHE, o papel de influência que o Governo Regional tem que continuar a desenvolver junto do sector empresarial de comunicações e de telecomunicações.

A sustentação do modelo de desenvolvimento dos Açores implica a eliminação de desigualdades que ainda persistem nesses sectores, nomeadamente na infra-estrutura de acesso à Internet em banda larga e também na cobertura da rede de comunicações móveis. E também exige uma vigilância redobrada nas possíveis reformas e desregulação no sector das comunicações postais.

Embora não tendo a tutela directa sobre as empresas em causa, é fundamental que o Governo continue a desenvolver a pressão política necessária para salvaguardar o interesse público da Região no acesso a serviços num sector estratégico deficientemente regulado no nosso País.

O modelo de desenvolvimento que o PS/Açores protagoniza, também se reflecte de uma forma muito clara no reforço dos investimentos em Protecção Civil. Hoje, é indiscutível que concretizámos uma viragem completa na forma de encarar a prevenção e a protecção dos açorianos perante riscos colectivos inerentes às características naturais da nossa Região.

Para o próximo ano o Governo assegura, pela expressão financeira que inscreve no seu plano de Investimentos, a continuação do ciclo de dotação infraestrutural, de grandes melhorias operacionais, de dignificação e de formação dos agentes do sector nos Açores. São notáveis os desenvolvimentos e os progressos no campo da

protecção civil na nossa Região, tal como ainda Domingo passado muito bem salientou o Sr. Secretário Regional da Habitação.

São também claros exemplos da nova dinâmica dedicada ao sector os investimentos na aquisição de material e viaturas para as corporações de Bombeiros, que terão novos e mais avançados meios de intervenção e salvamento. Um exemplo concreto da atenção do Governo passa pelo reforço de meios para o serviço de transporte de ambulância, correspondendo plenamente a um alerta que os Deputados do PS atempadamente realizaram em sede de Comissão.

Todo o esforço desenvolvido pelos governos do PS em matéria de Protecção Civil terá continuidade em 2007, atingindo um volume global de investimentos de quase 8 milhões de euros, representando um crescimento de 18%. Este grande esforço financeiro representa um projecto enquadrado por um planeamento estratégico, pela qualificação de recursos humanos, pela sensibilização das populações, pela parceria técnico-científica com a Universidade dos Açores e principalmente pelo reforço de meios canalizados para o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores.

Sr. Vice-Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É inegável o sucesso governativo nas áreas que aqui procurei abordar.

Apesar deste balanço positivo, os açorianos podem continuar a contar com o inconformismo dos Deputados do Partido Socialista para continuarmos a zelar pelo cumprimento de todos os nossos compromissos eleitorais.

As políticas de Habitação, Equipamentos, Transportes e Comunicações são fundamentais para reduzir assimetrias territoriais, sociais e económicas das diferentes Ilhas e para o reforço da promoção do desenvolvimento integrado, equilibrado e multipolar da Região.

O Governo do PS não é como outros governos do passado, governos que funcionavam numa lógica de nove federações de interesses estanques de ilha ou mesmo concelhios.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

O Orador: Os governos do PS têm desenvolvido, desde 1996, um claro modelo de desenvolvimento integrado em que a perspectiva regional, pela primeira vez na nossa história, emerge como uma realidade determinante da decisão política.

Este novo contexto político, enquanto realidade dinâmica e transformadora, implica que os Açores vivam, em cada uma das nossas Ilhas, uma realidade de profunda transformação socio-económica que infelizmente não é do conhecimento de todos os Açorianos.

O PSD sabe disso e explora essa lacuna perceptiva com alusões falsas à falta de estratégia da governação, promovendo desenfreadas campanhas mediáticas de vulgarização da obra do Governo. O PSD não tem qualquer autoridade para criticar o modelo de desenvolvimento dos Açores, uma vez que é uma oposição que falha sempre nos momentos decisivos.

Deputado António Marinho (PSD): O problema é que não existe!

O Orador: Em pleno prelúdio da discussão do Plano e Orçamento da Região para 2007 o PSD opta, uma vez mais, pela auto-desresponsabilização ao anunciar o seu voto contra as propostas em análise. O PSD é como aqueles avançados de futebol que nas finais falham sempre os golos decisivos.

Apesar desta situação peculiar da parte do PSD, os Açorianos podem confiar no PS e neste Parlamento. Tal como diversas vezes referi no passado, a maioria absoluta do PS nesta Assembleia continuará a garantir as condições de estabilidade, de credibilidade, de governabilidade, de seriedade e de confiança. Condições essenciais para concretizar o modelo de desenvolvimento que o PS protagoniza nos Açores e que queremos a todo o custo aprofundar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo inscrições, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é do vosso conhecimento os anos de 2003, 2004 e 2005 não foram bons anos para Portugal. Durante este período, a economia portuguesa entrou em recessão ou esteve estagnada e o desemprego aumentou, tendo mesmo atingido o patamar dos 8% no 4º trimestre de 2005. Apesar de em 2006 ter havido um forte crescimento do preço do petróleo e das taxas de juro, o desemprego a nível nacional começou a baixar e as actividades exportadoras tiveram um comportamento positivo. Tudo indica que este ano poderá ser o início da retoma económica para Portugal, seguindo o País o que tem vindo acontecer na maior parte dos Países da União Europeia.

É evidente que a situação económica do País afectou e afecta também os Açores. Basta ver que os funcionários públicos não foram aumentados em 2003 e em 2004 e que em 2005 e em 2006 houve um congelamento na progressão das suas carreiras. Apesar desta conjuntura nacional desfavorável o ano 2006 acabou por ser novamente positivo para os Açores. O desemprego que em 2005 tinha mostrado algum crescimento, tendo chegado a atingir os 4.4% no quarto trimestre de 2005, este ano tem vindo a baixar, sucessivamente, tendo atingido o valor de 3.3% no terceiro trimestre de 2006. Somos de longe a Região do País com a mais baixa taxa de desemprego. Repare-se que a Madeira que conjuntamente com os Açores costumava a ter as mais baixas taxas de desemprego do País, no terceiro trimestre deste ano apresentou uma taxa de desemprego de 6.1 %, quase o dobro da dos Açores. Em 10 anos, conseguimos criar, na nossa Região, cerca de 19 mil postos de trabalho, o que é notável. Em dez anos, a taxa de actividade passou de 39.8% para 46%.

Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De 95 para 2005 aumentamos a capacidade hoteleira em 126%,...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): A Região aumentou!

O Orador: ... aumentamos as dormidas em 179% e as receitas totais em 191%.

Neste período a estada média dos turistas na Região Autónoma dos Açores passou dos 2.6 dias, para os 3.6 dias.

Deputado António Marinho (PSD): Isso é o relatório da Sra. Deputada!

O Orador: As taxas de ocupação passaram dos 31 % para os 39%. Enfim, conseguimos dar a esta actividade a dimensão e o protagonismo que há muito merecia. Após um crescimento muito forte que ocorreu na oferta hoteleira, especialmente de 2002 a 2005, num período em que Portugal passou por uma fase menos boa da sua economia, é natural que haja, agora, um período de consolidação e de crescimento mais moderado. De Janeiro a Setembro deste ano o número de dormidas cresceu 3.5% e as receitas totais cresceram 5.2%. Trata-se de um resultado importante dado o forte crescimento que tivemos nos anos anteriores. Crescer em cima de dois crescimentos consecutivos à volta dos 20%, crescer mesmo quando no primeiro trimestre deste ano tivemos um decréscimo de cerca de 20%, devido ao cancelamento dos voos do mercado sueco e norueguês, entretanto já ultrapassado, é digno de nota.

Durante o ano de 2006 continuamos a nossa política de diversificação de mercados emissores de turistas. Merece especial realce o comportamento da Holanda, da França, da Itália, do Reino Unido, da Áustria, da Finlândia, dos Estados Unidos e do Canadá que cresceram todos acima dos 10%. No próximo ano prevemos crescimentos muito acentuados novamente do Reino Unido e da Holanda, por iniciarmos o segundo voo destes mercados, e da Irlanda e da Áustria por darmos início à primeira ligação directa com estes Países. Com a ajuda do ICEP voltaremos a procurar operadores no mercado francês, italiano, canadiano e norte-americano para conosco partilhar a promoção dos Açores nestes Países. Os crescimentos que obtivemos em 2006 demonstram que são possíveis desenvolvimentos mais consentâneos com as potencialidades reais destes mercados no próximo futuro. Na época baixa iremos intensificar a nossa promoção dos Açores como um destino de congressos e de eventos, principalmente no mercado português.

Gostaria de aqui realçar o trabalho da Associação Turismo Açores e das Casas Açorianas na promoção da Região no Continente português e no estrangeiro. Gostaria

também de assinalar o trabalho da Associação Regional de Turismo, que elaborou um Plano Estratégico de animação turística da ilha Terceira que agora tem a possibilidade de o concretizar com o contrato programa recentemente assinado. Trata-se de um trabalho essencial de estruturação da oferta de animação turística e que contará com a colaboração das Autarquias, das Associações culturais e ambientais e dos agentes privados ligados ao turismo daquela ilha.

O novo voo da Holanda para a Terceira, que se prevê para o próximo ano, será um importante desafio que é necessário vencer. Enquanto que em São Miguel a estada média de um turista é de 4.3 dias, na Terceira é de 2.5 dias. Há que diversificar os mercados, há que atrair os turistas portugueses fora do circuito açoriano e há que sobretudo criar as condições para aumentar a estada média dos turistas que visitam esta ilha.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na Construção civil as vendas de cimento de Janeiro a Setembro de 2006 mostraram uma estabilização desta actividade que desde de 2003 se mantém à volta das 330 mil toneladas. Neste período a venda de automóveis apresentou também um resultado semelhante ao do ano passado, sobretudo devido aos bons resultados da venda de viaturas comerciais.

No que diz respeito ao consumo de energia eléctrica verifica-se que de Janeiro a Setembro de 2006 há um aumento de 4.2% em relação ao período homólogo de 2005. O investimento privado continuou em alta. Só nos primeiros dez meses de 2006 deram entrada nos sistemas de incentivos regionais e nacionais 393 projectos que correspondem a um investimento de 114.2 milhões de euros.

Já enviámos para as diversas Câmaras do Comércio um novo projecto de diploma que visa regular os novos sistemas de incentivos que vêm substituir o SIDER que após a aprovação em Conselho de Governo virão naturalmente para discussão e aprovação nesta Assembleia. Pretendemos com este novo instrumento promover um conjunto de medidas que visam o reforço da produtividade e da competitividade das empresas, incentivar a certificação da qualidade, a mais valia ambiental, a eficiência energética. As ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo continuarão a merecer

uma discriminação positiva em termos de taxas de incentivos de forma a impulsionar o investimento privado naquelas ilhas. A este propósito gostaria de mencionar alguns dos investimentos que estão a ser realizados no âmbito da tutela da Secretaria Regional da Economia nestas ilhas:

- Em Santa Maria já foi escolhido o terreno apropriado para a construção do campo de Golfe, está já encomendada a avaliação de impacto ambiental e em breve será decidida a equipa que irá elaborar o projecto. Já foram iniciadas negociações com os donos dos terrenos para prosseguir com este investimento. Também em Santa Maria já são visíveis os trabalhos referentes à construção do núcleo de recreio náutico. O Campo de golfe e o núcleo de recreio náutico são duas infra-estruturas essenciais para o desenvolvimento do turismo nesta ilha que neste momento já tem 348 camas na hotelaria tradicional.

- Na Graciosa o projecto de arquitectura da nova unidade hoteleira, bem como de todas as especialidades, já foi entregue na Câmara Municipal da Santa Cruz, aguardando-se a todo o momento a sua aprovação para podermos avançar com a empreitada. Repare-se que nesta ilha a capacidade de alojamento é de apenas 80 camas, não havendo ainda nenhuma unidade hoteleira. Já todas as entidades deram parecer positivo a este empreendimento. Continuamos à espera da decisão da Câmara Municipal para avançar com esta obra.

- Em São Jorge estamos a finalizar o projecto do parque de campismo da Caldeira do Santo Cristo e adquirir os terrenos necessários para a sua construção, já iniciámos a construção do núcleo de recreio náutico das Velas, estamos a terminar a aerogare do aeródromo de São Jorge, já lançámos o concurso para a empreitada de construção da segunda via de acesso ao Porto das Velas e ampliação do seu terraplano e a ANA está a terminar o projecto para a ampliação da pista do aeródromo de São Jorge.

Por sua vez a EDA entregou-nos a semana passada as diversas alternativas para a electrificação das Fajãs de São Jorge de acordo com o protocolo assinado com o Fundo de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico.

- Nas Flores já entregámos o projecto para a construção da nova unidade hoteleira na Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, inserido no complexo museológico da fábrica do Boqueirão e do seu centro interpretativo. Estamos a preparar o processo

para, no próximo ano, lançarmos o concurso para a construção do núcleo de recreio náutico, para a consolidação da cabeça do molhe e para a construção do clube naval e de um pavilhão no Porto das Lajes das Flores. Como é do vosso conhecimento estamos a finalizar a nova aerogare desta ilha.

- No Corvo estamos a preparar em colaboração com a Câmara Municipal o projecto para a construção de uma zona balnear.

É evidente que em todos os departamentos do Governo há outras medidas de discriminação positiva das ilhas da coesão que pretendem propiciar as condições para reverter uma situação de contínuo decréscimo da população que se arrasta há décadas, pelo menos desde 1960. Sabemos que não é uma obra fácil, que não se resolve numa só legislatura, mas temos a certeza de estar a fazer um grande esforço neste sentido. Em Julho de 2007 terminará o estudo que está a ser realizado pela equipa do Professor Doutor Simões Lopes sobre o desenvolvimento sustentável destas ilhas. Estaremos atentos às suas conclusões.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito às acessibilidades relativas aos transportes marítimos as obras estão à vista, em Santa Maria, em Ponta Delgada, na Praia da Vitória, em Angra do Heroísmo, nas Velas e nas Lajes das Flores. Estamos a trabalhar também no projecto de reordenamento do Porto da Horta e do Porto da Madalena.

Entretanto já lançámos o concurso público para a construção do núcleo de recreio náutico nas Lajes do Pico. Até ao final da Legislatura iremos desenvolver os projectos de ampliação dos portos de Velas, São Roque do Pico e da 3ª fase do Plano de Ordenamento do Porto de Ponta Delgada, conforme nos tínhamos comprometido.

No que diz respeito ao transporte marítimo de passageiros reconheço que em 2006 a operação correu mal.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas cresceu o número de passageiros!!!

O Orador: A Transmaçor, única concorrente do concurso lançado em Outubro de 2005, atrasou-se com o navio "Ilha Azul" e o Bahia de Málaga nem chegou a vir para os Açores. Para evitar o caos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O caos da vossa irresponsabilidade!

O Orador: ... tivemos que nos socorrer de um Plano alternativo que funcionou durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, utilizando o Catamaran Expresso das Ilhas para fazer as ligações no grupo central.

De fora do circuito de transporte marítimo de passageiros ficaram as Flores, tendo sido utilizado uma campanha promocional de ligações aéreas para aquela ilha. O que aconteceu este ano com a Transmaçor não se pode repetir. Sabemos que a rescisão do contrato com a Transmaçor levaria necessariamente a Atlanticoline ao lançamento de um novo concurso público que teria toda a probabilidade de ficar deserto ou da Transmaçor ser novamente o único concorrente. Ninguém pretende investir na aquisição de 2 navios para um período de apenas de alguns meses, já que está previsto a vinda dos novos navios em 2.008. Por outro lado, a maioria dos navios existentes no mercado não possuem portas laterais adaptáveis aos portos da Região e por isso é difícil de os obter em regime de aluguer. Eis, pois, a razão de termos mantido o contrato com a Transmaçor. Sabemos que o Bahia de Málaga se encontra desde o dia 23 de Outubro em reparação num estaleiro de Vigo. A Bureau Veritas tem vindo a acompanhar todo este processo e tudo indica que ainda este ano o Bahia de Málaga será entregue à Transmaçor com as devidas certificações. Caso haja qualquer atraso no estaleiro de Viana de Castelo na entrega dos novos navios em 2008 a Transmaçor será obrigada a fornecer este serviço. O facto desta empresa ser titular do Ilha Azul e de ter um contrato para aquisição do Bahia de Málaga pesou na decisão da Atlanticoline de não rescindir o contrato com esta empresa.

No que diz respeito aos transportes aéreos é notória a obra realizada. Os investimentos feitos nas novas aerogares das Flores, de São Jorge, do Pico e das Lajes da Terceira estão à vista de todos. Contamos no próximo ano terminar estas empreitadas e lançar o concurso para a ampliação da pista do aeródromo de São Jorge.

Estamos a seguir atentamente o processo de privatização da ANA, S.A. Não podemos permitir que os aeroportos de Santa Maria, de Ponta Delgada, da Horta e a pista do aeródromo da ilha das Flores possam ficar à mercê de interesses exteriores à Região sem que haja regras claras quanto às taxas a praticar e os investimentos a realizar. Mantemos a intenção de ampliar a pista do aeroporto da Horta, e tudo faremos para

que tal ocorra após a clarificação da gestão dos aeroportos dos Açores actualmente na tutela da ANA, S.A., o que deverá ocorrer no início do próximo ano.

Gostaria de fazer uma breve intervenção sobre os investimentos que estão a ser realizados no âmbito das energias renováveis. Quem diz que não temos uma estratégia bem definida para este sector é porque desconhece o enorme esforço que está a ser feito nesta área. A produção de energia eléctrica com origem renovável ascendia, no total dos Açores, em 1996 a 69,7 GWh, enquanto que em 2005 já atingia 117 GWh, quase o dobro.

Este ano entrará em funcionamento a central geotérmica do Pico Vermelho com 10 MW que em Julho próximo poderá vir a ter a capacidade de 20 MW caso se confirme o sucesso dos resultados experimentais já obtidos. Também ainda este ano será inaugurada a central hidroeléctrica do Salto do Cabrito com 640 KW. Na Terceira contamos ter em 2009 em funcionamento uma central geotérmica de 12 MW. Nos próximos 3 anos iremos duplicar a nossa potência instalada em energias renováveis e estamos já a estudar a possibilidade de ampliar em grande escala o investimento em energia geotérmica, não já para o período do vazio, mas sim para o período de maior consumo. Nessa altura faz todo o sentido de utilizar o vazio da EDA para a produção do hidrogénio, caso se venha a consolidar esta tecnologia, nos próximos anos. Estamos muito atentos à evolução tecnológica deste sector. Sabemos o que queremos e estamos a cumprir uma estratégia coerente, delineada de acordo com as nossas reais potencialidades.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Governo já demonstrou, ao longo destes anos, que tem uma política de rigor e de apoio selectivo ao investimento privado.

Que em diálogo sabe traçar novos rumos ou ajustar os existentes às novas realidades. Neste Plano é notório a existência de alterações substanciais em diversas áreas correlacionadas com a Secretaria Regional da Economia. Os Programas 12, 13 e 14 descrevem-se as diversas acções relativas ao "Desenvolvimento do Turismo", ao Desenvolvimento Industrial e ao Desenvolvimento do Comércio e Exportação. No Programa 15 apresentam-se as diversas acções ligadas à Promoção do Investimento e

da Coesão. Neste Programa destaca-se as acções ligadas aos sistemas de incentivos e às parcerias público privadas onde as "ilhas de valor" desempenharão um papel fundamental.

No Programa 24 e 25 descrevem-se as diversas acções ligadas à Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos e aéreos, onde se destaca as acções ligadas ao apoio a embarcações de passageiros e às infra-estruturas aeroportuárias. No Programa 26 descrevem-se as diversas acções ligadas à consolidação e modernização do sector energético.

Os empresários e a sociedade em geral sabem como ninguém que é fundamental manter com prudência um natural equilíbrio nas contas públicas. Foi isto que nos impediu de termos actualmente nos Açores a crise por que passamos em 93, 94 e 95 onde havia dívidas a fornecedores que se arrastavam há vários anos e o desemprego chegou atingir os 7.9%. Veja-se o que está hoje a ocorrer na Madeira em que a taxa de desemprego já anda nos 6.1%. É preciso continuar a manter o rigor orçamental e a privilegiar o investimento reprodutivo. Os açorianos já nos conhecem e sabem que podem continuar a contar connosco para mudar os Açores para melhor.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Neste momento o Sr. Presidente da ALRAA ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Pese embora o bem-estar da economia, eu não ia deixar de trocar aqui umas impressões com o Sr. Secretário do ramo.

Começava justamente, Sr. Secretário, pela parte que o senhor menos desenvolveu no seu discurso, que são os transportes aéreos.

No Programa do Governo, está escrito: “sob proposta do Governo Regional foi aceite por parte do Governo da República o novo modelo que irá vigorar a partir de 2005.”

Portanto, o modelo que temos foi proposto pelo Governo Regional. Ficamos entendidos neste ponto.

Mais abaixo dizia que este modelo ia “permitir uma maior agressividade das diversas companhias na captação de mais fluxo turístico”.

Verifica-se isto, Sr. Secretário? Gostaria que me explicasse como.

Depois, “uma tarifa PEX idêntica para todas as ilhas dos Açores”. Esta tarifa só se aplica do Continente para os Açores e não no sentido inverso. Também gostaria que o Sr. Secretário me explicasse isto.

Depois, Sr. Secretário, cá está, “prosseguir o esforço de melhoria das acessibilidades externa e interna nos Açores...”.

Vamos às acessibilidades.

Começo pela Ilha Terceira.

O Governo Regional criou mais uma *gateway*, a do Pico. Eu acho muito bem e fundamental que se tenha permitido aos picoenses uma ligação directa ao exterior. Não sei é se o modelo e o horário é o mais adequado, o que tem, aliás, vindo a ser discutido.

Isto tem implicações na acessibilidade dos terceirenses ao exterior, porque à Terça-feira, não podem fazer reservas para o voo que faz Pico/Terceira/Lisboa, porque o voo está protegido para o Pico. Ou seja, só à Segunda-feira ao meio da tarde ou ao fim da tarde, é que um terceirense pode saber se pode embarcar na Terça ou não. É uma sugestão, Sr. Secretário, que lhe deixo: corrigir esta situação.

Depois, os voos da Terceira têm andado, como o senhor sabe, cheios. Com este horário de Inverno, o voo de Sexta-feira está cheio e o voo de Domingo à noite Lisboa/Terceira é um caos. O Sr. Secretário olha para mim, porque sabe que estou a dizer a verdade. Naturalmente já ficou em lista de espera algumas vezes. O voo Lisboa/Terceira, ao Domingo, está consecutivamente cheio (o Sr. Secretário experimente a ver).

Há duas maneiras de resolver o assunto, ou colocam mais um voo ao Sábado, o que me parece que também não era difícil, ou então aumentam a capacidade do equipamento à Sexta à noite e ao Domingo à noite.

Há possibilidade de resolver os assuntos, há possibilidades de aumentar a acessibilidade, há possibilidades de aumentar a disponibilidade de lugares porque se eu quero sair da Terceira tenho que reservar com dias de antecedência.

Assistimos à situação de com dois ou três dias de antecedência não conseguirmos marcar um lugar num determinado voo para o Continente.

Sr. Secretário, devo dizer com toda a sinceridade: viajamos para a Terceira tipo “sardinha enlatada” – é o que nos está a acontecer – e “entalados” pela TAP que não reconhece e não tem sensibilidade para estas coisas. Portanto, fazia-lhe um apelo, Sr. Secretário, que o seu magistério de influência intercedesse junto da TAP para melhorar esta situação que realmente não abona nada.

Depois, Sr. Secretário, as tarifas promocionais.

As tarifas promocionais não existem dos Açores para o Continente. Eu gostaria de saber, porquê? Somos todos portugueses. Temos direito a tarifas promocionais.

É claro que é fácil perceber que a TAP não vai trocar 300 euros, por 150, ou 170, ou 189, que é o que custa uma PEX, com a noite de Sábado. É claro que não vai trocar isto.

Embora eu compreenda, e o Sr. Secretário já aqui explicou que temos que garantir um serviço público para os Açores, senão ficamos sem ninguém para voar para cá, mas há-de haver aqui um meio-termo. Ou seja, os açorianos não têm possibilidade de ter tarifas promocionais para o Continente.

Mas a SATA Internacional faz do Funchal para Lisboa. Por que é que não faz dos Açores para Lisboa? – Vinha em publicidade nas revistas um dias destes.

É claro que este negócio é um bom negócio para a TAP, mas é um mau negócio para os açorianos.

Os açorianos também não têm direito a essas tarifas na Classe S, na Classe V. Têm que viajar obrigatoriamente na Classe Y e pela tarifa de residente.

Outra questão, Sr. Secretário, que já aqui em anterior intervenção lhe chamei a atenção, é que se as duas companhias estão em "code-share", se partilham voos, se partilham lugares, por que é que na SATA, tendo um bilhete TAP, não se pode fazer *up-grade* pela executiva? Já lhe pus esta questão uma vez. Naturalmente o Sr. Secretário esqueceu-se.

A SATA não aceita. É uma limitação.

Quanto aos transportes marítimos, Sr. Secretário, fica-lhe bem reconhecer – aliás já tinha reconhecido – que correu mal. Mas também concordo plenamente consigo que não podíamos ficar sem transportes marítimos. Tínhamos que arranjar alternativa. Arranjou-se. Não se podia era deixar os açorianos sem barco. Aí estamos plenamente de acordo.

Agora, eu gostaria que o Sr. Secretário, em relação ao “Baía de Málaga”, como também já fez aqui em anterior intervenção minha em relação aos novos barcos, dissesse se o barco vem ou não vem e para quando se prevê que ele venha? E agora com esta confusão toda com a Transmaçor – os senhores agora são mais donos da Transmaçor, compraram mais umas acçõeszinhas – como é que isso se vai resolver?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de falar do modelo de transporte aéreo, porque esse é um assunto muito complexo. Não é fácil. Valeria por si próprio uma sessão para se falar deste assunto.

Há dois princípios que consideramos essenciais no transporte aéreo e que não são só deste Governo ou deste partido, são de todos os partidos desta Assembleia, ou seja, que todos os açorianos sejam tratados de uma forma igual, em todas as ilhas dos Açores, o mais possível.

Quando se fala por vezes na liberalização do transporte aéreo, esquece-se que as *gateways* têm que servir todas as ilhas dos Açores. Ou seja, um açoriano que está nas Flores ou no Corvo tem que pagar exactamente o mesmo para ir para o Continente português e isso está garantido neste modelo.

Qualquer processo de liberalização não garantiria este processo.

Segundo aspecto: temos que garantir o mais próximo possível que cada açoriano possa entrar ou sair para o Continente no mesmo dia, sem uma pernoita numa outra ilha. Os horários são sempre feitos e ajustados para que isso aconteça. Se não são os voos da SATA Internacional são os voos da SATA AIR AÇORES que nós alteramos para que isso aconteça.

É por isso que em São Miguel nós temos um voo muito cedo, de Lisboa para cá, para que todos os açorianos que estão no Continente possam chegar às diversas ilhas e temos um voo muito tarde, às 9 horas e 25 minutos, para que todos os açorianos das outras ilhas possam chegar ao Continente.

É por isso que a *gateway* de São Miguel não é uma *gateway* qualquer, é uma *gateway* condicionada, porque ela é que dá saída e dá entrada a todos os açorianos para qualquer ilha, porque tem mais frequências, tem mais alternativas. Não pode, por exemplo, a *gateway* do Faial ou da Terceira, garantir isto, porque em determinados períodos têm um número muito reduzido de voos, portanto não podem dar ligação sempre, a qualquer hora, a qualquer açoriano que esteja noutra ilha.

Isto para vos dizer que não é fácil alterar o modelo de forma a que todos os açorianos possam ser servidos, possam ter ligações com o Continente e regressar do Continente no mesmo dia e também não podemos criar liberalizações ou mesmo promoções que seriam só utilizadas nalgumas ilhas com muito maior frequência, porque haveria desigualdade entre os açorianos.

Mas é preciso ter atenção ao que se está a passar no transporte aéreo.

Nós vamos assistir em pouco tempo à privatização da TAP.

Ao contrário do que o Sr. Deputado disse, a TAP não está a ganhar dinheiro nos Açores.

Nós sabemos que a SATA Internacional o ano passado apresentou um lucro de 400 mil euros. Está publicado.

A subida dos combustíveis tem sido enorme, em 2006.

Portanto, se o subsídio ao preço do bilhete não aumenta, se os combustíveis sobem muito mais que a inflação, se tudo sobe, se mantemos as mesmas tarifas ou se só se sobe as tarifas com as taxas de inflação, é preciso racionalizar alguma coisa, mas há limites para a racionalização.

As taxas de ocupação da Terceira não são as de São Miguel. São mais baixas. Andam à volta dos 60 e tal por cento.

É verdade que na Sexta-Feira e no Domingo os voos certamente estão cheios, mas na Segunda, na Terça, na Quarta e na Quinta não atingem as taxas de ocupação que o senhor pensa. O senhor fale com a TAP e vai ver qual a informação que tem de lá. É

bem abaixo dos 70%, enquanto que em São Miguel anda à volta dos 71, dos 72 ou dos 73%, mas é normal que isso aconteça. Quando se tem muitas mais ligações é possível sempre aumentar a taxa de ocupação. Quando se tem poucas ligações, colocando-se mais um voo imediatamente (era preciso, porque havia uma lista de espera) a taxa de ocupação baixa.

Se nós entrarmos por tarifas promocionais para os residentes vai haver desigualdade entre os açorianos. Foi um assunto que ponderámos muito no nosso modelo.

Se fizermos isso vão ser basicamente os micalenses a terem os voos promocionais, e teremos muito pouca acessibilidade dos outros açorianos a estes voos.

É evidente que se nós abrirmos isto, serão sempre os micalenses a ter grande parte dos voos promocionais. Isso gerará desigualdade entre os açorianos. Claramente não vamos enveredar por isso. Ponderámos muito isso, estamos até abertos a repensar o nosso modelo, mas tínhamos que garantir que qualquer açoriano pudesse ter direito aos preços promocionais que fazem em qualquer *gateway* e isso não é fácil, Sr. Deputado.

É que nós temos que garantir que qualquer açoriano que esteja nas Flores ou no Corvo, possa sair por São Miguel ao mesmo preço que sai um micalense. Isto é um princípio básico que nós temos como ponto de honra.

Não é fácil de o fazer.

É evidente que a SATA o poderia fazer, porque há voos que estão meios vazios e poderia vender os bilhetes à última da hora e não perderia mais dinheiro com isso, mas isso não é fácil ser posto em prática e haveria desigualdades certamente entre os açorianos.

Em relação aos que vêm de fora, o modelo permite isso para fomentar o turismo claramente. Por isso é que se está a fazer alguns pacotes turísticos muito mais baixos do Continente para os Açores, neste momento, porque os hoteleiros, as rent-cars e a SATA Internacional fizeram um esforço.

É verdade que a TAP até agora não tem feito esforço nenhum nesse sentido. Por isso é que nós temos a SATA, mas sabemos que neste momento no transporte aéreo ninguém está a ganhar dinheiro.

Por isso, quando eu estou a dizer que a TAP está provavelmente a perder dinheiro, estou a dar-lhe alguma informação com conhecimento de causa.

Portanto, temos que pensar que a TAP qualquer dia vai ser privatizada e vamos ver o que é que vai acontecer.

Repara-se bem o que aconteceu na Madeira.

Há 8 anos existe o subsídio ao preço do bilhete, já saiu de lá a Airluxor, a PGA, TAP, está a SATA e neste momento a PGA foi absorvida pela TAP, a Airluxor foi-se embora e só está lá a SATA e a TAP e até agora não apareceu nenhuma *lowcost* na Madeira.

Em relação ao Baía de Málaga, o que lhe posso dizer é o seguinte:

Ele está neste momento em Vigo a ser reparado, desde o dia 23 de Outubro – foi o que eu lhe disse. Provavelmente no final deste ano é entregue à Transmaçor. A partir daí a Transmaçor tem todo o tempo para preparar as tripulações para no dia 1 de Julho apresentar o navio.

O “Ilha Azul” está a funcionar, como viram. Teve um acidente em Santa Maria, foi reparado, veio novamente a classificadora cá, verificou que estava tudo bem e para o ano tem todas as condições para poder funcionar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, no início da sua intervenção estava a ficar um bocadinho preocupado, mas para o fim abriu mais um bocadinho.

Eu julgo que não está satisfeito. Nenhum de nós está. É sempre possível melhorar.

As dificuldades são muitas, obviamente que são. Nós não podemos capitular.

A TAP, como o senhor muito bem disse, tem feito muito pouco nessa matéria. Portanto, há que exigir mais da TAP.

Uma coisa que me esqueci de falar à bocadinho, e conjugando talvez aquele voo do Pico com o Sábado, é a ligação da Terceira ao Porto. Já se justifica hoje em dia. Basta fazer as continhas.

Sr. Secretário, a TAP faz um voo Lisboa/Pico/Terceira/Lisboa. Não é verdade?

Por que é que a TAP não há-de fazer um voo Lisboa/Terceira/Porto/Lisboa? Isto é assim tão difícil? Não me parece.

Se eles querem rentabilizar os equipamentos... é a tal velha história: “camioneta parada não anda, não ganha”.

Portanto, não me parece que seja difícil fazer o voo. Satisfaz os passageiros de Lisboa, satisfaz os passageiros do Porto e satisfaz os terceirenses que ficam com ligação directa ao Porto.

Embora a igualdade seja o mais próximo possível – e não vamos agora discutir o conceito de igualdade – o que é certo é que um terceirense paga mais 60 euros para ir ao Porto na TAP neste novo modelo. Antes era igual, e aí estaria mais ou menos compensado. Agora não está.

Justifica-se, porque vai muita gente já da Terceira: empresários, estudantes. Toda aquela gente que vai para a zona de Coimbra, zona Centro, vai pelo Porto, é mais perto. Do Porto a Coimbra são 110 km. De Lisboa a Coimbra são 220.

Há muitos estudantes na Universidade de Aveiro, na Universidade de Trás-os-Montes.

Portanto, justifica-se plenamente um voo da Terceira ao Porto e julgo que o senhor concordará com isso.

Agora, eu espero é que o Governo também se empenhe junto da TAP, porque se estivermos à espera do empenho da TAP vamos esperar sentados, porque eles são muito pouco sensíveis nessa matéria.

Quanto ao Baía de Málaga, fico à espera que em Janeiro já cá esteja.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu esqueci-me de mencionar que alguns problemas existem e que a TAP está neste momento a ter problemas e isso tem-se reflectido no próprio transporte aéreo na Terceira.

A TAP tem neste momento dificuldades em encontrar equipamentos (o Airbus 310) necessários para a Terceira, porque estão a ser todos utilizados nas rotas do Brasil.

Neste momento, no mercado internacional não é fácil, porque nós estamos também pela SATA a negociar mais um Airbus 310 e não tem sido fácil encontrar os preços que nós encontramos há alguns anos atrás.

Em 2003 e 2004 quase que nos vinham oferecer equipamentos.

Agora que a economia está a crescer já falta outra vez e os preços estão a subir imenso. Há falta desses equipamentos no mercado e a TAP está a utilizá-los pelo Brasil.

Muitas vezes os atrasos que acontecem na Terceira resultam de atrasos provenientes do transporte deste avião que chegou tarde a Lisboa vindo do Brasil e que também se reflecte na Terceira.

Há aqui algumas dificuldades no transporte aéreo, porque o transporte aéreo não é, de facto, o da Madeira. O da Madeira não transporta quase nada.

Nós transportamos peixe, transportamos uma quantidade de carga que a Madeira não tem para transportar e por isso os nossos aviões que utilizamos nestes modelos não são os mais adequados para o transporte da passageiros.

Ou seja, os passageiros teriam muito mais a ganhar se nós tivéssemos o Airbus 320 a funcionar apenas. Seria mais barato, seria mais rentável.

Mas como estamos a utilizar um Airbus 310, o custo por lugar é mais elevado porque temos que transportar carga e nessas ligações que acabei de falar, é preciso perceber que não são só os passageiros que têm que sair e entrar no mesmo dia, também a carga tem que entrar e sair no mesmo dia.

Temos que dar capacidade de transporte a essa carga.

Portanto, este modelo não é simples. Quando se fala de uma forma pontual de um ou de outro ponto fraco, ele tem pontos fracos, é evidente. Eu gostaria que ele fosse melhor, mas os condicionalismos que nós temos à volta do transporte aéreo nos Açores são tantos, são tão diversificados que nunca poderemos ter resolvido todos os problemas que gostaríamos de resolver.

Temos que fazer uma média. Temos alguns que estão bons, outros que estão menos bons, e é por aí que temos que caminhar.

Mas estamos sempre prontos para aperfeiçoar o modelo.

O caso do voo Terceira/Porto eu concordo com essa reivindicação da Terceira.

Nós conseguimos ainda fazer vencer isto a nível nacional, porque o subsídio ao preço do bilhete tem que estar incluído aí.

A nível nacional o argumento é este. Se já tem uma *gateway* que já faz essa ligação ao Porto, assim como já temos uma ligação por dia, mas nem sempre em todos os dias da semana, nem sempre é fácil que todos os açorianos consigam sair por aquela *gateway* sem fazer a tal pernoita, porque não é possível. Se é bom para a saída não é bom para a entrada.

É evidente que podemos dizer que se um dia tivermos mais ligações isso será possível. É um caminho.

Mas é preciso entender que a nível nacional as pessoas dizem: “um estudante que está em Lisboa e que se tem que deslocar para Viana do Castelo, para Vila Real ou para Faro, ninguém o ajuda. Nós ajudamos a colocar em Lisboa”.

É esta argumentação que nós temos que vencer, mas eu penso que a Terceira começa a ter uma capacidade de poder, em termos económicos, para aguentar uma ligação ou duas por semana ao Porto.

É esse o nosso modelo.

O nosso modelo não é passar tudo por São Miguel, ao contrário do que alguns políticos e economistas pensam por aí.

Nós temos uma ideia de desenvolvimento multipolar para os Açores.

Nós acreditamos que todas as ilhas dos Açores têm que ser desenvolvidas.

É evidente que São Miguel que tem 54% da população tem uma expressão mais forte, mas isso é normal que aconteça.

Mas não podemos impedir que outros pólos se criem na Região Autónoma dos Açores e todos devemos fazer para que eles cresçam. É essa a nossa visão e é por aí que vamos.

Não vamos para um modelo unipolar para o desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É sempre assim!

Depois da euforia dos primeiros tempos, alimentada nas expectativas e nos desejos que se querem concretizados.

Depois das desculpas sobre os insucessos, quase sempre atirados para a “culpa alheia”.

Depois do “estado de graça” insuflado pelo “benefício da dúvida” e da benevolência que vai “almofadando” os erros de principiante, a desilusão ganha forma em cima dos resultados que não aparecem e que retratam o nosso atraso nominal e comparativo.

Aparecem então os primeiros sinais de impaciência para “aturar” os erros repetidos e os insucessos começam a minar a confiança. É assim na vida – é assim na política!

Estávamos em plena Primavera de 2006, quando V. Exa. – Sr. Presidente do Governo – sentiu a necessidade de subir ao “palco”, para encenar o que chamou a “nova geração de políticas”.

Boa tentativa para camuflar os insucessos e “martelar”, por via do reboliço mediático, a “curva” descendente da confiança. Acontece que não conseguiu nem uma coisa nem outra!

E não conseguiu porque, cometeu 3 erros de palmatória:

1º - Encenou uma realidade virtual – pura realidade virtual;

2º - Fê-lo como se o seu governo não tivesse nem “passado”, nem “tempo”;

3º - Reconheceu explicitamente, com 1 ano e meio de mandato, a incapacidade instalada na sua política e no seu governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: O tempo voa e V. Exa. já leva 10 anos de governação, sempre bem recheada de milhões, sempre mais milhões... Os resultados é que não batem certo com os milhões!

Também por isso “irrequietam-se”, quando confrontados com os resultados, ”incomodam-se” quando questionados sobre os objectivos e perdem a “serenidade” quando exigimos que quantifiquem os objectivos a atingir, ..., com os milhões.

Qualquer documento de planeamento tem de revelar “preto no branco”, onde estamos, por onde vamos e onde queremos chegar. O mesmo é dizer, sem “gaguejar”, qual é a estratégia, os objectivos e as metas a atingir.

Tem de explicitar as “unidades de medida” para avaliar o sucesso ou insucesso dos investimentos que se propõem concretizar e nunca constituir-se um “peditório”, ou um “repositório” de projectos, cuja justificação não se descobre em lado nenhum.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo a que V. Exas. chamam de Plano é apenas a conta do “deve e haver”, dos milhões, para ir gastando na “lista das compras” para 2007.

V. Exas. são os “campeões do desperdício”!

Não vos ocorreu ou não quiseram correr o risco de quantificar os objectivos a alcançar com os milhões do orçamento, expondo-se à avaliação comparativa do vosso desempenho?

Preferem antes, resguardar-se na “camuflagem” da vossa “máquina de propaganda”.

V. Exas. são os “campeões da propaganda”!

Naquilo que V. Exas. chamam “Transportes Marítimos”, continuam sem dedicar uma linha ao conceito de Sistema Integrado de Transporte Marítimos de Mercadorias.

Não chega afirmar que vão “dar continuidade à política de reforço das infra-estruturas portuárias necessárias à melhoria das acessibilidades internas e externas”, fim de citação. Isto não é nada!

Onde está pensada a criação de Plataformas ou Centros de Logística?

Se não sabem deviam saber, que “transporte marítimo de mercadorias”, já há muitos anos que deixou de ser, “navios para navegar e portos para atracar”.

Hoje são os “centros de logística” os instrumentos de gestão do Sistema. Só por esta via se promovem ganhos de eficiência e competitividade. Isto é que acrescenta valor!

Falar em “Melhorar...” (ouçam esta pérola!) “... a eficácia dos serviços correlacionados com as operações portuárias, de modo a racionalizar os custos”, essas são as vossas palavras, ..., já foi “chão que deu uvas”, ..., há duas décadas atrás!

Há muito que a teoria da “eficácia” deu lugar à gestão integrada de Sistemas (de Transportes Marítimos), onde é valorizada a vertente da gestão do tráfego e da eficiência na concentração e distribuição do produto transportado.

É triste, mas é o que escreveram!

V. Exas. continuam, “congelados” no “tempo”!

No Sistema de transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, o que afirmam só pode ser “piada”, à qual juntam a “pérola” com que “brindam” um sector, tão estratégico quanto malbaratado pelo vosso governo.

Ouçam o que escreveram: - “Na área do tráfego de transporte de passageiros inter ilhas estão previstas acções de apoio a embarcações de passageiros e construção de novos navios e a continuação da obra do terminal marítimo de P. Delgada”, fim de citação.

É “piada”! Só pode!

Depois do desastre que foi a operação de transporte marítimo de passageiros, versão 2006, insistem em continuar a dar “tiros abaixo da linha de água” e a enterrar os milhões do orçamento.

Fica a pergunta: querem mesmo um Sistema de transporte marítimo de passageiros ou isso traduz a vossa total incapacidade?

Já ninguém acredita numa única palavra daquilo que V. Exas. anunciam, tal é o rol de afirmações que a prática se encarrega de desmentir logo no dia a seguir!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E em 2007? Como vai ser? Em coerência, ..., um novo desastre? De desastre em desastre até ao “afundamento” total!

V. Exas. são os “campeões da trapalhada”!

Nas vossas palavras, “O Programa (...) de Transportes Aéreos é (...) um conjunto de 4 projectos e acções articulados entre si que permitem alcançar os objectivos definidos para a área dos transportes aéreos”.

Permitem como? Que objectivos? Neste Plano é zero, virgula, zero, zero!

O que não está escrito em lado nenhum e os açorianos querem saber, é se e quando irão viajar inter-ilhas e para o exterior com custos mais reduzidos!

O que os açorianos querem saber – e que V. Exas. não dizem em lado nenhum – é se em 2007 as operadoras de serviço público de transporte aéreo para o exterior, vão disponibilizar aos açorianos tarifas PEX e promocionais, como acontece no serviço público para a Madeira.

Os Açorianos pagam mais 47% e mais 87%, respectivamente, do que os Madeirenses nessas mesmas tarifas!

O que os Açorianos não aceitam, é que este Governo Regional, curvado a Lisboa, só tenha para dizer-nos que as passagens vão ter de aumentar, porque o Governo da República “não quer gastar mais com o transporte aéreo de e para os Açores”.

V. Exas. são os “campeões da resignação”!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este vosso Plano, que é, supostamente, o vosso instrumento de planeamento, é uma tristeza e devia envergonhar-vos.

V. Exas. esbarram nos conceitos, tropeçam nos milhões, afundam-se nas contradições e obrigam os açorianos a disputar a “Liga dos Últimos”.

Incapazes de identificar objectivos, metas e resultados a atingir, fogem deles como “o diabo da cruz”!

Desgastado, desorientado e “fora de prazo” este Governo estourou!

Com a borda “debaixo de água”, não sabem para onde vão, nem sabem onde é que chegam!

V. Exas. são os “campeões do tempo perdido”!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, é para nos termos regimentais requerer um intervalo de 30 minutos.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo vamos prosseguir.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

As políticas sectoriais de Turismo, Indústria, Comércio e Exportação, Promoção do Investimento e da Coesão, Transportes Marítimos e Aéreos e Energia que o Governo Regional pretende prosseguir, de acordo com a Proposta de Plano Regional Anual para 2007, em apreciação nesta reunião plenária, pretendem dar continuidade à concretização dos objectivos estruturantes definidos oportunamente nas Orientações de Médio Prazo para o período 2005-2008.

Começa-se por fazer uma análise à evolução recente de alguns indicadores, para depois prosseguir com a referência às medidas mais significativas que estão a ser implementadas pelo executivo nestes domínios, de modo a fornecer um enquadramento geral para a programação material e financeira vertida na presente Proposta de Plano para 2007.

O turismo tem sido uma das actividades económicas a registar maior crescimento nos Açores durante o período de governação da responsabilidade do Partido Socialista. Merece, por isso, particular destaque no contexto de apreciação das políticas sectoriais públicas inseridas no vector “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia”, acima de tudo pelo facto de se tratar de um sector cuja transversalidade produz efeitos significativos de interdependência com outras áreas-chave da economia.

Efectivamente, se analisarmos o comportamento do sector nos últimos dez anos, tendo em conta o ritmo de crescimento das chegadas de turistas internacionais e das receitas, bem como o comportamento desses indicadores na Europa e no país, constata-se que a evolução operada na Região foi muito favorável, contrariando muitas vezes o que se verificou a nível mundial e também nacional, passando ao lado de crises decorrentes de ataques terroristas, conflitos múltiplos e epidemias, que se consubstanciaram em ameaças graves para numerosos destinos turísticos.

Em dez anos, graças a um forte impulso de investimento privado, em boa parte associado à criação de sistemas de incentivos mais aliciantes, esta foi a Região do país a apresentar maiores crescimentos, quer quanto ao número de dormidas e

capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, quer quanto às respectivas receitas. As taxas médias de ocupação-cama, que há uma década atrás andavam à volta dos 30%, estão actualmente próximas dos 40%. O emprego na hotelaria já atinge os 2.000 postos de trabalho.

O turismo no espaço rural é de afirmação ainda mais recente, tendo-se assistido à duplicação da oferta de alojamento na Região, que já ultrapassa as 500 camas, apenas nos últimos três anos.

É certo que a análise ano a ano pode revelar oscilações e até uma certa instabilidade no que toca ao comportamento de alguns indicadores, mas também é certo que a procura turística está sujeita a variações, que podem até ser muito bruscas, dada a particular sensibilidade à ocorrência de diversos fenómenos, enquanto a oferta turística, quer de alojamento, quer de outros equipamentos e serviços, só pode ser alterada por degraus ou patamares de capacidade, não sendo por isso possível fazer um ajustamento perfeito e constante a essas flutuações. Por isso, a monitorização dos indicadores de conjuntura é fundamental para efectuar o acompanhamento e para induzir a acção, tanto em termos preventivos como correctivos, mas não deve levar a afirmações peremptórias sobre o estado do sector.

Focando a atenção nos dados relativos a 2005, constata-se que os Açores foram a região do país que evidenciou melhor desempenho em termos da evolução do número de dormidas na hotelaria tradicional, com um aumento de 17,8% relativamente ao ano anterior, perante o crescimento moderado da procura turística a nível nacional, que se ficou pelos 4,1%. Por ilhas, apresentaram maiores crescimentos homólogos acumulados S. Miguel (25,6%), Santa Maria (21,1%) e Faial (9%). Este aumento da procura turística ficou a dever-se exclusivamente ao mercado externo, que cresceu 37,5%, uma vez que o mercado interno recuou 1,5%. Fazendo um diagnóstico por países de residência, constata-se que o mercado nórdico continuou a marcar uma posição de destaque, concentrando 62,1% do total das dormidas dos não residentes em Portugal, o que reflecte uma variação homóloga positiva de 47,9%.

No que toca às receitas dos estabelecimentos hoteleiros, e apesar de terem entrado em funcionamento 1.000 novas camas em hotéis, os proveitos totais registaram um crescimento de 16% (a preços correntes) e os proveitos de aposento, de 17,1%

(igualmente a preços correntes), sendo de salientar que os maiores aumentos ocorreram em meses como Janeiro, Março, Junho e Outubro.

Outro indicador que tem revelado um comportamento positivo no contexto nacional é a estada média, que tem sido uma das mais elevadas do país, sendo ultrapassada apenas pela do Algarve e da Região Autónoma da Madeira.

Importa sublinhar que os resultados verificados em 2005 ultrapassaram largamente os objectivos estabelecidos no âmbito do Plano de Promoção Turística Regional, apresentado pela Associação de Turismo dos Açores e aprovado junto do Turismo de Portugal, em concertação com o Plano Estratégico para o Turismo Nacional.

Analisando os dados disponíveis para o corrente ano, verifica-se que, entre Janeiro e Setembro de 2006, o total de dormidas nas unidades hoteleiras açorianas apresentou uma variação positiva de 3,5%, face ao período homólogo do ano anterior. A taxa média de ocupação-cama neste período foi de 42,9%. Por ilhas, registaram-se maiores acréscimos homólogos acumulados no Faial (+15,1%), Pico (+12,7%) e Graciosa (+8,7%), enquanto a ilha de São Miguel apresentou uma variação positiva de 3,6% e a ilha Terceira um decréscimo de 4,5%.

Nestes nove meses, os proveitos nos estabelecimentos hoteleiros apresentaram uma variação homóloga acumulada de +5,2%, enquanto para os proveitos de aposento o crescimento foi de 4,4%.

Refira-se, a título de curiosidade, que o aumento da procura em Agosto foi de 5,8%, mês em que se registou um valor recorde de 187.600 mil dormidas na hotelaria da Região.

Entre as acções de maior relevo encetadas em 2006, no âmbito da política de turismo, são de destacar o lançamento da campanha multimédia “Açores, Natureza Intacta”, a participação em feiras nacionais e internacionais multiproduto e MICE e o lançamento de novos materiais promocionais genéricos e temáticos, para além da conclusão do Plano de Ordenamento Turístico dos Açores, que em breve será submetido à apreciação desta Assembleia e da assinatura de um contrato-programa, com a Associação Regional de Turismo, no valor de 700 mil euros, para a execução do Plano Estratégico de Animação Turística para a ilha Terceira, referente a 2006 e 2007.

A todo este esforço de investimento público na promoção turística da Região acresce ainda a aprovação de candidaturas dos privados aos sistemas de incentivos à promoção turística, que estão a contribuir inegavelmente para o aumento da notoriedade do destino Açores no exterior.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Este é, sem dúvida, o resultado da implementação de uma política de turismo eficaz, mas também de um trabalho intenso de articulação com arrojadas medidas no domínio da redução dos tarifários e aumento da frequência e regularidade das viagens, a par dos esforços de abertura de novas *gateways* e de melhoria das aerogares, que têm contribuído significativamente para a melhoria das acessibilidades e para o aumento do tráfego aéreo na Região.

Enquanto em 1996, o movimento total de passageiros nos aeroportos dos Açores ascendia a 1.167 mil, em 2005 passou para 1.762 mil, ou seja, registou-se um aumento de 51% em nove anos, a que corresponde uma taxa de crescimento médio anual de 5,7%. Recorde-se que, entre 1992 e 1996, se viveu um período de quase estagnação, registando-se taxas de crescimento médio anual de 0,8%.

Já nos primeiros nove meses de 2006, o movimento de passageiros efectuado nos aeroportos dos Açores cresceu 4,3%, em relação a período homólogo do ano anterior. A criação de novas ligações aéreas directas aos principais mercados emissores tem permitido reduzir a dependência do turismo interno: enquanto, em 1996, cerca de 71% das dormidas eram de residentes em Portugal, em 2005 esse valor situou-se na ordem dos 42%. Graças ao dinamismo da SATA Internacional, que tem efectuado voos regulares para novos destinos, a Alemanha duplicou a sua procura pelos Açores nos últimos quatro anos, assim como foi possível iniciar a operação com a Holanda este ano e reforçar as ligações para o Reino Unido. Estamos, deste modo, relativamente menos dependentes de operadores externos e de fluxos turísticos provenientes do mercado sueco e norueguês.

Outra medida importante para o desenvolvimento do turismo tem sido o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas: assim, se em 1996, o movimento marítimo de passageiros – que se concentrava essencialmente entre o Faial e o Pico – andava à

volta dos 280 mil passageiros, passados dez anos esse valor duplicou. O reconhecimento do valor desta operação de transporte, a preços muito vantajosos, tanto para os Açorianos, como para todos aqueles que nos visitam, levou à decisão de se adquirirem já dois novos navios, que entrarão em funcionamento em 2008 e que virão melhorar substancialmente as ligações marítimas no arquipélago.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito substancialmente!

A Oradora: Trata-se de uma mais-valia para os Açores, que irá prolongar o sucesso desta inovadora operação, iniciada em 1998.

Paralelamente, estão a ser criadas ou melhoradas diversas infra-estruturas de apoio ao recreio náutico e ao transporte marítimo de passageiros em quase todas as ilhas do arquipélago.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os barcos não encostam!

A Oradora: É de destacar, neste contexto, o arranque, em Junho deste ano, da obra de construção do terminal marítimo e gare de passageiros do porto de Ponta Delgada, integrado num projecto mais vasto, designado por “Portas do Mar”, que prevê igualmente a construção de uma marina, zona comercial, estacionamento subterrâneo e piscina. Para além de contribuir para aliviar a actual pressão sobre o porto comercial, reordenar as áreas portuárias e reorganizar a sua exploração, este projecto insere-se numa estratégia mais vasta de dinamização do turismo de cruzeiros na Região.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

A política governamental de incentivos tem sido responsável pelo grande dinamismo que se tem verificado em termos de investimento privado na Região, não só na área do turismo como também nos sectores do comércio, indústria e serviços.

Na vigência do III Quadro Comunitário de Apoio, e no que toca a sistemas de incentivos nacionais atribuídos no âmbito do PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia, refira-se que os 68 projectos aprovados ao abrigo do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME) correspondem a um investimento global de 303,8 milhões de euros, sendo 102,2 milhões de euros de incentivos. No caso do Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação

Estratégica (SIVETUR) – que é exclusivo para o turismo – já foram aprovadas 8 candidaturas para os Açores, correspondendo a um investimento global de 65,8 milhões de euros, sendo 26,6 milhões de euros de incentivos. No que toca ao URBCOM, os 147 projectos aprovados correspondem a um investimento global de 22,3 milhões de euros, sendo 8,8 milhões de euros de incentivos.

Quanto a sistemas de incentivos regionais (SIDER), ao abrigo do Subsistema para o Desenvolvimento Local (SIDEL) já foram aprovadas 544 candidaturas, a que equivale um investimento global de 62,8 milhões de euros, sendo 29 milhões de euros de incentivos; no âmbito do Subsistema para o Desenvolvimento do Turismo (SIDET), foram já aprovados 125 projectos, ligados sobretudo ao turismo em espaço rural, restauração e actividades marítimo-turísticas, a que corresponde um investimento global de cerca de 30 milhões de euros, sendo 14 milhões de euros de incentivos; relativamente ao Subsistema de Prémios (SIDEPE), foram aprovadas 69 candidaturas, a que corresponde um investimento global de 284 milhões de euros, sendo 45,3 milhões de euros de incentivos.

A todos estes investimentos ainda acrescentam os projectos integrados turísticos PITER, de maior dimensão, em que parte do investimento envolvido já consta de alguns dos sistemas citados.

Estes projectos têm sido responsáveis pela criação de emprego e de riqueza em todos os concelhos do arquipélago, contribuindo igualmente para a fixação das respectivas populações, sendo de realçar que, no caso dos sistemas de incentivos regionais, tem havido uma execução plena das verbas afectas aos respectivos programas desde 1997. Recorde-se que a criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, a constituição da sociedade anónima Ilhas de Valor e a reformulação dos sistemas de incentivos regionais, são medidas que têm contribuído de forma decisiva para estimular o investimento em novas áreas, para além de procurarem reforçar a coesão territorial do arquipélago.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

No Plano para 2007 a política do IX Governo Regional dos Açores em matéria de Turismo, Comércio, Indústria e Promoção do Investimento e Coesão está inserida na

materialização do objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia”.

Começando pelo Turismo, as medidas a implementar encontram-se descritas no Programa 12, a que corresponde um investimento público de 14,55 milhões de euros, ou seja, +29% do que no ano anterior. Assumem particular relevo os valores afectos às campanhas publicitárias, ao parque turístico da Praia da Vitória e ao desenvolvimento dos recursos termais.

Em relação à Indústria as intervenções previstas no Plano para 2007 encontram-se descritas no Programa 13, com um investimento público de cerca de 1,11 milhões de euros, sendo de destacar os apoios à promoção da qualidade e inovação nas empresas e à certificação dos seus produtos.

No que respeita à área do Comércio e Exportação, esta encontra-se consubstanciada no Programa 14, a que corresponde um investimento público de 860.000 euros. A acção que continua a assumir maior peso é a que se refere ao apoio à promoção de produtos regionais no exterior, com mais de 50% da dotação afecta a este programa.

No Programa 15 – Promoção do Investimento e da Coesão prevê-se, por sua vez, um investimento público, para 2007, na ordem dos 38,45 milhões de euros, que será afecto a apoios financeiros ao investimento privado fora do âmbito do sector primário e à promoção de parcerias público-privadas. Neste contexto das novas políticas para acréscimo da produtividade e da competitividade económica, fomento do emprego e da qualificação profissional e reforço da coesão económica e social do arquipélago assumem particular atenção o fomento do empreendedorismo através do Empreende Jovem e da produção de energia a partir de fontes renováveis, ao abrigo do PROENERGIA, bem como a execução do Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário.

A política do Governo Regional em matéria de Transportes Marítimos e Aéreos e Energia entronca-se na materialização do objectivo “Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes”.

Em matéria de Transportes Marítimos, prevê-se, no Programa 24, um investimento de 30,1 milhões de euros, ou seja, +161% do que no ano anterior. Este programa contempla fundamentalmente os projectos relativos ao tráfego de passageiros inter-

ilhas, que sofre um acréscimo substancial devido à afectação de verbas para a construção dos novos navios de passageiros e do terminal marítimo de Ponta Delgada, bem como às infra-estruturas portuárias, que também revela um esforço de investimento acrescido em diversos núcleos de recreio náutico.

Relativamente ao Desenvolvimento dos Transportes Aéreos, as medidas a implementar apresentam-se no Programa 25, a que corresponde um investimento de 21,8 milhões de euros. Sobressaem neste domínio os investimentos afectos às aerogares da Região.

Quanto à área da Energia, encontra-se previsto no Programa 26 um investimento público na ordem dos 955.000 euros, ou seja, +19,4% do que no ano anterior, merecendo maior realce o apoio destinado à Agência Regional de Energia.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Com esta Proposta de Plano para 2007, o IX Governo Regional dos Açores pretende dar continuidade aos grandes objectivos e políticas definidos nas Orientações de Médio Prazo 2005-2008.

A boa taxa de execução do Orçamento e Plano para 2006 permite aferir que o executivo vai ser capaz de continuar a cumprir, merecendo o voto de confiança desta Assembleia e de todos os Açorianos que se revêem nas políticas propostas pelo Governo Regional liderado por Carlos César.

Disse!

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, temos hoje a agradável companhia de duas turmas do 4º ano da Escola da Rua Cônsul Dabney e uma turma do 8º ano da Escola Secundária Manuel de Arriaga, acompanhadas dos respectivos professores.

Dou-vos as boas vindas em nome da Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Não havendo inscrições para esclarecimentos, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Turismo é movimento e mudança. Todavia, as políticas públicas em matéria de turismo, neste Plano, continuam marcadas por um enunciado imobilista, vago e impreciso.

Contém uma única novidade digna de menção.

Pela primeira vez e ao arrepio de um princípio estável e basilar da política promocional, as verbas afectas à promoção são objecto de desagregação espacial. Das duas, uma: ou o Governo quer alterar a filosofia subjacente à promoção turística, enveredando pela promoção segmentada, ilha a ilha, em detrimento da promoção da marca Açores e, nesse caso, até pelo carácter revolucionário da alteração, impõe-se uma explicação exaustiva da medida; ou então nada disso se passa e esta inusitada desagregação espacial é somente ditada pela demagogia primária de alocar o máximo de dinheiro a cada parcela da Região, para melhor “vender” politicamente o plano ilha a ilha. Em ambos os casos, o governo peca politicamente. Uma explicação exige-se!

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os propósitos declarados da política de turismo são, em síntese, o fomento da qualidade e diversificação da oferta e a promoção da qualificação cultural e económica da procura turística. Enunciado mais consensual não há.

Mas será que as políticas implementadas foram fiéis a tais propósitos e produziram os resultados práticos preconizados?

Para isso, temos que visitar a Região real e não nos atermos somente aos números (que não são famosos) e à sua interpretação acrítica ou simplificada.

A estatística oficial mostra, de facto, a diversificação da procura e a penetração dos Açores em novos mercados, sobretudo do Norte da Europa. Mas como “nem tudo o

que parece é”, o retrato completo mostra que por detrás desse resultado estatístico estão apenas e somente as benditas operações charter, que são hoje um verdadeiro “rendimento mínimo garantido” da operação turística açoriana, face à sua incapacidade de gerar fluxos mais qualificados de forma estável e duradoura. Cortesia do PS sem dúvida, mas também um presente envenenado, porque consubstanciam uma perigosa dependência e uma realidade económica de elevada artificialidade, baixa rentabilidade e duração imprevisível.

A evolução das dormidas ao nível de ilha revela perdas reais das ilhas mais pequenas, algumas das quais apresentam hoje um número de dormidas inferior ao registado no longínquo ano de 1999. E lá se vai assim o objectivo estratégico da atenuação das assimetrias regionais.

A estatística não evidencia também o magno problema que é a continuada degradação da receita média por dormida. A preços constantes de 1996, este indicador decisivo degrada-se continuamente desde 1997, atingindo o mínimo histórico de 33.54 euros em S. Miguel com promessa de nova descida em 2007.

Tem razão o povo quando diz que “nem tudo o que luz é ouro”. A Região real mostra-nos um edifício turístico mal implantado, com frágeis alicerces e assente em areias movediças.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O discurso oficial afirma também a aposta na qualificação da oferta e dos serviços turísticos.

Que dizer dos resultados dessa aposta?

Como já antecipáramos, a indústria turística, debatendo-se com insuficientes fluxos turísticos e num quadro de concorrência desenfreada, viu-se obrigada a enveredar por políticas de compressão de custos, sendo impotente hoje para travar a franca redução da qualidade dos serviços prestados.

As profissões turísticas não são dignificadas social e economicamente, a precaridade laboral e o trabalho sazonal pontificam no sector e não se desenvolve uma verdadeira cultura turística.

Muitas unidades hoteleiras encontram-se no limiar da falência ou sobrevivem, saldando para perto do preço de custo, os respectivos serviços. Outras consomem encerramentos durante a época baixa, em tentativas desesperadas de reduzir custos e salvar a operação anual, em alguns casos escassos meses após a respectiva inauguração.

Outras ainda encontram-se num regime *sui generis*, a abrir intermitentemente por ocasião das operações charter ou eventos especiais.

Projectos de investimento em curso são reequacionados e fazem prudentemente compassos de espera, abalada que está a confiança dos empresários no rumo seguido e nos resultados da operação turística.

As agências de viagens locais estão fora do circuito de comercialização turística relativo às operações “charter”.

Os profissionais do turismo, sobretudo os guias intérpretes e transferistas, vêm-se substituídos por profissionais estrangeiros em tarefas que, pela sua própria natureza, exigem um profundo conhecimento da Região nas vertentes social, cultural e económica.

Perante este quadro que só é cor-de-rosa porque é da responsabilidade do PS, o governo insiste, desconcertantemente, em negar as evidências e não apresenta as necessárias medidas correctivas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não nos anima um oposicionismo militante. Em boa verdade, há também sinais positivos e até motivos para um prudente optimismo face a algumas recentes decisões do Governo Regional. Mesmo suspeitando que não serão reconhecidos os contributos da oposição neste domínio, é justo sublinhar a importância estratégica da aposta no mercado nacional – que aqui defendemos energicamente – e o largo alcance promocional da próxima realização nos Açores do congresso da Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo de cujo sucesso dependerá, em larga medida, o crescimento dos fluxos turísticos para os Açores nos próximos anos. É uma medida que se inscreve na actuação promocional que vimos defendendo e merece total e inequívoco apoio do PSD.

Não é, todavia, suficiente.

O governo tem de ter a visão estratégica e a coragem política para afirmar e implementar uma política promocional mais agressiva e decisiva nos mercados estrangeiros de intervenção prioritária, designadamente nos maiores emissores da Europa, bem como nos mercados étnicos dos EUA e Canadá, mobilizando para o efeito recursos financeiros mais significativos e envolvendo activamente a indústria turística regional. Simultaneamente, é obrigatório dinamizar definitivamente o turismo interno, fomentando de forma concertada com a indústria turística a construção comercial de programas de curta duração, capazes de promover fluxos turísticos significativos sobretudo para as ilhas mais pequenas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É preciso agir, antes que seja tarde.

O desafio mais decisivo para os Açores é mesmo a promoção da qualidade e da excelência turísticas.

A excelência da oferta natural e cultural dos Açores é já um privilégio nosso e um dado adquirido. O que não é adquirido e constitui o desafio capital deste processo, é o fomento da qualidade ao nível da oferta artificial que constitui, afinal, o sustentáculo logístico e operacional da operação turística. Políticas de exigência ao nível da oferta impõem-se por essa razão. De igual modo, é imperioso recentrar a política promocional na óptica da receita e menos na óptica do volume da operação turística, na convicção profunda que os Açores, para vingarem no mercado turístico, não têm que ser um destino grande, mas têm de ser um grande destino turístico.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alberto Pereira insiste em vir aqui repetidamente com um discurso do qual eu tenho que discordar profundamente, porque acaba por ser pouco sério, atendendo aos resultados do desempenho do sector que, como sabe, têm sido reconhecidos a nível nacional. Não são apresentados por nós valores que já não tenham sido amplamente debatidos no âmbito do acompanhamento das políticas sectoriais a nível nacional.

Como sabe a Associação de Turismo dos Açores está a cumprir um programa e um conjunto de acções muito vastas em todas as áreas, em determinado contexto nacional e também no contexto internacional. Temos campanhas a decorrer. O sucesso dessas campanhas é avaliado através de indicadores e acompanhado através dos relatórios de execução da Associação de Turismo dos Açores.

Nós temos ultrapassado todos os objectivos que têm sido estabelecidos para a Região, como aconteceu, por exemplo, no ano de 2005.

Relativamente a esta questão da eficácia da política, permita-me discordar de si mais uma vez e sempre, porque não sou eu que estou a afirmar, são os resultados que têm sido apresentados e que têm sido considerados excelentes por todos os governantes.

Relativamente a esta questão da promoção, penso que não há mais nada a acrescentar. Quanto às ligações aéreas insiste novamente no modelo dos voos charter. Não sei se prestou atenção à minha intervenção, mas disse aqui que a SATA Internacional tem feito voos regulares para a Alemanha o que permitiu que nos últimos 4 anos este destino tenha duplicado a procura pelos Açores.

Já foi possível iniciar a ligação com a Holanda e reforçar as ligações para o Reino Unido em voos regulares e vão continuar no próximo ano.

Como sabe, estes voos não são operação charter e nós não estamos assim tão dependentes do mercado sueco e norueguês como deu aqui a entender.

Relativamente à dependência do turismo nacional, efectivamente em 1996 nós tínhamos 71% das dormidas concentradas no mercado interno. Portanto, penso que esta dependência era excessiva e, também se me permite, o senhor com certeza

concordará comigo que era uma dependência excessiva e até doentia do mercado nacional.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Doentia? Não vá fazer promoção no mercado nacional com essa adjectivação! Não é nada inteligente!

A Oradora: Veja o que é que se passou no ano passado. O ano passado houve uma crise a nível nacional. Nós tivemos uma quebra nos fluxos de 1,5%. Se nós estivéssemos assim tão dependentes do mercado nacional, o que seria de nós?

Portanto, temos que diversificar os mercados. Sabe que isso tem sido uma aposta ganha, sem dúvida nenhuma e continuará a ser com as ligações áreas que vão continuar a existir e com outras novas que virão.

Relativamente aos seus dados sobre os proveitos, não sei se conhece este documento que é elaborado pela Direcção Geral do Turismo, que diz respeito aos proveitos e custos nos estabelecimentos hoteleiros em 2005. Suponho que terá conhecimento. Poderá ver que os 33 euros que vem citar aqui, que é o mínimo histórico dos proveitos atingidos na Região, podem ser realmente o mínimo histórico dos proveitos na Região, Sr. Deputado, mas repare que a nível nacional são dos valores mais altos.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Não seja demagógica! Há uma tendência decrescente e isso é que importa!

A Oradora: Não estou a ser demagógica. Passo a citar o documento:

Os proveitos médios por dormida – isto em 2005.

“Os proveitos médios por dormida mais elevados ocorreram na cidade de Lisboa, que teve forte influência na Região de Lisboa e Vale do Tejo, na cidade do Porto com reflexos directos na Região do Norte, e na Região Autónoma dos Açores, € 32,09”.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Estão a descer há 10 anos!

A Oradora: Relativamente a isto estamos falados.

Quanto à questão dos proveitos por categorias de hotéis, mais uma vez o Sr. Deputado pode ver nestes quadros, comparando as várias regiões do país, que os Açores apresentam valores dentro dos parâmetros médios nacionais, enquanto a Madeira e o Algarve apresentam os proveitos médios por dormida mais baixos.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Belo exemplo! Insistem em comparar o incomparável.

A Oradora: Não venha dizer que a crise é nos Açores porque a crise provavelmente será nestes destinos.

Repare que no caso das unidades de três estrelas, diz-se aqui “deve sublinhar-se uma certa semelhança de valores entre as várias regiões...”

Deputado Alberto Pereira (PSD): Já referi esses valores todos e V. Exa. ficou calada! Agora é que carregou a bateria?

A Oradora: “...voltando a observar-se as posições menos favoráveis que são aqui destacadas, da Região Autónoma da Madeira e do Algarve”.

Sr. Deputado, os Açores continuam muito à frente destas regiões em termos de proveitos médios.

Mais uma vez no caso do proveito médio por cama, aqui também se pode constatar, da análise das NUTS II, que se registaram decréscimos significativos atendendo ao facto de 2004 ter sido um ano atípico. Sabe por que é que foi atípico? Por causa da realização do Euro 2004.

Sabe o que é que aconteceu no Porto e em Lisboa?

As unidades hoteleiras quase que duplicaram o preço médio por dormida.

Repare: isto são valores que afectam muito estes resultados...

Deputado Alberto Pereira (PSD): A tendência decrescente na Região não tem importância, pois não?

A Oradora: ... mas mesmo assim a Região Autónoma dos Açores, não foi tão afectada por esta questão, por este fenómeno de alteração dos preços e desta oscilação devido à realização do Euro (como sabe não tivemos nenhum jogo nos Açores). Mais uma vez se constata que a excepção é o caso dos Açores onde, perante os decréscimos significativos que houve nas restantes regiões, aumentaram 1,1% no caso do proveito médio de aposento por cama.

Repare: este é um comportamento significativamente bom e de reforçar no contexto nacional.

Sr. Deputado, não sei o que é que quer que lhe diga.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Não quero que me diga nada! A não ser que seja para aprender algo.

A Oradora: Não vale a pena dizer mais nada.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os meus agradecimentos, desde já, à Sra. Deputada Ana Isabel Moniz por ter comentado a minha intervenção, mas com toda a estima e consideração pessoal que tenho por V. Exa., permita-me que lhe diga que dominando como domina a matéria e tendo, obviamente, qualidades e competências neste domínio, era-lhe exigível um tratamento mais rigoroso e um pronunciamento intelectualmente mais honesto destas matérias.

Compreendo que esteja dividida entre a honestidade intelectual que não deixará de querer cultivar e a subserviência que lhe é exigida pelo Grupo Parlamentar do PS e pelo Governo e que é, aliás, uma imagem de marca deste PS. É, certamente, um desafio importante, e, porventura um dilema pessoal. Eu só desejo que possa evoluir noutra sentido, no sentido da qualidade técnica, objectividade política e da inteligência dos seus comentários, porque qualidades para isso não lhe faltam seguramente, faça-lhe essa justiça.

Relativamente ao conteúdo da intervenção da Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, e quanto à questão das “operações charter” que mais uma vez referenciou num discurso muito pouco rigoroso e convenientemente superficial, eu apenas reitero as minhas preocupações e que têm a ver com a excessiva dependência, não de um mercado, diga-se, porque nós não temos verdadeiramente uma penetração consistente no mercado do Norte da Europa. Nós temos um operador a coordenar um conjunto de operações no Norte da Europa e já expliquei muitas vezes que essa dependência é perigosa e mesmo suicidária, e é uma operação de duração e desfecho imprevisíveis.

A Sra. Deputada sabe muito bem que estes operadores são normalmente nómadas e predadores. Um dia vão deixar os Açores. Não o vão fazer neste momento, porque o Governo não o podendo permitir, há-de encontrar “argumentos financeiros” para prolongar a operação o mais possível. Mas quando acontecer, sobretudo se até lá não for possível diversificar verdadeiramente a operação turística, diluindo o risco associado a estas operações, as consequências podem ser catastróficas. Olhe, Sra

Deputada, basta-lhe fazer um exercício muito simples. Retire os resultados da operação charter, à operação turística global para os Açores e faça as contas. Vai concluir, como sei que já sabe, que afinal não houve crescimentos tão significativos como os anunciados. Houve até crescimentos negativos e vai concluir, sublinho, que nesse cenário, as taxas de ocupação hoteleira cairiam para um valor da ordem dos 25%. As consequências seriam falências em cascata e uma crise eminente no sector turístico regional, com efeitos indirectos e colaterais muitíssimo significativos. Já lhe expliquei isso e, como não tenho tendências missionárias, não volto a repetir. Digo só que essa é a verdadeira razão pela qual o Governo, por todas as formas possíveis, há-de assegurar a manutenção das operações. Mesmo que recorrendo a expedientes criativos financeiros ou outros! Vivem pendurados nessas operações à custa de subsidiação pública e da erosão dos preços dos serviços turísticos. Essa é a mais pura verdade!

Portanto, eu não posso, por muita consideração que tenha por V. Exa., cair em manobras de distração. O tempo é escasso e há uma mensagem importante que eu quero transmitir. Essa mensagem tem a ver com uma omissão grave do Governo Regional e que, na nossa avaliação, tem alto significado político.

No debate do Plano e Orçamento para 2007, eu quero registar que o Governo Regional, designadamente o Sr. Secretário Regional da Economia, não sentiu necessidade de intervir. Não teve uma só palavra sobre esta matéria, entendeu que nada tinha a dizer perante o retrato da região que acabei de traçar em matéria de turismo. Se V. Exas. acham que o retrato traçado é discutível ou mal fundamentado, então deveriam procurar contrariar os factos alegados e os argumentos expendidos. Nada dizer é que não é aceitável. Fica registado que V. Exa. não teve uma palavra para os empresários que estão em situação económica difícil e que se sentem claramente impotentes para conseguir travar a quebra da qualidade dos serviços e a redução das suas receitas; não teve uma palavra para os profissionais do turismo, confrontados com a precariedade laboral, com a crescente sazonalidade no sector,...

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Era mais um subsídio!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): No seu tempo é que não se fazia nada, apenas fechavam-se hotéis!

O Orador: ... substituídos por profissionais estrangeiros de uma forma absolutamente absurda, insustentável e até de legalidade duvidosa. Não teve nada a dizer quanto à manutenção da tendência descendente da receita média por dormida que constitui um problema real e nuclear que se recusam a admitir contra todas as evidências.

A Sra. Deputada Ana Isabel Moniz encenou apenas uma manobra de diversão, porque desvaloriza a tendência descendente e põe-se a fazer comparações obviamente abusivas, com destinos e realidades turísticas não comparáveis com os Açores. Não teve uma palavra a dizer sobre a falta de competitividade do destino que é claramente afirmada num recente estudo da DGT e que, como sabe, invoca 4 razões que eu já enunciei aqui e que um dia destes havemos de aprofundar.

O Governo Regional não fala disto porque se especializou em vender ilusões e bloqueia quando tem que falar da Região real. O problema é este e só este. V. Exas. às vezes nem parecem políticos. Parecem mais publicitários.

A tudo isto, o governo responde com o silêncio. Rectifico, diz uma coisa apenas. A única coisa que diz, perante todos estes problemas, é anunciar pomposamente o advento dos hotéis de 5 estrelas e a duplicação da oferta de alojamento para os próximos anos.

Pois bem, o anunciado advento dos hotéis de 5 estrelas é uma contradição nos próprios termos, é completamente absurdo e baseia-se no princípio errado ou no vício de raciocínio de que a qualidade se pode decretar. Para além de que, com em tempos já expliquei pormenorizadamente, não é uma tipologia turística essencial, nesta fase, à comercialização do produto Açores.

Quanto ao objectivo da duplicação da oferta, tenham paciência... será que não vêem que isso é dobrar os problemas? O objectivo presente, se bom senso houvesse, deveria ser, evidentemente, sustentar a oferta que já existe, reduzir a *décalage* entre a oferta e procura e repensar a política promocional, incrementando o investimento público e privado neste domínio.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Era assim que se processava no seu tempo: a procura aumentava e a oferta diminuía!

O Orador: Esses é que deveriam ser os objectivos políticos sectoriais. Então os senhores atrevem-se a dizer, perante a situação desestruturada do sector e de todos os constrangimentos registados, que a solução é apostar nos hotéis de 5 estrelas como se isso gerasse automaticamente o aumento da qualidade turística e se repercutisse imediatamente na qualidade da procura turística? E atrevem-se ainda, num cenário de muita oferta e pouca procura, a anunciar o objectivo de duplicar a oferta?

Atrevem-se a fazer anúncios públicos como esses, mas quando confrontados com os factos, os problemas, os constrangimentos, já não têm aqui uma palavra para os empresários, para a indústria turística regional, para os profissionais do turismo? Parece-se sinceramente grave! E deixem-me que conclua, perante todas estas incongruências que, de facto, algo vai muito mal no reino socialista ou então “a lógica é uma batata”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Mas, bem vistas as coisas, percebe-se. De facto, o Governo há muito que deixou de planear. Foge para a frente e improvisa sempre.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É por isso que vocês nunca vão ganhar eleições!

O Orador: Baseia-se numa lógica de gestão de curto prazo, assim como quem diz, “quem vier a seguir que feche a porta”.

Por isso é que o Governo Regional, excepção feita à abordagem ao mercado nacional – e por influência do PSD – rendeu-se aos encantos das soluções instantâneas, porque assim é fácil de resolver, que é o que se passa com as operações charter. Em turismo, diria que é uma solução do tipo *fast food*: enche, engorda, mas não alimenta

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: E ainda por cima faz mal à saúde e a prazo até pode matar.

O drama é este, mas parece que ninguém quer reflectir sobre esta matéria.

Portanto, a Sra. Deputada não fique preocupada – passe o pleonasma – com as minhas preocupações quanto à operação charter. Corresponde a uma convicção profunda que eu já aqui apresentei e desenvolvi. Não é um capricho pessoal.

Um dia vamos ver (já estamos até a ver!) os efeitos perniciosos que vai ter para o turismo dos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): *Muito bem!*

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu gostava que o senhor descontasse a promoção charter no restante território nacional!

O Orador: Como disse, o Governo há muito que deixou de planear.

O Sr. Secretário Regional da Economia, perante a situação que descrevi, diz e disse-o recentemente na comunicação social: “bom, a promoção turística é lenta!” É verdade! Isso é verdade! Quero concordar com V. Exa. Mas por isso mesmo é que já deviam ter começado há mais tempo. Se não estivessem desde 1997 a desinvestir em termos promocionais, não se tinham visto obrigados a recorrer a esse expediente milagroso das operações charter para salvarem uma operação ruinosa nos anos de 2002, 2003 e 2004.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Cresceu 20% em 2004!

O Orador: Cresceu, claro, à custa da dita operação charter. Continuando...

Por outro lado diz “que não se pode promover profusamente, não temos dinheiro para promover profusamente nos mercados emissores do turismo”.

Sr. Secretário Regional da Economia, permita-me que lhe diga. Não é altura de se armar em bom gestor e muito menos em gestor modelo. Não tem autoridade moral, nem tem autoridade política, um governo que diz que não tem dinheiro para aumentar substancialmente o investimento promocional e que gasta 8 anos e 30 milhões de euros, literalmente atirados ao mar, numa operação de transporte marítimo ruinosa para acabar por voltar à estaca zero! Pior é impossível!

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não tem autoridade moral, nem tem autoridade política para resignar em matéria de incrementar o investimento em promoção turística um governo que gasta 70% do Orçamento de publicidade turística e 50% do orçamento promocional global em apoios ao desporto profissional ...

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): No seu tempo é que era assim. Sabe do que é que está a falar nesta matéria!

O Orador: ... porque todos nós sabemos que estamos a falar de subsídios mascarados de contratos publicitários.

Não tem autoridade moral, nem tem autoridade política um Governo Regional que faz o que faz nesta matéria e que eu classifico de escandaloso.

Por último, uma referência a um comentário do Sr. Secretário Regional da Economia e penso que também da Sra. Deputada Ana Isabel Moniz quando referiu, ou referiram, tentando baixar as expectativas, que não podemos crescer sempre a taxas de 20%. Isso é óbvio. A minha honestidade intelectual permite-me aceitar isso, Sra. Deputada e Sr. Secretário Regional.

Agora, vamos ser razoáveis: se somos pessoas sensatas e informadas e sabemos que as variações positivas e negativas, na procura turística, decorrem muitas vezes de variáveis exógenas que não são controláveis pelos governos, vamos então levar o raciocínio até ao fim: o Governo não cante vitória e não se aproprie dos sucessos que não lhe pertencem e não lhe serão imputadas sempre as culpas e consequências dos insucessos registados. O que não faz sentido nenhum é o Governo Regional continuar com comparações abusivas com destinos consagrados para transmitir a ideia de que nos Açores tudo vai bem em matéria de turismo e logo a seguir dizer: “bom, já crescemos 20% nos últimos anos, agora preparem-se que vamos ter taxas de crescimento bem inferiores”. Isto não é razoável, porque o que Governo está a fazer ao dizer isto, é a privatizar os lucros e a socializar os prejuízos. “Se as coisas correm bem, a autoria é do Governo; se correm mal, a culpa é dos outros!”. Isto é muito pouco socialista. E daí... talvez não seja!

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Governo para se aproximarem da mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos interromper aqui os nossos trabalhos e vamos regressar às 14.30 para tentar ganhar algum tempo.

Antes de interrompermos, passo a anunciar os tempos disponíveis:

Deputado Independente – 1 minuto.

CDS/PP – 29 minutos

PSD – 91 minutos

PS – 101 minutos

Governo – 187 minutos

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 55 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradece que se sentassem para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 14 horas e 35 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2007, na área dos Assuntos Sociais, visa consolidar as estratégias definidas e implementadas e reforçar o desenvolvimento de políticas, por uma lado, de prevenção e de melhoria da qualidade da prestação de cuidados de saúde, e, por outro, promotoras da coesão social e igualdade de oportunidades.

No âmbito do Plano Regional para o Desenvolvimento das Políticas Sociais Activas, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, através da Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social, implementou, em 2005 e 2006, um conjunto de iniciativas inovadoras que implicaram uma reorganização global dos objectivos, meios e procedimentos de intervenção, que se consubstanciaram nas seguintes iniciativas:

- Criação de um sistema regional de apoio à mulher em risco em toda a região, focando as respostas principalmente para a mulher vítima de violência, contando com o acompanhamento psicossocial, jurídico e com programas de autonomização. Para o

efeito foram constituídas duas Redes de Apoio Integrado à Mulher, em Angra e Ponta Delgada, e foi criado um Centro de Emergência para Mulheres em Risco, em S. Miguel, que incidirá a sua acção essencialmente em situações de sem abrigo.

- Reforçada a estratégia de igualdade de género com a criação de dois CIPA – Centro de Informação, Promoção e Acompanhamento das Políticas para a Igualdade – que dispõe de um conjunto de serviços de apoio técnico-jurídico e de um serviço de documentação on-line, aberto a todos os cidadãos e entidades públicas e privadas.

- Constituídas duas Redes de Suporte Sócio-Cultural à Mobilidade Humana, em São Miguel e Terceira, que visam contribuir para a integração efectiva dos cidadãos sem abrigo, dos repatriados e dos cidadãos imigrantes em situação de exclusão.

- Foi implementada, em S. Miguel, a Rede de Apoio Integrado à Pessoa com Necessidades Especiais, que procura promover um conjunto de respostas no sentido de melhorar as acessibilidades e do respeito pela diferença, (estando prevista a 7 de Dezembro a formalização da rede na Terceira);

- Também foram recentemente criados os Centros de Recursos de Apoio ao Idoso – CRAI – em S. Miguel e Terceira, que tem como objectivo a organização de respostas especializadas nas diversas áreas, a promoção da segurança, mediante o alargamento do Tele-Alarme, de modo a permita ao idoso permanecer independente pelo maior tempo possível, retardando a sua institucionalização;

- Foi formalizado o Centro de Promoção, Formação e Acompanhamento das Amas de São Miguel, mediante uma certificação específica, que enquadre legalmente a actividade, que tem por objectivo, promover o seu acompanhamento contínuo e actualizar os seus conhecimentos através da formação e de acções de capacitação complementares sobre o desenvolvimento da criança. Actualmente, estão certificadas 28 amas, que dão já resposta a cerca de 112 crianças.

- Ao nível da Rede Regional de Equipamentos Sociais foram concretizados e iniciados alguns investimentos dos quais salientamos: Creche e Jardim-de-Infância da Confederação Operária Terceirense, Creche e Jardim-de-Infância da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, Creche da Casa de Providência de São José na Calheta de São Jorge, Creche da Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, ATL e CAO do Nordeste, Lar de Idosos da Piedade do Pico, Lar de Idosos da Santa

Casa da Misericórdia de Vila Franca (a inaugurar em Dezembro), Creche e Jardim-de-Infância do Centro Social e Paroquial da Fajã de Baixo, Lar de Idosos da Madalena do Pico, entre outros.

O Plano de Investimentos para 2007 pretende dar continuidade à política na área da **“infância e juventude”**, através da construção e remodelação de um conjunto de equipamentos, designadamente 11 creches e jardins-de-infância, sendo de destacar as creches de São João de Deus, do Pico da Pedra, dos Arrifes, das Capelas, da Atalhada (Lagoa), de Santa Cruz da Graciosa e da Praia da Vitória. Para além destas importa referir a criação de dois Lares dirigidos pela Obra Social Madre Maria Clara, na Candelária (Pico) e na Povoação.

Este Plano reflectirá a necessidade de fazer incidir um conjunto de medidas que terão como objectivo central estabelecer um conjunto de acções e procedimentos de apoio à família, articulados com os outros sistemas de defesa dos direitos da criança e jovem em risco.

Dinamizaremos:

1 – O aumento, nos próximos 3 anos, do número de creches mediante a construção de 8 novos equipamentos com incidência em S. Miguel, principalmente nos concelhos de Ponta Delgada e Lagoa; no concelho da Praia da Vitória, na Terceira e em Santa Maria, aumentando em 320 o número de lugares da rede regional;

2 – A criação do Centro de Formação e Acompanhamento de Amas na Terceira que, à semelhança de S. Miguel, permitirá iniciar o processo de legalização do trabalho das amas e aumentar o seu número de 28 para 120 em 2 anos, enquadrando perto de 480 crianças, assim como, a partir de Janeiro do próximo ano, implementar um sistema de apoio técnico-financeiro à actividade, tornando-a mais atraente;

3 – A instalação de um sistema de qualidade de serviço técnico-pedagógico e de funcionamento em todos os equipamentos dirigidos à primeira infância, sob gestão das IPSS's, procurando

garantir o máximo possível de eficiência e eficácia no acolhimento das crianças e de relação com as famílias, tornando também os equipamentos mais seguros;

4 – O lançamento do programa de actualização e formação contínua em metodologias lúdico-pedagógicas e em sistemas de prevenção primária, de todos os técnicos e

funcionários em geral, dos equipamentos de apoio à primeira infância, num número aproximado de 1000, para qualificar a suas práticas diárias;

5 – O início em todos os equipamentos do programa de rastreio precoce de crianças com necessidades especiais ou em situação de risco, ao nível do desenvolvimento, educação e saúde, procurando melhorar as condições de estimulação sócio-educativas e de relacionamento sócio-familiar, prevenindo situações futuras de dificuldades de aprendizagem e de maus tratos.

6 – A criação dos Serviços Infanto-Juvenis de apoio à Família, enquanto estrutura de prestação de serviços de apoio pontual às famílias, nomeadamente, através da ocupação de tempos livres em pequenos períodos de tempo, no desenvolvimento de aprendizagens lúdico-pedagógicas de apoio aos trabalhos escolares, no transporte, no acesso ao desporto e à cultura, no acesso à informática e no apoio à alimentação entre horário escolar.

Para além das medidas enunciadas importa salientar o reforço técnico das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, pelo qual pugnamos tendo, actualmente, a certeza de que será uma realidade em 2007.

Nesta área é inquestionável a evolução e a capacidade de acolhimento das estruturas financiadas pelo Governo Regional, quer ao nível qualitativo, quer ao nível quantitativo, estando previsto um investimento de 3.750.000 €, neste Plano de investimento.

Na área dos equipamentos de apoio à deficiência estão previstas 7 iniciativas de entre as quais se destacam os CAO de Vila do Porto, de Vila Franca e Angra do Heroísmo, cujo investimento totalizará 2.080.000 €.

Na área de apoio aos idosos, prevê o Governo Regional dar seguimento aos processos de construção do Lar de Idosos da Lagoa, do Recolhimento de São Gonçalo, na Terceira, e dos Lares de Idosos das Lajes do Pico e das Lajes das Flores, a que corresponde um montante de investimento previsto de 5.050.000 €.

Importa também referir o apoio para a execução de infra-estruturas, como polivalentes e edifícios para serviços e outros fins, que envolverão um montante de 3.820.000 €.

Para tudo isto, o Plano para 2007 prevê um investimento público de catorze milhões e setecentos mil euros, para as áreas da Solidariedade e Segurança Social.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito do **Serviço Regional de Saúde** está prevista a **Construção de Novas Infra-Estruturas**. Quero anunciar que ficou ontem concluído o Plano Funcional do Novo Hospital da Ilha Terceira e posso anunciar, também, com satisfação, o lançamento do concurso para a concepção/construção até ao final do corrente ano.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Assim também podemos assegurar com grande grau de probabilidade o início da obra no segundo semestre de 2008, a sua conclusão provável e entrada em funcionamento no segundo semestre de 2010.

Os Centros de Saúde da Graciosa e da Madalena do Pico já têm as suas localizações escolhidas, encontrando-se neste momento em fase de negociação as aquisições dos terrenos, prevendo-se que os concursos de construção sejam lançados no primeiro semestre de 2007.

Quanto ao Centro de Saúde de Ponta Delgada, dada a sua futura localização num meio urbano mais denso, e para que fique salvaguardado que a sua nova localização não prejudicará a acessibilidade, tem sido um processo mais complexo, mas em breve serão indicadas as hipóteses para a sua nova localização, e iniciado o processo que levará à sua construção.

Na Remodelação e Ampliação de Unidades de Saúde, pretende o Governo Regional reforçar e consolidar a melhoria contínua da ampliação, conservação, manutenção e reabilitação dos espaços que se destinam à prestação de cuidados de saúde.

O Governo Regional tem estabelecido como uma das suas prioridades a contínua melhoria na qualidade e na acessibilidade dos Açorianos à prestação de cuidados de saúde.

A qualificação dos profissionais do Serviço Regional de Saúde tem sido uma preocupação constante, que se tem reflectido na atribuição de bolsas para os cursos

de medicina, técnicos de diagnóstico e terapêutica, medicina dentária e complemento de formação em enfermagem. Neste momento estão em formação 108 médicos e 69 TDT, bolseiros da Região.

Ainda neste âmbito e tendo em vista, por um lado, a captação de mais recursos humanos para o Serviço Regional de Saúde nas áreas carenciadas, o Governo Regional apresentará a curto prazo, **novas medidas de regulamentação e atribuição de incentivos** para a captação e fixação de profissionais de Saúde, de modo a permitir a melhoria da cobertura e acessibilidade dos Açorianos aos cuidados de saúde.

O desenvolvimento dos Programas Regionais de Saúde **são fundamentais na promoção da saúde e prevenção da doença, pelo que não posso deixar de salientar os trabalhos que têm sido desenvolvidos, particularmente, no âmbito do Programa de Saúde Oral, do Programa Regional de Nutrição e Diabetes e do Projecto de Estudo da Leptospirose.**

A médio prazo surgirá um documento estratégico e agregador.

O Plano de Saúde para o período de 2008-2012.

Na área da Toxicodependência o Governo Regional tem efectuado acções e apoiado intervenções nas áreas da prevenção e do tratamento.

Nos meses de Julho a Agosto deste ano foi consolidada a Campanha “*Ondinha Prevenido, Verão Divertido*”, que envolveu 3.000 crianças e cerca de 14 Instituições, e realizada em praias e zonas balneares de todas as ilhas.

A Campanha “*Vicia-te na Vida*”, dirigida aos jovens e população em geral foi efectuada em parceria com 12 IPSS’s, tendo atingido directamente 2000 pessoas e, indirectamente, uma grande percentagem da população através das mensagens publicitárias da Campanha.

O programa de formação “*Droga, Educar para Prevenir*” tem tido o seu desenvolvimento a nível regional, tendo abrangido até agora cerca de 9.000 pessoas.

No que à investigação diz respeito, o Governo Regional assinou um protocolo de cooperação científica com a Associação “IREFREA” (**Instituto Europeu para o Estudo dos Factores de Risco e Protecção em Crianças e Adolescentes**), que está a desenvolver, ao longo de três anos, um estudo nas cidades de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, intitulado “*Estudo da Cultura Recreativa como Instrumento para a Prevenção de Comportamentos de Risco*”, que irá permitir uma melhor compreensão do fenómeno da noite e espaços recreativos entre os jovens. Este é um estudo de âmbito Europeu no qual participam 8 países da Europa e 12 cidades Portuguesas.

No âmbito do projecto FREE, o Governo Regional em conjunto com os Serviços Prisionais tem desenvolvido um projecto de intervenção nos Estabelecimentos Prisionais, sendo de realçar também, o incentivo e apoio concedido às Autarquias na elaboração dos seus Planos Municipais de Toxicodependências.

É também clara a aposta na contínua formação de todos os profissionais envolvidos nesta problemática.

Na área específica do tratamento de substituição realizámos um seminário que contou com a presença de 40 profissionais de saúde.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A primeira fase do projecto de **Informatização do Serviço Regional de Saúde**, projecto denominado por Sistema de Informação da Saúde – Açores Região Digital, já está concluída e com sucesso, e há uma semana demos início à segunda fase, que mais do que uma mera introdução da tecnologia é, acima de tudo, um momento de viragem do actual sistema, que o vai tornar simples, eficaz e governável e, mais do que tudo, centrado no utente, no fundo a razão de ser do Serviço Regional de Saúde.

O cartão de utente do Serviço Regional de Saúde é, hoje, uma aposta ganha no recenseamento dos utentes. Este instrumento foi estruturante para a criação da base de dados que alimentará o novo sistema de informação da saúde, que funcionará com base no processo clínico electrónico único. Hoje mais de 210 mil açorianos já têm cartão de utente.

A Carta de Saúde da Região, documento fundamental e estruturante para o Serviço Regional de Saúde está, neste momento, em fase final de elaboração prevendo-se a sua apresentação no primeiro trimestre de 2007.

O Governo Regional apresentou nesta Assembleia Legislativa um projecto de Decreto Legislativo Regional que altera o regime jurídico dos Hospitais da Região, que visa a sua transformação em **Entidades Públicas Empresariais**.

A qualidade na saúde irrompe, hoje, como uma exigência essencial de todos os envolvimento nos cuidados de saúde.

A Organização Mundial da Saúde enuncia como componentes de Cuidados de Saúde de Qualidade o elevado grau de excelência profissional, a eficiência na utilização dos recursos, os riscos mínimos para os doentes, a satisfação para os utilizadores bem como a obtenção de resultados de saúde.

A melhoria da Qualidade nos Serviços de Saúde passa sempre por promover a saúde da população, estruturar os serviços de encontro com as suas necessidades, assegurar a competência profissional dos prestadores dos cuidados, assegurar que os diferentes recursos – humanos, financeiros, equipamentos e informação são utilizados de uma forma racional e eficiente, e assegurar a satisfação dos profissionais de saúde.

Sabendo-se que a Qualidade dos Cuidados prestados aos doentes depende, basicamente, de uma boa prática clínica, na Região Autónoma dos Açores iniciou-se em Junho de 2005 a primeira fase e em Junho de 2006 a segunda fase do MoniQuor, que é um programa que procura contribuir para uma estratégia global de melhoria contínua da qualidade dos cuidados prestados aos cidadãos utilizadores dos Centros de Saúde, para o aumento da satisfação dos profissionais, para a melhoria da organização e gestão dos Centros de Saúde.

O Hospital do Divino Espírito Santo iniciou o seu processo de acreditação junto do King's Fund Quality Service, estando neste momento na sua fase final. Pretendemos estender este mesmo processo aos restantes hospitais da Região.

É então, com satisfação, que vejo o nosso Serviço Regional de Saúde atingir níveis de qualidade e eficiência reconhecidos por entidades externas à Região devidamente creditadas na matéria.

O Governo Regional, este ano e pela primeira vez dotou os orçamentos dos Centros de Saúde do valor ajustado às reais necessidades. Este esforço permitirá, por um lado, ultrapassar os problemas relativos a despesas sem cabimento orçamental, apontados pelo Tribunal de Contas, evitando, deste modo, eventuais infracções financeiras pelos Conselhos de Administração das Unidades de Saúde e, por outro lado, aumentar o grau de exigência, o rigor e a responsabilização dos Conselhos de Administração no cumprimento dos orçamentos.

A partir de 2007, e considerando que os Conselhos de Administração vão trabalhar com orçamentos de acordo com as suas necessidades, os aumentos para o sector da saúde serão semelhantes aos da restante Administração Pública Regional, mantendo desta forma o Governo Regional a sua aposta na contenção e rigor orçamental.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Reforçar a igualdade de oportunidades e a coesão social visa garantir um maior equilíbrio entre as ofertas disponibilizadas aos cidadãos e as suas necessidades, onde a formação e a informação devem ser orientadas para uma maior e melhor qualidade dos serviços a prestar.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) Deputada Maria José Duarte (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Aquando da discussão do Plano e Orçamento de 2006, V. Exa. afirmou o seguinte, e passo a citar:

“Está neste momento em fase final de elaboração o Plano Integrado de Promoção da Saúde na prevenção de comportamentos de riscos, que se prevê a sua apresentação pública no início de 2006”.

V. Exa. também anunciou a criação do Observatório Regional das Toxicodependências e de um Centro de Recursos para Suporte Pedagógico.

Sr. Secretário, neste momento estamos aqui a discutir o Plano e Orçamento para 2007 e nada do que aqui e agora referi foi concretizado ou posto em prática.

Gostaríamos de saber o porquê e quando a sua efectiva concretização.

Antes de terminar, Sr. Secretário, gostaria, e se permite, de sensibilizar V. Exa. para a importância e urgência que se reveste da criação do Observatório Regional das Toxicodependências, tendo em conta que só se conhecendo a verdadeira realidade deste fenómeno, é que se pode tomar as medidas mais adequadas e concretas para a sua resolução.

Neste momento é como se estivéssemos a construir uma casa e desculpe-me, Sr. Secretário, sem alicerce. Gastam-se milhares e milhares de euros em diversas e inconsequentes campanhas de prevenção das toxicodependências sem se saber e conhecer a verdadeira realidade do fenómeno nos Açores.

Desculpe-me Sr. Secretário, mas isso é inconcebível e é uma situação de certo modo bizarra.

Obrigada.

Deputados Pedro Gomes e Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais trouxe-nos aqui uma intervenção equilibrada e com coisas muito positivas.

Como terceirense estou satisfeito (devo manifestar a minha satisfação) pelo andamento do novo Hospital da Ilha Terceira que, e é bom também aqui lembrar, não vai só servir a Ilha Terceira, vai servir a Graciosa e São Jorge.

Portanto, nessa matéria espero que a obra decorra com a celeridade que o Sr. Secretário aqui nos anunciou.

O sistema de informatização em saúde parece-me uma medida estruturante para o Serviço Regional de Saúde que trará ganhos.

Esse sistema já começou a ser implementado a nível experimental no Continente (não com essa dimensão!) e a marcação electrónica de consultas realmente permitiu

reduzir o tempo de espera substancialmente, aliás, era uma das medidas do Programa SIMPLEX, a medida 330, do Governo da República.

Espera-se que a Carta de Saúde venha aí. É um instrumento fundamental para conhecermos melhor o nosso Sistema Regional de Saúde, mas Sr. Secretário, eu queria também lembrar-lhe aqui algumas sugestões que fiz aquando da minha intervenção.

Essas sugestões eram numa perspectiva construtiva e de melhorar nalguns aspectos com medidas simples. Por exemplo: a acessibilidade, diminuir o tempo de espera de acesso às consultas de especialidade dos hospitais; acabar com as tricas entre os centros de saúde, entre um habitante do concelho de Angra ou do concelho da Praia ou de outro qualquer, que por vir a um médico privado a Angra e tem que fazer uma ecografia, o Centro de Saúde de Angra não paga, porque o da Praia não pôs o carimbo. Como disse aqui, o “patrão” é o mesmo, sai do Serviço Regional de Saúde. No Continente, como o Sr. Secretário sabe, os utentes até já podem escolher livremente o seu Centro de Saúde.

Portanto, não faz sentido que as pessoas estejam a perder tempo, horas, porque isto tudo tem um custo, faltam ao seu trabalho, não produzem e não contribui para o aumento da produtividade em nada, além da pessoa andar de Angra para a Praia e da Praia para Angra, porque veio a um médico privado em Angra, porque só existe em Angra, não existe na Praia. Portanto, esse reembolso poderia ser feito em qualquer centro de saúde, Sr. Secretário.

Por exemplo, no caso da ecografia obstétrica, que só se faz no Centro de Saúde de Angra, não vejo por que é que um utente da Praia não o poderá marcar directamente, tendo vindo à consulta a um médico privado a Angra.

Portanto, julgo que o Sr. Secretário percebeu o que eu estou a explicar.

Depois, Sr. Secretário, julgo que quando estamos, e muito bem, na informatização e a centrar o sistema no utente, não se pode compreender, não se pode aceitar, Sr. Secretário, que as pessoas vão para o Centro de Saúde de Angra do Heroísmo, neste caso, à 1, 2 ou 3 da manhã esperar por uma consulta. É possível, também reformular este sistema, essa consulta de apoio, aumentar a sua frequência, desfazer o horário para não começar a marcação às 8 da manhã, começando por exemplo o horário às 2

ou 3 da tarde, o que já impediria que as pessoas fossem de madrugada para o Centro de Saúde.

E, Sr. Secretário, esta é ponto de honra, quase que não abduco: a famosa lista de acesso à consulta de estomatologia do Hospital de Angra. Eu repito, não me canso de repetir, porque é caso único: no Hospital, nas diversas especialidades, não existe mais especialidade nenhuma e devo dizer, Sr. Secretário, até há especialidades no Hospital de Angra que têm menos especialistas e não tem este sistema. Portanto, não faz nenhum sentido.

Aliás, em reunião que tive com o Conselho de Administração, no passado mês de Setembro, no Hospital de Angra, chamei a atenção da Sra. Presidente do Conselho de Administração, que se mostrou sensível para esta questão. Não existe na Região nem existe no país.

Sr. Secretário, são coisas muito simples, que eu gostaria de obter de V. Exa. uma resposta positiva e que dissesse da sua sensibilidade a respeito destes assuntos.

Para já, ficava por aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Maria José:

Realmente quero assumir aqui com a minha responsabilidade e humildade que o problema da criação do Observatório das Toxicoddependências, anunciado por mim, sofreu alguma inflexão e atraso porque, entretanto, quando começámos a trabalhar na sua estrutura e na sua organização, veio-me à ideia a possibilidade desta estrutura e de tudo o que tivesse relacionado com as toxicoddependências passasse a depender da orgânica da própria Direcção Regional da Saúde e não dependesse exclusivamente, como até agora, do gabinete do Secretário com competência em matéria da saúde, por uma razão muito simples, é porque, sempre que há substituição de secretário mudam-se determinados procedimentos, perdem-se determinadas situações que já existiam, perdem-se determinadas estratégias que estão criadas e, portanto, este processo regride e quase que volta a estaca, não zero, mas quase zero.

Então, pensámos, e estivemos a reflectir, que provavelmente será muito mais útil criarmos uma estrutura que fique como uma estrutura operacional na própria Direcção Regional da Saúde, que seja responsável, como será a Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde ou a Direcção de Serviços de Recursos Humanos, para gerir tudo aquilo que disser respeito à área das toxicodependências.

Por isso, com humildade e assumindo esta responsabilidade, digo que não evoluiu ainda precisamente por esta razão, mas que irá evoluir, penso eu, seguindo esta metodologia que lhe acabei de dizer.

Sr. Deputado Artur Lima:

Já agora vou responder às questões que me pôs na última intervenção, como às outras que me colocou aquando da sua primeira intervenção. Começaria por essas, porque tomei nota, e depois passaria às seguintes.

Relativamente à questão de que estaríamos perante uma situação de apenas irmos apresentar um relatório de auditoria no âmbito financeiro, quero dizer-lhe que isso é verdade, mas não é totalmente verdade, porque nós também temos e vamos receber um relatório no âmbito das consultorias.

O Sr. Deputado no requerimento que fez ao Governo a pedir cópia do contrato para auditoria, nós facultámos a cópia do contrato que diz, no ponto 3, que até 31 de Dezembro se fará a entrega dessa auditoria.

Os contratos da consultoria o Sr. Deputado não pediu. Com certeza que nós não remetemos mas existem contratos com consultoria que também estão dentro do mesmo *timing* que das auditorias e posso dizer-lhe que dois relatórios preliminares desses contratos já nos permitiram priorizar determinadas áreas para o início da informatização do Serviço Regional da Saúde. Nós, da análise dos relatórios preliminares já identificámos quais são as áreas que devem ser prioritárias na dinamização do Sistema de Informatização do Serviço Regional de Saúde.

Posso dizer-lhe que, por exemplo, a Gestão dos Recursos Humanos, a Gestão do Aprovisionamento, a Gestão das Farmácias e o recenseamento de utentes, que tem que existir, Estatísticas e Apoio à Decisão, já são módulos que vamos dar prioridade na instalação do sistema de informatização da saúde.

Relativamente às obras do Serviço de Urgência do Hospital de Angra, elas iniciam-se no mês de Dezembro. Vão começar por uma impermeabilização de toda a estrutura no sentido de tentar impermeabilizar todo o tecto e as estruturas que estão anexas ao Serviço de Urgência e depois irão desenrolar-se as restantes obras.

Quanto ao novo equipamento de imagiologia do Hospital de Angra do Heroísmo ele está adjudicado por 1,2 milhões de euros. Neste momento, a empresa ganhadora do processo está a criar as condições para criar o local exacto para instalar o equipamento e pô-lo a funcionar.

Quando à rede de informatização para suportar este equipamento, posso dizer-lhe que é das redes mais avançadas que foi concluída em Julho de 2006 já a perspectivar este novo equipamento que vai ser instalado e a perspectivar também já a sua ligação ao sistema de informatização da saúde.

Quanto à TAC multicorte, o seu processo está associado também à aquisição da TAC para o Hospital de Ponta Delgada. Neste momento há um problema da comissão técnica na escolha de um ou outro equipamento.

Acontece que neste momento foi dado um prazo até Sexta-feira para essa comissão se pronunciar. Se não se pronunciar nós recorreremos, de facto, a entidade externas credíveis que façam a decisão final para resolvermos esta situação.

O mesmo se passa relativamente à parte dos ecógrafos que estão previstos para o Plano de 2007.

Quanto ao mamógrafo digital com esterotaxia, está previsto para o Hospital de Angra no investimento de 2007.

No que se refere à questão da instalação de mamógrafos, disse nesta casa que iríamos instalar nalguns centros de saúde.

Neste momento, em face de uma inversão daquilo que o Governo entendeu como sendo o mais útil, e dado que em São Miguel a Delegação da Liga Portuguesa Contra o Cancro tinha feito um peditório exclusivamente para a compra de um mamógrafo móvel para São Miguel, o Governo Regional decidiu, com base num estudo que tinha sido feito anteriormente sobre a parte do rastreio do cancro da mama, investir num mamógrafo móvel, juntando o donativo da Liga Portuguesa Contra o Cancro para esta compra.

Posso dizer que as propostas já estão em fase de análise. O prazo de entrega das propostas foi 23 de Outubro. Neste momento, a Comissão já se encontra a fazer a escolha deste mamógrafo, que vai ser equipado com um mamógrafo digital também já adaptado para o novo sistema de informatização do Serviço Regional de Saúde que irá servir toda a ilha de São Miguel e servirá a ilha de Santa Maria e da Graciosa.

Quanto ao equipamento que me falou relativamente à telemedicina no Hospital de Angra de Heroísmo, o que eu sei é que em tempos foi comprado um equipamento desses. Sinceramente não lhe posso responder se foi utilizado ou não, se alguma vez funcionou ou não. Não tenho informação nesse sentido.

Neste momento, o equipamento que existe ou que possa existir, está perfeitamente ultrapassado. Não tem qualquer utilidade para este sistema de informação que nós estamos a criar.

Quanto às questões que me pôs da acessibilidade às consultas e referenciação, como sabe, está determinado que a referenciação às consultas hospitalares são por 4 vias: centros de saúde, internamento, urgência e privada.

É preciso que haja uma referenciação à respectiva consulta que requer uma informação clínica e que depois é remetida para o hospital para as diversas especialidades que são analisadas pelo respectivo chefe de serviço e é dada a prioridade.

O que é preciso também, e quero dizer isto porque foi uma das coisas que realcei, é apostar na qualidade, continuar a apostar na qualidade dos nossos profissionais de saúde de modo a que possamos ter maior rentabilidade e eficácia em toda a articulação.

Relativamente à parte da marcação de consultas, a facilitação, como disse, penso que o sistema de informatização da saúde vai permitir e favorecer isso a partir do momento que se criará o *Call Center* em que o utente pode fazer a ligação directa e fazer a sua marcação. Portanto, poderá obviar esta dificuldade.

Tricas entre os centros de saúde. Penso que aqui há um problema de articulação efectiva e complementaridade entre os centros de saúde que terá que passar por conversa com o Conselho de Administração e definir claramente a articulação que deve existir. Deve-se privilegiar os recursos que nós temos no sector público e

esgotá-los até às últimas necessidades. Então, se isso assim não for suficiente, terá que cada centro de saúde ir contratualizar com as entidades com quem devem prestar esses cuidados. Registo e tomarei as iniciativas nesse sentido.

As consultas de apoio, de facto, são uma grande preocupação, porque hoje já não se justifica e não se entende muito bem essas listas e essas “bichas” de pessoas, longas horas nesse sentido.

Em Angra do Heroísmo, de facto, como sabe, é uma situação muito preocupante, porque Angra é dos concelhos mais carenciados nesta questão.

Já propusemos ao Conselho de Administração a contratualização de médicos para fazerem consultas de apoio ou efectivamente alargar o funcionamento e o horário do Centro de Saúde, só que fazer horas extraordinárias ou outro tipo de horário diferente obriga ao consentimento dos médicos. Portanto, há aqui alguma dificuldade.

Quanto à questão das listas de acesso à consulta de estomatologia, Sr. Deputado Artur Lima, não conheço pessoalmente. Já tentei procurar e pedir junto da Direcção Regional da Saúde que me indicasse ou me desse cópia desse despacho, orientação ou circular. Não consigo identificar. Portanto, se eventualmente possui, agradecia que me fizesse chegar para avaliar, até porque como disse no início, a referenciação às consultas externas está estabelecida.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Se me permite, para além do Observatório Regional das Toxicod dependências, também referi o Plano Integrado de Promoção da Saúde na Prevenção de Comportamentos de Risco e Centros de Recursos que também não foram postos em prática no decorrer deste ano e gostaríamos de saber porquê e para quando?

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Desculpe, Sra. Deputada, não percebi.

A Oradora: O Plano Integrado – é um grande nome – de Promoção da Saúde na Prevenção de Comportamentos de Risco e o Centro de Recursos, que também não

foram postos em prática. Gostaríamos de saber porquê e para quando a sua concretização?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Começo exactamente onde o senhor acabou.

A tal dita lista existiu de uma reunião conjunta entre a Direcção Regional da Saúde e o Conselho de Administração, na altura, do Hospital de Angra e emanaram um documento, uma circular do Director Regional (eu tenho em minha posse essa circular e fornecerei cópia ao Sr. Secretário), em que ficou decidido na altura essa lista por um conjunto de circunstâncias que não é importante recordar agora, porque hoje não fazem nenhum sentido.

Registo a sua compreensão e a sua vontade em corrigir esse defeito de acesso a uma consulta muito importante.

Depois o Sr. Secretário fala-me na auditoria. Diz-me que “não é verdade, mas é verdade!”.

Eu vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Secretário, eu também só pedi o contrato da auditoria, é verdade. Mas devo-lhe também agora anunciar que vou fazer um requerimento a pedir o da consultadoria e já com os resultados.

De qualquer modo, eu não fui o primeiro a dizer isto. Passo a citar declarações suas:

“Estas auditorias aos Hospitais... visam o levantamento...”.

Portanto, tudo o que disse ontem era na auditoria. Agora, se a auditoria englobava consultadoria, nunca foi claramente dito também. Portanto, a falha de comunicação não terá sido só minha.

Devo dizer-lhe, Sr. Secretário, que nessa perspectiva, já que veio o assunto em seguimento, não podia estar mais de acordo consigo numa coisa que o senhor disse e que eu estou plenamente de acordo e por isso a vou citar aqui, porque é um assunto que eu já tinha falado há uns meses atrás, insisti e uma vez o Sr. Secretário ficou incomodado com isso.

O Sr. Secretário diz, a respeito da auditoria e de todo o processo que: “não defenderá nem apoiará eventuais interesses pessoais ou de grupo, que ainda teimam em querer prosseguir prejudicando o interesse colectivo...”.

Sr. Secretário, afinal eles existem!

Quando falei neles aqui há uns meses ficou espantado, mas afinal existem interesses pessoais, existem interesses corporativistas e fico satisfeito que o senhor os tenha reconhecido.

Depois, quanto às obras da urgência, só posso esperar que elas comecem em Dezembro, porque começam também com mais de 3 meses de atraso.

Serviço de Imagiologia.

Justamente como o Sr. Secretário aqui referiu e muito bem, temos a questão daquela comissão não se pronunciar, daí eu referir no meu discurso ontem o interesse de pôr os serviços de radiologia dos hospitais a falar entre si para decidirem as coisas, justamente se a TAC multicorte de 64 cortes fica em Ponta Delgada, a de 32 na Terceira. Essas questões são técnicas e eles é que têm que decidir. Se calhar não faz sentido uma de 64 na Terceira. A de Ponta Delgada chegará para os Açores. É isso que o Serviço de Imagiologia de Ponta Delgada, juntamente com o Serviço de Imagiologia de Angra do Heroísmo têm que conversar e decidir para se tomar decisões em tempo útil. Julgo que compreende perfeitamente isto.

As obras dessa primeira fase estão a decorrer a bom ritmo e fico satisfeito que seja adquirido e instalado no Hospital o mamógrafo com esteriotaxia e ainda como o senhor disse aqui não descorando a parte do rastreio que se vai fazer juntamente com o COA e aí sim há verdadeira complementaridade do rastreio e depois do tratamento multidisciplinar da patologia da mama no hospital.

Portanto, acho que nessa matéria vamos pelo caminho certo. Oxalá as coisas funcionem muito bem.

O COA neste momento presta um excelente serviço à população dos Açores, mas precisa de equipamento, porque o seu mamógrafo está desactualizado, para ir cumprir a sua função de rastreio em conjunto com os outros centros de saúde e encaminhar para os hospitais centrais para as coisas serem devidamente tratadas.

Faço votos para que tudo corra bem. Naturalmente vai correr bem e ficaremos satisfeitos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Maria José:

Quanto ao Plano Integrado de Promoção da Saúde e Prevenção de Tratamentos de Risco, esse é um plano que está integrado no próprio programa de maus usos e abusos dos processos psico-activos da droga. Também está directamente relacionado com a abertura de 4 espaços que nós idealizamos para Ponta Delgada, Angra, Horta e Rabo de Peixe, para dar apoio directo e implementar este plano, como também a articulação com o chamado Observatório das Toxicodependências e também o Centro de Recursos.

Isto é para se fazer, só que queremos juntar neste processo o problema da sida e, portanto, rentabilizar os mesmos espaços para, em conjunto, tratarmos este problema nos mesmos espaços, embora com técnicos diferentes, mas apoiar directamente estas questões.

Por isso, como sabe, foi aprovada recentemente a resolução que alterou a estrutura da Comissão Regional de Luta Contra a Sida, por razões estratégicas e também por razões daquilo que há a nível nacional.

Portanto, gostaríamos e vamos fazer todos os esforços para dinamizarmos estas estruturas e a partir daí criar, de facto, raiz.

Também gostaríamos de alargar à cidade da Horta essa possibilidade para termos, de facto, 5 pólos em que possamos dinamizar este plano.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Aproveito a oportunidade, já que não tenho durante os outros plenários tanto tempo como tenho agora, para lhe colocar uma pergunta. Não sei se o Sr. Secretário já

possui informação a esse respeito, mas de qualquer forma faça-lhe a pergunta (se não tiver informação, depois havemos de conversar):

Em relação às vagas para o internato de especialidade, elas já foram descongeladas pelo Sr. Ministro, mas parece que voltaram a ser congeladas as vagas para os Açores.

Queria perguntar se o senhor já tem a lista, se contempla a abertura de vagas para clínica geral para os Centros de Saúde de Angra (presumo que não!) e Praia?

Portanto, a pergunta que lhe faço, é se a lista que o Sr. Ministro terá congelado, segundo informações que tive, já foi descongelada, e se o Centro de Saúde da Praia tem idoneidade formativa para o internato de especialidade de medicina geral e familiar?

Era apenas esta pergunta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, as questões levantadas pelas idoneidades é uma coisa que temos vindo a batalhar, se assim se pode dizer, com o Secretário-Geral do Ministério da Saúde, porque eles entendem e alteram com frequência a idoneidade dos serviços. Portanto, têm-nos imposto algumas condicionantes nas especialidades que nós temos pedido, tanto que na lista que foi congelada e que foi retirada, de facto, substituíram idoneidades que existiam no Centro de Saúde de Angra e noutros centros de saúde e puseram, por exemplo, na Unidade de Saúde da Ilha do Pico e noutros lugares.

De qualquer modo, essa lista foi retirada porque, como sabe, uma das imposições foi que fossem aumentadas as vagas em 20% para a especialidade de clínica geral e medicina familiar.

Até à data presente não tenho conhecimento se as nossas vagas sofreram alguma alteração ou reescalonamento. Portanto, neste momento não posso adiantar nenhuma informação.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As políticas em Saúde, como tantas outras, não se constroem com vaidades, nem a responsabilidade se inquieta com o barulho da urbe que não sabe esperar pelo tempo das coisas.

Muitas vezes o investimento nas pessoas, como sucede na Saúde, exige políticas que não se coadunam com o imediatismo – tantas vezes exigido pela oposição através das suas críticas ao Serviço Regional de Saúde e ao Governo Regional – no que diz respeito a muitas das acções necessárias à concretização de projectos fundamentais para o Sector.

Qualquer investimento estratégico como a construção de determinada infra-estrutura, designadamente um hospital ou um centro de saúde, ou a introdução de um qualquer sistema complexo que emane de áreas em estado nascente em inovação, como as da Sociedade de Informação e do Conhecimento, exige decisão política, enquadramento técnico e suporte financeiro.

Nesse intuito, desde a primeira hora a ambição dos Governos do Partido Socialista levou-os a investir em áreas de excelência, em que algumas das suas vertentes, no aqui e agora, eram ainda impossíveis, de ser concretizadas – é ver a abrangência do projecto telemedicina no seu início e as possibilidades que a tecnologia hoje nos oferece. Assumir o ónus do possível e de etapas não notícia em projectos indispensáveis à inovação e à modernidade a imprimir no Sector da Saúde, releva a não compreensão por parte da oposição desse desafio.

Quem disso tiver dúvidas, que leia os Programas e Planos de Investimento dos Governos do Partido Socialista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dez anos é muito tempo, é verdade, mas assumir esse ou outro maior tempo para concretizar projectos ambiciosos, nascidos da vontade política em dotar o Serviço Regional de Saúde com os instrumentos necessários para melhor e mais informadamente conhecer o Sistema de Saúde Açoriano, e nele poder intervir com eficácia e coerência é, sem dúvida, uma decisão de sentido político e visão alargados e de responsabilidade política apurada.

Refiro-me ao projecto 16.5 – Tecnologias de Informação na Saúde, Açores Região Digital (ARD) com as correspondentes acções onde as redes de Teleconsulta se incluem.

Regozijamo-nos com o transpor da etapa de adjudicação do software, esta, já de interesse dos média e por isso mesmo mais divulgável e alvo de críticas, infelizmente acríicas, efectuadas inclusive no âmbito deste debate. No entanto, para o Governo Regional trata-se somente de mais um passo dado na sequência de muitos outros necessários, no sentido da prossecução deste ambicioso projecto.

Para gerir a Saúde, hoje, como ontem, não basta o conhecimento do desempenho económico-financeiro de cada unidade de saúde, nem o acompanhamento e rigoroso controlo orçamental. Conhecer a actividade clínica de cada unidade de saúde sem distorções, o perfil de doentes, de prescrições medicamentosas e outras, de uma forma escoreita, será a grande revolução na informação, pois passará a ser mais fidedigna e em tempo útil.

Como quem tem informação tem o conhecimento, as políticas terão também um ponto de partido mais consentâneo com a realidade, e por isso de mais fácil compreensão e também com maior probabilidade de sucesso.

A aposta do Governo Regional é continuar a pôr em marcha os mecanismos ao seu alcance para que até ao final deste mandato a Saúde dê entrada, de pleno direito, na Sociedade do Século XXI, ou seja a Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O mundo da comunicação digital entrou na medicina por várias vias e na Região mais concretamente há cerca de dez anos, nomeadamente através dos equipamentos médicos de exames complementares de diagnóstico e terapêutica hospitalares...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Deve explicar isso é ao seu colega, Deputado Herberto Rosa!

A Oradora: ... tendo gerado necessidade de compatibilização de comunicação dos equipamentos entre si quando se pretendeu e, se conseguiu, a implementação de um Serviço de Imagiologia digitalizada, à altura pioneiro nos hospitais públicos portugueses como sucedeu no Hospital do Divino Espírito Santo.

Pelas mesmas razões de compatibilização, neste caso de comunicação, voz, dados e imagem, o Plano de Investimento agora em debate e no seguimento dos anteriores, tem contempladas verbas no Projecto Apetrechamento e Modernização do Serviço Regional de Saúde (SRS) no valor de € 4.102.204 (quatro milhões, cento e dois mil e duzentos e quatro euros), mais 25,57% que em 2006, nomeadamente para a continuação de aquisição de modernos equipamentos de Imagiologia para os Centros de Saúde que entrarão na rede de teleconsultas do Sistema Informático da Saúde.

A Formação e Iniciativas em Saúde têm, para 2007, uma dotação no valor de € 1.810.000 (um milhão, oitocentos e dez mil euros), onde a acção Plano Regional de Saúde se encontra reforçada em 75% em relação a 2006, passando do montante de 50.000 para 200.000 euros por se estar a trabalhar no enquadramento dos programas de saúde já existentes e respectivos desenvolvimentos num Plano de Saúde a incluir novos programas.

A formação dos profissionais em exercício e de jovens em formação pré e pós-graduada, bem como a intervenção na toxicodependência mantêm-se como acções importantes no Sistema Regional de Saúde, visando a qualificação dos seus recursos humanos, e a execução do Plano Regional de Prevenção do Mau Uso e a Abuso de Substâncias Psicoactivas/Droga.

Quanto a Remodelação e Ampliação de unidades de Saúde há uma diminuição dos valores em € 1.000.000 (um milhão de euros) face a 2006 porque o investimento é agora orientado para a Construção de Novas Infra-estruturas designadamente os Centros de Saúde da Graciosa, da Madalena e a segunda fase do Centro de Saúde de Ponta Delgada, tendo em conta que a primeira – construção do edifício para o Serviço de Atendimento Urgente (SAU) e de Medicina de Catástrofe – já está concluída em funcionamento. O referido projecto tem um reforço em mais 35,33% face a 2006.

Neste âmbito importa salientar a construção do Hospital de Angra do Heroísmo, que já foi referido o avanço de mais uma etapa, e a aquisição dos terrenos para os centros de saúde da Graciosa e Madalena. Também temos medidas preventivas a aprovar neste plenário no que diz respeito ao Hospital de Angra, que é mais uma acção que leva à concordância do que aqui já foi referido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional Anual 2007 no seu Programa 16 – Desenvolvimento de Infra-estruturas e Sistema de Saúde – encontra-se dotado com um montante global de € 16.682.204 (dezasseis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil duzentos e quatro euros), mais 8.76% que em 2006. Este valor, acrescido das transferências do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Serviço Regional de Saúde no valor de € 193.303.521 (cento e noventa e três milhões, trezentos e três mil e quinhentos e vinte e um euros) – um acréscimo de 4,5% relativo ao ano transacto e 7,8% do PIB Regional – vão permitir a prossecução do cumprimento dos compromissos firmados pelo Partido Socialista com os açorianos, por forma a continuar a adequar a Saúde à missão que lhe está cometida.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O plano e o orçamento para 2007 atribuem ao sector dos Assuntos Sociais uma dotação de 204 milhões euros.

Para os que olham para um plano e orçamento apenas pela estreiteza dos números – afinal o exercício mais elementar – como fazem o Governo Regional e a maioria que o suporta neste Parlamento, há muitos milhões para a área da saúde.

Interpretando o plano e o orçamento como avaliação do desempenho dos sucessivos Governos da responsabilidade do PS, o resultado é desastroso. Aqui, estamos longe, muito longe, da visão idílica que o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais nos trouxe aqui há pouco.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Nuvens negras!

O Orador: Ao longo da última década, os Governos do PS gastaram mais de dois mil milhões de euros (400 milhões de contos) na área da saúde.

Em 2006, o custo médio do Serviço Regional de Saúde, por habitante, estima-se em € 1.086,00.

Nestes dez anos, sucederam-se as mudanças de organização no Serviço Regional de Saúde: alteração do Estatuto em 1999, com unidades de saúde de ilha que não viram a luz do dia, com excepção da do Pico, criação do Instituto de Gestão Financeira da Saúde (IGIF), posteriormente substituído pela SAUDAÇOR, em 2003. Agora, anuncia-se a transformação dos três hospitais regionais em entidades públicas empresariais e a instalação de três novas unidades de saúde de ilha.

A vertigem destas mudanças apenas foi comparável ao ritmo da “dança das cadeiras” dos titulares da pasta da saúde, única área governamental onde os seus titulares não duraram mais de dois anos.

Ao longo dos anos, sucedem-se as autorizações de despesa sem cabimento orçamental, com os gestores das unidades de saúde a serem julgados e condenados pelo Tribunal de Contas, com o Secretário Regional dos Assuntos Sociais a reconhecer que “os orçamentos das unidades de saúde não são reais” e a dívida do sector a disparar para os 211 milhões de euros.

O conceito de “mais saúde e melhor gestão” preconizado pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais no debate do Programa deste Governo não passou dum piedoso slogan que o tempo se encarregou de desmentir.

A desorganização e a falta de rigor na gestão são a imagem de marca da governação socialista.

Apesar de tantos recursos financeiros, de tantos milhões gastos e da existência de maiorias parlamentares confortáveis, garantindo a aprovação de todas as medidas para o sector, o acesso dos doentes ao Serviço Regional de Saúde ainda não está ao alcance de todos, num tempo razoável e com padrões de qualidade.

Os cuidados primários de saúde, prestados nos Centros de Saúde da Região continuam a ser esquecidos pelos Governos do PS.

Deputado Nuno Amaral (PS): É mentira!

O Orador: Os gastos com a saúde não tiveram tradução numa melhoria do acesso ao Serviço Regional de Saúde, por onde tudo deveria ter começado.

Há dramaticamente 80.000 açorianos sem médico de família, um dos quais está hoje nesta tribuna a proferir esta intervenção.

Há milhares de Açorianos em listas de espera, esperando há tempo demais. Alguns, há mais de seis anos, por uma simples cirurgia.

O PS fala de números. Nós escolhemos as pessoas.

Os Açorianos estão descontentes com o Serviço Regional de Saúde e com a saúde nos Açores.

O plano e o orçamento para 2007 não traz, infelizmente, nada de novo. É mais do mesmo.

Deputada Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A sub-orçamentação, que o PSD estima em mais de 40 milhões de euros, persiste.

Não sabemos que objectivos ficam traçados para o próximo ano, nem a intervenção do Sr. Secretário Regional, nesta tribuna, há pouco, o esclareceu: quantos mais Açorianos terão médico de família? Em quanto tempo serão reduzidas as listas de espera? Quantos novos médicos de clínica geral entrarão no Serviço Regional de Saúde? Que programas vão ser implementados? Que especialidades vão ser abrangidas? Que unidades de saúde vão ser escolhidas? Que tipo de protocolos com os médicos e restantes profissionais vão ser estabelecidos?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Zero!

O Orador: Quanto é que isso representa em termos de despesa?

Nenhuma destas questões tem resposta.

Deputado Nuno Amaral (PS): Devem agradecer à Leonor Beleza!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ainda a Leonor Beleza?!

O Orador: O Governo não sabe o que quer atingir em 2007.

Saltitando de medida em medida, o PS procura fazer dos hospitais empresa, o novo “milagre das rosas”.

Agarrado aos números, o PS transforma milhões na sua tábua de salvação política.

Os números são importantes. Sem dinheiro não se faz boa saúde e nisso estamos de acordo. O Governo tem dinheiro, mas não sabe como geri-lo a favor dos Açorianos.

Em matéria de saúde, o Governo Regional precisa de consultar o seu médico de família. Mas, tal como os açorianos, não tem nenhum disponível.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O orçamento para a área da saúde é um orçamento de mentira.
Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de referir que há imensas questões, umas a melhorar, outras a resolver, no Serviço Regional de Saúde. O Partido Socialista e o Governo Regional nunca negaram estas questões.

Não posso, de qualquer maneira, concordar com o Sr. Deputado Pedro Gomes quando diz que os resultados da despesa de tal valor e de tais números grandiosos não se consubstanciaram em melhoria na Saúde. Com isso não posso concordar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Na melhoria do acesso, Sra. Deputada. Seja rigorosa!

A Oradora: Que seja na melhoria do acesso, porque o que eu vou referir não é possível sem melhoria do acesso. A melhoria do acesso leva à melhoria da saúde.

Uma análise macro-económica, requer que falemos de números grandes.

Em 10 anos, dizer que se gastou um montante daquele teor e não houve melhorias não pode ser verdade. Vamos ver como é que existem essas melhorias.

Se nós pensarmos que numa dada Região, num determinado local, um Serviço Regional de Saúde ou um Sistema de Saúde, deve, em primeiro lugar, diminuir a taxa de mortalidade daquela Região, esta é uma tarefa árdua, difícil, mas é um indicador muito importante.

Nos Açores, em 1995, nós tínhamos uma taxa de mortalidade de 11.2 ‰. Agora temos 10.1 ‰. É uma descida importante em termos de taxa de mortalidade. Mas, meus caros Srs. Deputados, nomeadamente, estimado Deputado Pedro Gomes:

Se nós formos ver, como é que posso afirmar que melhorou a acessibilidade?

Temos de ver os indicadores de actividade.

Esses indicadores de actividade é que nos dizem se houve ou não aumento da actividade no que diz respeito à Saúde. Então vamos ver:

Aumentaram ou não as consultas ao longo dos anos?

Aumentaram ou não as urgências ao longo dos anos?

Aumentaram ou não os exames complementares de diagnóstico e terapêutica?

Isso significa que se despenderam montantes no Serviço Regional de Saúde para aumentar a actividade.

Mais. Em 1999 no Serviço Regional de Saúde foram realizados 1 milhão, 848 mil e 47 exames complementares de diagnóstico e em 2005, números ainda não consolidados, 2 milhões, 734 mil, 950.

Há ou não aumento da actividade?

E os exames terapêuticos?

Passamos de 196 mil para 424 mil!

O Sr. Deputado sabia?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sei esses números e sei muitos outros!

A Oradora: Então não é verdade que o Serviço Regional de Saúde não dê resposta, que só gasta e não aumenta a sua actividade.

Indicadores também muito importante, são, por exemplo, a taxa de demora média num hospital, a taxa de ocupação, os doentes saídos...

Deputado Pedro Gomes (PSD): E as urgências, Sra. Deputada?

A Oradora: Com que dinheiro se paga o pessoal na saúde?

Em 1999, nós tínhamos 352 médicos. Hoje, ainda não temos o número relativo a 2006, mas em 2005 (e o número ainda não está consolidado) eram 506 médicos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Já está consolidado!

A Oradora: E enfermeiros? Em 1999 eram 878 e hoje são 1095.

Para que não se diga que há má gestão na Saúde, nestes anos todos mesmo com o aumento das especialidades e o aumento de necessidades, o outro pessoal aumentou de 2.168 para 2.397, um número diminuto. Isso quer dizer que afinal o Serviço Regional de Saúde tem gasto bem e tem melhorado os seus cuidados de saúde.

Estivemos a falar aqui em aquisição de equipamentos de última linha, na construção de novas infra-estruturas, da revolução de um sistema que nós não teremos tão cedo

no Continente Português e de uma estratégia muito importante para melhorar cada vez mais o Serviço Regional de Saúde. Portanto, apontar as carências, cabe à oposição apontá-las, não nego isso e nós reconhecemo-lo. Nós reconhecemos que é preciso melhorar, mas ignorar tudo o que de positivo tem sido feito e que é muito importante para os açorianos, só posso concluir que a oposição deve estar cega, porque não é possível ignorar (e eu ando na saúde há 20 anos) o salto qualitativo que esta Região tem em termos da Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de dizer que uma parte do discurso do Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais é a repetição do discurso proferido nesta câmara há um ano atrás, revelando exemplarmente que na área da saúde há um conjunto de coisas que estão paradas e que não andam.

Só para termos a noção do que é que se está a falar, eu gostaria de dizer que o Sr. Secretário Regional da Saúde, há um ano atrás, dizia, a propósito da construção dos centros de saúde de Ponta Delgada, Santa Cruz da Graciosa e Madalena, “já estão iniciados os processos”. Hoje, veio repetir aqui o mesmo.

Sobre a Carta Hospitalar e a Carta de Equipamentos de Saúde, dizia “estará construída no final de 2006”. Agora, já é para o final do primeiro semestre de 2007.

“O Governo Regional está a constituir um grupo de trabalho para o estudo e reforma dos custos das acessibilidades ao Serviço Regional de Saúde, pretendendo destinar receitas obtidas e programas de recuperação das listas de espera e o apetrechamento tecnológico das instituições do Serviço Regional de Saúde”, dizia isto há um ano. Voltou a repetir a mesma coisa nesta intervenção.

Na área da saúde o tempo parece que não passa ou passa demasiado devagar, ao contrário do que sucede no mundo. Isto vem reforçar a ideia de que, em termos de

gestão global do Serviço Regional de Saúde, o Partido Socialista não sabe o que quer, nem sabe para onde vai.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Estes sucessivos Governos Regionais do Partido Socialista gastam por mês, na área da saúde, 16 milhões e meio de euros e aquilo que o Partido Social Democrata aqui vem dizer é que se pode gastar melhor este dinheiro, que se pode fazer melhor gestão na área da saúde. Isso é essencial nos dias de hoje e é essencial não só na Região Autónoma dos Açores, como é essencial em todo o mundo.

Há um estudo, e fiquei admirado do Sr. Secretário não ter citado, porque gosta de citá-lo e cita-o frequentemente - “HealthCast 2020” - que vem dizer exactamente isso e os pressupostos em que este estudo aponta traduzem uma necessidade de reorganização e de melhor gestão dos serviços de saúde por todo o mundo, incluindo o Serviço Regional de Saúde dos Açores.

O que se passa aqui, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, é que há uma necessidade de melhorar métodos de gestão e o Partido Socialista ao longo de 10 anos, ao longo de 5 titulares da pasta da saúde, tem “saltitado” de opção em opção, mudado de estratégia frequentemente, e pelos vistos sem acertar ao longo destes anos...

Deputado Nuno Amaral (PSD): Os senhores estão sempre a mudar de líder. Nem no líder acertam!

O Orador: ... causando ineficiências no sistema.

A Sra. Deputada Fernanda Mendes citou um conjunto de estatísticas que estão certas, são oficiais, mas não falou de outras.

Nós continuamos sem ter o mesmo número de médicos por habitante que tem o Continente. Nós temos 2 médicos por cada 1000 habitante nos Açores. Portugal, no seu todo, tem 3,4 médicos. Este número coloca-nos, e para citar os países da OCDE, ao nível da Coreia. Estamos ao nível da Coreia em termos de médicos por habitante.

A Sra. Deputada Fernanda Mendes não falou da pressão existente nas urgências dos centros de saúde e nas urgências hospitalares que têm vindo a crescer. Aliás, as urgências nos hospitais e nos centros de saúde cresceram de 2004 para 2005. O ano passado tinham diminuído, mas a tendência não é de diminuição. Há uma pressão nos

Serviços de Atendimento Urgente dos Centros de Saúde e nas urgências hospitalares, provando que o sistema está distorcido, porque não há alternativas, e esse é um problema que os Governos do Partido Socialista não conseguiram resolver até hoje. Isto é, tem-se gasto muito dinheiro na área da saúde, mas o que é verdade é que um dos problemas centrais, que é o deslocar as procuras dos utentes das urgências hospitalares e dos atendimentos permanentes dos centros de saúde, não se concretiza. Esta é grande falha do Serviço Regional de Saúde.

O que se passa hoje é que um cidadão que precise de ser atendido no Serviço Regional de Saúde, das duas uma, ou tem uma cunha para ser atendido rapidamente ou então não vai ao Serviço Regional de Saúde e tem dinheiro para pagar uma consulta privada. Este é o drama do Serviço Regional de Saúde e este é o drama que 10 anos de governação do Partido Socialista e 2 mil milhões de euros ainda não conseguiram resolver.

Deputados António Marinho e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Gomes acabou de fazer aqui algumas afirmações que eu gostaria de esclarecer:

Quando eu disse o ano passado que se tinha iniciado o processo para os Centros de Saúde da Madalena, Santa Cruz da Graciosa e São Miguel, referia-me ao início, à constituição dos grupos de trabalho que iriam escolher e propor os terrenos para a localização desses centros de saúde.

Já estão escolhidos, já estamos na fase de aquisição dos terrenos...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Estava a citar o seu discurso!

O Orador: ... e avançaremos para essa situação.

Acho extraordinário o Sr. Deputado Pedro Gomes vir falar em acessibilidades, urgências, consultas, quando todos os indicadores apontam para uma melhoria efectiva desses indicadores.

É evidente que nós temos que assumir de uma vez por todas duas coisas:

Primeira – os recursos humanos na área de clínica geral e medicina familiar são deficitários.

Não é por falta de iniciativa do Governo que nós não tenhamos tentado recrutar mais médicos de clínica geral/medicina familiar para a Região. Posso dizer-lhe que neste momento temos duas iniciativas em curso que esperamos que sejam profícuas para a Região e que a localização desses recursos, se vierem a ser disponibilizados, serão inteiramente canalizados para os centros de saúde que são particularmente carenciados e os centros de saúde particularmente carenciados, como o Sr. Deputado sabe, são Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Vila Franca.

Portanto, os recursos que nós conseguirmos neste tipo de iniciativa serão canalizados para estes centros de saúde.

Entretanto, outros centros de saúde que pela mobilidade de pessoal têm saído alguns elementos, estão a fazer o recrutamento por via da mobilidade, do concurso ou requisição.

Mas isto é um problema nacional e só há uma solução, é nós criarmos incentivos específicos para que os médicos que terminam a sua licenciatura optem para ir para a especialidade de clínica geral/medicina familiar. Só há essa via porque a prova está no último concurso, em que à última da hora foram congeladas as vagas para o internato complementar, porque entretanto o Sr. Ministro entendeu que se devia aumentar mais 20% exclusivamente para clínica geral/medicina familiar.

Este é um processo que nós estamos a acompanhar e que vamos tentar resolver rapidamente.

Já desafiámos os centros de saúde que são carenciados para optarem ou pelo regime remuneratório experimental, ou por horas extraordinárias, ou pelo alargamento de horário com outros sistemas, só que neste momento, como lhe disse também, é preciso que haja anuência dos profissionais de saúde para entrarem nesses sistemas.

Por outro lado, Sr. Deputado Pedro Gomes, estranho a sua posição quando o senhor acusa que o Serviço Regional de Saúde gastou as verbas que gastou ao longo destes anos e vejo agora uma proposta que saiu de uma conferência de imprensa, no intervalo das 11 e meia, onde propõe um reforço de 22,6 milhões de euros para o Serviço Regional de Saúde.

Portanto, quando os senhores vêm dizer que gastamos e que continuamos a gastar verbas estrondosas neste processo e vem propor que se aumente e reforce o Serviço Regional de Saúde em 22,6 milhões de euros, sinceramente, não percebo a sua intervenção.

Deputado António Marinho (PSD): É para não obrigarem pessoas a ir a tribunal não sendo culpados!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começarei por uma explicação ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais que, não percebendo o alcance da proposta do PSD, acaba de provar por que é que também não percebe como gerir melhor o sector da saúde nos Açores.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Aí é que se engana!

O Orador: A proposta que o PSD vai apresentar, aliás anunciou publicamente e formalizará ainda hoje para ser votada, visa reforçar em 22,6 milhões de euros as transferências para o Serviço Regional de Saúde.

Essa proposta destina-se, como na altura própria será devidamente explicado, a ajudar a repor a verdade, do ponto de vista financeiro, no Serviço Regional de Saúde, combatendo a sub-orçamentação deste sector não só com o reforço que o Governo já anunciou de 31 milhões de euros para os Centros de Saúde.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): 33 milhões de euros!

O Orador. Os números divergiram publicamente entre os 31 e os 33. O Sr. Secretário confirma que são 33.

Com as economias estimadas para o próximo ano, que aliás constam deste orçamento, pelas contas do PSD, esta verba é insuficiente para repor integralmente o financiamento verdadeiro no Serviço Regional e Saúde.

Deputado José San-Bento (PS): Deviam dizer como é que canalizavam o dinheiro. Era isso que o senhor devia fazer!

O Orador: Como o Sr. Deputado sabe...

Deputado José San-Bento (PS): Eu não sei de nada!

O Orador: ... porque é deputado há muitos anos nesta casa, na proposta que será apresentada terá que vir, no respeito do equilíbrio orçamental, identificada a verba e o programa de onde se cortará. Fique descansado que a seu tempo verá isso. Não tenha dúvidas quanto a essa matéria, porque as regras do equilíbrio orçamental a isso obrigam. Não aumenta a despesa global do Plano e do Orçamento, porque não pode aumentar. Retiramos de verbas que estão identificadas na proposta.

Queria também dizer que esta verba de 22,6 milhões de euros se destina também ao Serviço Regional de Saúde com o objectivo de lançar um programa de combate às listas de espera, porque esse é um dos problemas centrais do Serviço Regional de Saúde. É com esse reforço financeiro que nós esperamos que a bancada do Partido Socialista, neste Parlamento, aprove, em nome da verdade e da transparência financeira do Serviço Regional de Saúde.

Há condições financeiras para que as unidades de saúde da Região possam lançar um programa de longo alcance para combater as listas de espera e colocá-las num tempo clinicamente aceitável, porque esse deve ser um dos grandes objectivos do Serviço Regional de Saúde.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Para além disso, queria também dizer que esta medida se destina a evitar uma vergonha para V. Exa., Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, e para o Governo do qual faz parte, que é a vergonha de ver gestores de Unidades de Saúde da Região serem julgados e condenados pelo Tribunal de Contas por serem obrigados a praticar infracções financeiras para manterem a funcionar as suas unidades de saúde,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... porque a Secretaria Regional, da qual V. Exa. é titular, não dota os centros de saúde e os hospitais com as verbas necessárias para que possam satisfazer as necessidades dos cidadãos e é em nome da verdade e em defesa do bom nome dos gestores das Unidades de Saúde da Região que o Partido Social Democrata também apresenta a proposta que hoje será formalizada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como o tempo urge tenho que ser muito sintética, por isso, Sr. Deputado Pedro Gomes, eu gostaria de colocar duas questões.

Eu penso que o Sr. Deputado e o PSD ou dizem que é preciso gastar melhor, ou então dizem que é preciso um reforço do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Herberto Rosa (PS): *Muito bem!*

A Oradora: A pergunta é:

Como e onde eu vou gastar? Onde não devo gastar?

Que custos de oportunidade com o mesmo montante?

Se eu vou fazer uma coisa nova, o que é que eu deixo de fazer daquilo que já faço?

Esta é uma questão muito importante.

Aonde é que está o desperdício? Era só isso que eu gostaria de ouvir!

Eu, de facto, estou há 20 anos na saúde e não encontrei o local aonde se encontra o desperdício.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Se calhar até percebo pouco de saúde e conheço mal o sistema de saúde e os profissionais que nele trabalham.

Quanto à proposta de aumentar para 22,6 milhões para dar resposta ao combate às listas de espera, de facto, é uma coisa que eu não percebo e por duas razões:

Primeiro, listas de espera vão sempre existir em todo o Serviço Regional de Saúde, nacional, europeu e americano.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Também não disse o contrário!

O Orador: Não há listas de espera para situações de urgência; não há listas de espera para situações clínicas que o prognóstico aconselha prioridade. Há listas de espera

para situações em que não está em causa o prognóstico, nem a qualidade de vida do utente. Aqui nós temos que ser responsáveis aos diversos níveis, porque quem tem a responsabilidade, em primeiro lugar, de seleccionar a prioridade das intervenções nas várias especialidades são os senhores directores de serviço pela legislação que lá está. São eles que têm que seleccionar quais são as prioridades nas intervenções que devem impor nas suas listas de espera. Portanto, não vamos passar para a responsabilidade do Governo essa hipótese de selecção. É para passar para as administrações. É para avaliar a produtividade, é para avaliar o desempenho e por isso a avaliação do desempenho vai sair nos relatórios das assessorias e consultorias que nós pedimos e depois vamos ver e confrontar.

É preciso que saiba que essa situação se enquadra perfeitamente nas situações do Serviço Nacional de Saúde, do Serviço Regional de Saúde, do Serviço europeu ou americano.

Por outro lado, também gostaria de dizer ao Sr. Deputado Pedro Gomes que na gestão das Unidades de Saúde, aquilo que aconteceu nos Centros de Saúde da Região, o Governo Regional, de imediato, quando tomou conhecimento através dos gestores que estavam a ser indiciados...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso arrasta-se há anos. Essa prática já vem há anos!

O Orador: ... para efeito de julgamento em tribunal, pelo Tribunal de Contas, imediatamente se solidarizou com esses gestores, disponibilizou todo o apoio no contraditório dos processos, incluindo também o apoio jurídico. Desde a primeira hora isso é verdade. Reconhecemos, com certeza temos que reconhecer. Mas também disse hoje que a partir de agora tínhamos reposto a situação, que não há mais a solução de dívidas sem cabimentação e que passaremos a dotar os centros de saúde com os seus orçamentos reais face ao apuramento que foi feito até 31 de Dezembro de 2005.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A sociedade Açoriana é, hoje, mais solidária e por isso mais justa e mais democrática, fruto das políticas sociais prosseguidas, nos últimos 10 anos, pelos governos socialistas liderados por Carlos César.

A Proposta de Plano Regional Anual para 2007, em apreciação, constitui-se como mais um contributo na prossecução deste desenvolvimento.

Trata-se de um documento **congruente com as orientações comunitárias em matéria de políticas sociais**, com as **Orientações a Médio Prazo para o quadriénio 2004-2008**, com o **Programa do IX Governo Regional** e com outros **Planos Anuais** anteriormente aprovados nesta Assembleia, mas também, e diria mesmo sobretudo, com os **compromissos eleitorais** assumidos com os Açorianos em 2004.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A sociedade Açoriana é, hoje, mais solidária e por isso mais justa e mais democrática porque a região soube, ao contrário das acusações infundadas de falta de plano e de falta de projecto, evoluir na definição e desenvolvimento da sua política de inclusão em consonância com as orientações emanadas dos fóruns internacionais.

As orientações comunitárias em matéria de política social, nomeadamente as expressas na Carta Social Europeia – revista e ratificada pelos diferentes Estados-Membros, assentam no reconhecimento de um conjunto de direitos universais a saber:

Todas as pessoas devem ter direito a:

- protecção contra a pobreza e a exclusão social;
- assistência social e médica;
- acesso a serviços sociais qualificados;
- uma habitação condigna;
- ganhar a vida por um trabalho livremente empreendido; e
- dispor de meios apropriados de orientação profissional, com vista a ajudá-las a escolher uma profissão conforme às suas aptidões pessoais e aos seus interesses;

As crianças e os adolescentes têm direito a:

- protecção especial contra os perigos físicos e morais a que se encontrem expostos; e

- protecção social, jurídica e económica apropriada;

As pessoas portadoras de deficiência têm direito à:

- autonomia, e à integração social; e

- participação na vida da comunidade;

A família, como célula fundamental da sociedade, tem direito a uma protecção social, jurídica e económica apropriada para assegurar o seu pleno desenvolvimento;

Os **trabalhadores migrantes**, e suas famílias, têm direito a protecção e assistência no território de qualquer outro país; e

As **peessoas idosas** têm direito a uma protecção social adequada.

A perspectiva de inclusão social subjacente à Proposta de Plano Anual para 2007 está em plena consonância com estas orientações, desde logo porque:

- A problemática da **exclusão social é encarada como fenómeno multifactorial**, cujas causas incluem: a carência de recursos materiais, mas também de formação académica e de habilitações profissionais; desigualdades no acesso à educação, à habitação e a cuidados de saúde, bem como oportunidades limitadas de participação em actividades culturais, lúdicas, desportivas e recreativas;

- Os **grupos alvo** das políticas sociais incluem as pessoas e famílias com carências económicas, mas também idosos, crianças e jovens vítimas de abandono, maus tratos, abuso ou negligência, pessoas portadoras de deficiência, vítimas de violência doméstica, imigrantes, repatriados, ex-reclusos, toxicodependentes e pessoas sem abrigo;

- As medidas para a **promoção da inclusão social** assentam na intervenção integrada e articulada de um leque variado de actores, metodologias e apoios.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso não se resolve por via administrativa!

A Oradora: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A sociedade Açoriana será, no final de 2007, mais solidária e por isso mais justa e mais democrática porque o governo regional interioriza esta perspectiva, na sua plenitude, transpõe-a para o contexto regional, e assume as suas implicações na acção programada não só ao nível da solidariedade e segurança social, mas também dos diferentes departamentos governamentais.

Se é verdade que se propõe, no âmbito da segurança social, assegurar o apoio a crianças e jovens, idosos e pessoas portadoras de deficiência, bem como disponibilizar prestações sociais que visam garantir um nível mínimo de dignidade a todos os cidadãos, quer se trate do Rendimento Social de Inserção, do Complemento Regional de Pensão ou de subsídios de precariedade económica;

Não é menos verdade que se reconhece como competência dos serviços de saúde assegurar a igualdade de oportunidades e o acesso universal aos cuidados básicos na promoção da saúde e prevenção da doença;

Que compete à educação promover a diversificação da oferta curricular e democratizar o acesso às tecnologias da informação por forma a garantir a todos o acesso a oportunidades formativas que permitam a realização do potencial de cada aluno;

Que compete à economia incentivar o surgimento de iniciativas privadas no âmbito do apoio a crianças, jovens e idosos;

Que compete à habitação assegurar, a todos, o acesso a uma habitação condigna;

Que compete ao emprego incentivar o surgimento de oportunidades de emprego adaptadas às capacidades de cada um, quer se trate do mercado competitivo de trabalho, do mercado social de emprego, de emprego protegido ou mesmo de oportunidades de ocupação pelo trabalho;

Que compete aos serviços da juventude e do desporto assegurar a descentralização da oferta de actividades desportivas e de ocupação de tempos livres, estruturadas e estruturantes, que facilitem a aquisição de competências pessoais e sociais;

Ou mesmo que compete à **presidência** incentivar, por exemplo, a produção cultural nos diferentes contextos sociais e descentralizar a oferta potenciando a sua fruição.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A sociedade Açoriana será, no final de 2007, mais solidária e por isso mais justa e mais democrática, porque o governo dos Açorianos sabe assegurar a continuidade nos

princípios e objectivos que se propõe, mas também assumir experiências de inovação no que se reporta a introdução de novas acções que, com base nos sucessos já alcançados, nos permitem ir mais longe na promoção da coesão social.

Se, por um lado, a continuidade em relação a Planos anteriores e às Orientações de Médio Prazo fica bem patente através das principais linhas de política sectorial a prosseguir, nomeadamente:

Continuar a desenvolver políticas locais, globais e integradas de desenvolvimento social e local que apoiem e promovam a família;

Continuar a intervir a favor do bem-estar das crianças e jovens em risco;

Continuar o alargamento da rede de apoio ao idoso e consolidar o seu funcionamento;

Continuar a implementação da rede de centros de actividades ocupacionais para pessoas portadoras de deficiência;

Continuar a favorecer a integração social das mulheres e homens que se confrontam com situações de pobreza e exclusão social; e

Continuar a promover a empregabilidade de todas as pessoas em risco de exclusão social.

Por outro lado, encontramos no documento em análise um conjunto de iniciativas que, assentes numa análise criteriosa do impacto das medidas implementadas até à data e no reconhecimento da evolução verificada no tecido social das nossas ilhas, propõem linhas de orientação claramente inovadoras.

O Secretário Regional dos Assuntos Sociais referiu, na sua intervenção, vários exemplos de redefinição da lógica subjacente ao funcionamento das diferentes valências hoje existentes na região. De facto, são já bem visíveis os resultados do esforço de descentralização dos investimentos no sentido de dotar cada comunidade dos recursos que lhes permita fazer face à sua realidade específica.

Dispomos de valências um pouco por todos os concelhos e ilhas da região. Urge agora incentivar o seu funcionamento em rede, como forma de promover uma maior partilha de recursos e saberes, com especial incidência para a divulgação das boas práticas.

Não vou repetir a análise que nos deixou o Sr. Secretário Regional. Gostaria sim, de complementá-la com referência a um conjunto de outras acções que considero significativas e ilustrativas do cariz inovador do documento em discussão.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A sociedade Açoriana será, no final de 2007, mais solidária e por isso mais justa e mais democrática porque, com este Plano Anual Regional o Governo Regional:

Procederá à progressiva desinstitucionalização de pessoas com reduzida autonomia, quer se trate de portadores de deficiência, de toxicodependentes ou de doentes mentais, criando estruturas comunitárias de reinserção social ou, na impossibilidade desse regresso à comunidade, substituindo as instituições de grandes dimensões por unidades de cariz familiar, potenciadoras de dinâmicas relacionais mais humanizadas; Incentivará a disponibilização de serviços de mediação familiar, a todas as famílias que se confrontem com situações de disfunção ou ruptura do exercício das suas funções;

Promoverá novas formas de garantir a protecção das nossas crianças e jovens através da criação da Agência para a Defesa e Desenvolvimento da Criança e Jovem em risco;

Diversificará os apoios disponíveis aos idosos, nomeadamente através da criação de centros de noite, bem como da disponibilização de oportunidades de interacção com os mais jovens, no contexto dos centros de apoio intergeracional;

Apoiará uma mais ampla inclusão das pessoas portadoras de deficiência, em particular na idade adulta, potenciando novas formas de empregabilidade como seja o emprego apoiado;

Apostará fortemente na promoção da qualidade dos serviços prestados aos utentes no âmbito das diversas valências. Esta aposta na qualidade assentará, não só num mais assíduo e criterioso acompanhamento da execução dos acordos de cooperação celebrados entre o Governo Regional e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, mas também num plano de formação dos agentes de acção que visa promover a aquisição de competências específicas e essenciais ao bom desempenho das suas funções.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A sociedade Açoriana será, no final desta legislatura, mais solidária e por isso mais justa e mais democrática também porque o governo dos Açorianos saberá valorizar os objectivos alcançados, e saberá, sobretudo, utilizar esses ganhos como ponto de partida para novos desafios.

A proposta de Plano Regional Anual para 2007 assenta nas conquistas dos últimos 10 anos, introduz inovações para o ano em causa e perspectiva novos rumos:

Novos rumos na diversificação dos apoios aos idosos, no sentido de promover a manutenção das suas vivências e das suas rotinas diárias, no contexto da sua comunidade afectiva;

Novos rumos no apoio a crianças e jovens incentivando uma maior adaptação das actividades desenvolvidas nos Centros de Ocupação de Tempos Livres às características específicas dos grupos que as frequentam, potenciando a aquisição de competências pessoais e sociais, em articulação com outros recursos disponíveis na comunidade, nomeadamente do âmbito da educação;

Novos rumos no apoio às pessoas com deficiência nomeadamente diversificando as actividades desenvolvidas pelos Centros de Actividades Ocupacionais, como sejam iniciativas de emprego protegido;

Novos rumos no apoio às famílias, possibilitando que, no exercício das suas funções de cuidadoras de crianças e jovens, de idosos ou de pessoas portadoras de deficiência, lhes seja atribuído um apoio idêntico ao que é concedido às instituições sociais que prestam serviços semelhantes.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A sociedade Açoriana é hoje, e será no final desta legislatura, mais solidária e por isso mais justa e mais democrática porque **o Governo Regional cumpre os compromissos eleitorais** assumidos com os Açorianos em 2004.

A meio da legislatura podemos, em jeito de balanço, analisar o Programa Eleitoral, ou os Manifestos Eleitorais, apresentados aos Açorianos em 2004 e constatar, com satisfação, que, nesta como noutras áreas, estamos a honrar os nossos compromissos.

Em 2004 prometemos aos Açorianos que promoveríamos uma maior coesão social, com acções a implementar em cada uma das nove ilhas.

Nem tudo está feito, nem tal seria se esperar face a um instrumento de planeamento para quatro anos. No entanto, parece-me de salientar que 90% das acções concretas previstas nos Manifestos Eleitorais, de Santa Maria ao Corvo, estão hoje concluídas ou em fase de execução.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A sociedade Açoriana é, hoje, e será, certamente, no final de 2007, mais solidária e por isso mais justa e mais democrática, fruto das políticas sociais propostas pelo Governo para o ano de 2007 e que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se orgulha de apoiar.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(O Sr. Presidente da Assembleia foi substituído pela Sra. Vice-Presidente, Deputada Fernanda Mendes, no lugar de Presidente da Mesa da ALRAA)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira para uma intervenção.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais milhão, menos milhão e até concedemos que o dinheiro que está previsto investir em Santa Maria durante o ano de 2007 é suficiente.

O Governo, dando cumprimento ao seu programa eleitoral, lá vai concretizando algumas obras e, tudo estaria bem se com isto se conseguisse ir promovendo o desenvolvimento da ilha.

Mas, infelizmente, para Santa Maria, ou os milhões estão a ser aplicados noutro lado, ou então, não estão a ter os reflexos que seriam de esperar.

Em nossa opinião isto acontece porque a aplicação destes milhões, não tem realmente uma estratégia de desenvolvimento subjacente, ou seja:

Atiram-se milhões a tudo o que é problema, mas não se sabe realmente de que forma este dinheiro irá influenciar a economia da ilha, nem sequer, se a ilha e os seus agentes económicos estão preparados para o absorver.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da análise a este plano, o primeiro número que chama realmente à atenção é o relativo aos Sistemas de Incentivos e Apoio à Coesão, quatro milhões, quinhentos e vinte e dois mil euros.

Lendo o Plano, os relatórios, as previsões e os objectivos que se pretendem alcançar, em nenhum lado se consegue descortinar o porquê desta verba.

Porque é que não são só 4 milhões, ou, por exemplo, 6 milhões?

Porque é que desce de 2006 para 2007 cerca de 1 milhão de euros?

Qual foi a aplicação dos 5 milhões de euros previstos para o ano corrente?

Quantos projectos é que foram aprovados?

Quantos postos de trabalho criaram?

Qual foi o reflexo desses montantes na tão apregoada coesão?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Enfim, nada disto é explicado e a sensação que se fica é que no fim este dinheiro será certamente gasto mas, de certeza, que não em Santa Maria.

O problema, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, é que isto não vai lá só com dinheiro e boas intenções, é preciso mais, exige-se uma estratégia de desenvolvimento que tenha em conta as especificidades da ilha e que integre e mobilize toda a sociedade mariense, caso contrário, a tendência, por muito paradoxal que isto pareça, será para piorar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falta confiança!

Os jovens não confiam porque sabem que muito dificilmente poderão, sequer, arranjar emprego na sua ilha;

Os empresários não confiam porque ano após ano, vêm os seus rendimentos a diminuir;

Os pescadores não confiam, porque o volume de pescado cada vez é menor e cada vez mais existem entraves à sua actividade;

Os agricultores não confiam porque a política relativa ao gado de carne continua extremamente incerta.

Enfim, os Marienses não confiam porque realmente não têm, nem vislumbram, razões para confiar.

E sem confiança é muito difícil, ou até impossível que qualquer sociedade se desenvolva.

Deputados Pedro Gomes e Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, há que pôr mãos à obra, juntar o Governo a Autarquia e a sociedade civil mariense e tentar perceber de que forma é que se conseguirá sair deste impasse a que parece que se chegou.

Outro dos factores que certamente afecta os níveis de confiança, em Santa Maria, é as questões relacionadas com o Aeroporto.

Desde o início deste ano que se vive a “novela” do encerramento do aeroporto durante todo o período nocturno e desde essa data, apesar das profissões de fé do Governo Regional, que a ANA, S.A. anda a brincar com isto tudo.

A empresa vai prorrogando os “NOTAM”, numa atitude provocatória e até, em minha opinião, de afronta aos poderes públicos regionais;

A empresa, ao que se sabe, cancelou todos os investimentos que tinha para as áreas habitacionais, investimentos esses que eram fundamentais, principalmente, aqueles que diziam respeito à rede de saneamento básico, rede de águas e rede de estradas;

A empresa não respeita, nem parece querer respeitar, as decisões das entidades públicas regionais e locais, veja-se o caso da classificação como Património Cultural, da antiga Torre de Controlo.

E tudo isto se passa, sem que o Governo dê uma explicação, ou informe minimamente os marienses daquilo que se está a passar nas negociações que, entretanto, vai mantendo com a ANA.

Obviamente, que compreendemos que numa fase negocial é necessária alguma tranquilidade e algum sigilo, mas, Srs. Membros do Governo, não custa e, até fica bem, dar alguma informação de como está a decorrer todo este processo.

Lembrem-se que estamos a falar de um dos maiores empregadores da ilha e que se algo corre mal, as consequências para Santa Maria poderão ser muito graves, além de que, esta empresa explora uma zona vital para o desenvolvimento de Santa Maria, zona esta, que a cada dia que passa está mais abandonada e a carecer de uma intervenção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A coesão não se consegue por decreto, e, certamente, que não é com discursos inflamados que se conseguem combater as assimetrias existentes nos Açores.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Muito bem!

O Orador: É preciso que o Governo entenda que cada ilha tem as suas especificidades e que, portanto, só com políticas adequadas à sua realidade sócio-económica é que verdadeiramente se poderá promover o desenvolvimento.

Só com uma estratégia que, por um lado, valorize aquilo que de positivo existe em cada ilha e, por outro, minimize aquilo que são os seus constrangimentos, é que se poderá promover de forma efectiva a coesão.

É necessário definir políticas que venham ao encontro das reais necessidades de cada parcela do nosso arquipélago, para que paulatinamente a confiança se instale e as pessoas acreditem que vale a pena lutar e ultrapassar os constrangimentos decorrentes da dimensão e do afastamento.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: É este o grande desígnio de quem governa os Açores, deverá ser este o objectivo principal da acção governativa e só assim, de certeza, é que se conseguirá corresponder às legítimas expectativas de quem escolheu estas ilhas para viver.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Independente)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

(*) **Deputado Alberto Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Sérgio Ferreira fez uma intervenção sobre a Ilha de Santa Maria que contém alguns assuntos que são transversais e que têm a ver com algumas das intervenções que fez no passado recente e também com aquela que ainda ontem fiz.

Evidentemente que a questão da confiança tem que começar nos agentes políticos e é importante que um deputado não ponha em causa a confiança. A confiança instala-se a partir de toda a sociedade e principalmente daqueles que estão à frente das instituições e o senhor, como Deputado de ilha, percebe que há grandes dificuldades, mas também é importante que sejam os agentes políticos a dar uma palavra de estímulo para que as coisas fiquem melhor.

De qualquer forma, em relação à privatização da ANA, o senhor referiu que é importante saber o que se passa. É sim senhor!

O Governo tem acompanhado o processo. Neste momento existe uma comissão de acompanhamento em que o membro do Governo tem assento e há poucos dias foi dito nas Lajes pelo Sr. Presidente do Governo, e hoje voltou a ser dito pelo Sr. Secretário, que o Governo está empenhado em acompanhar este processo em defesa dos Açores e da Ilha de Santa Maria.

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

O Orador: Quanto aos milhões que o senhor fala, eu importo-me mais com obras do que com os milhões. Eles podem estar lá e as obras não serem feitas.

Deputado Mark Marques (PSD): Ora aí está! Vou tomar nota dessa frase para não me esquecer!

O Orador: As obras estão a ser feitas.

Quanto às obras em Santa Maria, para se falar em milhões, temos 20 milhões para os próximos 2 anos, 12 milhões para o campo de golfe e 8 milhões para o núcleo de recreio náutico.

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

O Orador: Como vê, já temos aqui alguns milhões, mas o mais importante são as obras e não os milhões.

Evidentemente que a actividade do Governo não se esgota só nestas obras. Há um conjunto de outras obras que está a decorrer em Santa Maria.

Há uma preocupação comum em relação à ANA, ao Centro de Controlo Oceânico e há que criar um modelo económico diferenciado daquele que existe neste momento para fixar os nossos jovens e a população em geral.

Obrigado.

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

(*) **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão da confiança, obviamente que eu não quero, nem pretendo que se instale um clima de desconfiança em Santa Maria, mas ele está instalado. Agora compete às entidades públicas promover o clima de confiança, que é isso que não tem acontecido.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Dou-lhe um exemplo. Vamos falar da questão da coesão:

Em 2005, em termos de apoios ao investimento, sabe quanto é que foi realmente realizado em Santa Maria? 36 mil euros, contas oficiais do Governo!

Em 2006, estavam previstos 5 milhões, 300 e poucos euros. O Sr. Deputado sabe – eu ainda não tenho hipótese de saber – quanto é que foi executado dessa quantia?

Este ano tem mais 4 milhões, 522 mil euros.

Deputado Alberto Costa (PS): Não quero saber dos milhões. Quero é a obra feita!

O Orador: A questão que se põe é: como é que quer que os empresários tenham confiança e adiram a esses sistemas de incentivos, se, por exemplo, relativamente ao sistema de incentivos anterior houve empresários, com os projectos aprovados, que passaram da 1ª fase para a 2ª fase porque não havia dinheiro, não foram apoiados porque, entretanto, o dinheiro acabou e os projectos pura e simplesmente morreram. É óbvio que tem que haver alguma desconfiança da parte dos empresários. Mal estaríamos se eles estivessem confiantes.

Eles já de si têm um problema, que é a dimensão do mercado, a dimensão dos seus negócios e ainda por cima têm tido esses problemas nos diversos sistemas de incentivos que têm existido nos últimos anos. Portanto, se não houver uma acção eficaz de promoção desses incentivos junto dos empresários e explicar-lhes bem que eles podem concorrer, que o quadro está sempre aberto, é óbvio que eles não poderão ter confiança, nem vão concorrer a incentivos nenhuns, além de que é preciso ter em atenção que, tendo em conta o tecido empresarial mariense e a capacidade de gerar receitas que ele tem neste momento, também é necessário perguntar se os empresários conseguem concorrer aos incentivos, porque há uma parte que tem que ser capital próprio.

O que eu contesto não é o facto de ter o dinheiro para os incentivos, nem os incentivos. É o facto de não haver uma política promocional junto dos empresários no sentido de se ver se se criam mais algumas empresas, se se modernizam aquelas que existem e se por essa via se criam alguns postos de trabalho.

Agora, para quê colocar no plano 5 milhões de euros como se colocou o ano passado? Podiam ter posto lá só 100 mil euros. Foram aprovados 4 projectos. O Sr. Secretário está ligando para o Sr. Deputado Alberto Costa, mas eu posso dizer-lhe que foram aprovados 4 projectos, foi chumbado um e outro está em estudo. Foi para isso os 5 milhões?

E para que são os 4 milhões de euros este ano?

É isso que está em questão.

Colocar números, a mim não me diz nada. O que eu queria era que essa política tivesse resultados reais em Santa Maria, mais nada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

(*) **Deputado Alberto Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este assunto de confiança e investimento, de há 2 ou 3 anos a esta parte, estamos com um programa aberto a tempo inteiro e esse problema do passado, que o Sr. Deputado falou, resultou de alguma desinformação de algumas pessoas que investiram e foram mal acompanhadas nos seus investimentos, mas o Governo fez uma reunião este ano com todos os comerciantes de Santa Maria, explicando a acessibilidade aos programas novos e criou uma comissão de acompanhamento técnico que dá apoio para que isso se faça.

Como disse, o mercado tem a dimensão que tem. O investimento está aberto e o apoio pode ser dado. Penso que essa questão está ultrapassada.

Obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais inscrições, tem a palavra para uma intervenção, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fazendo uma análise dos principais indicadores que caracterizam o sector Agro-Florestal dos Açores e da sua evolução ao longo dos últimos dez anos, concluímos, por um lado, pela existência de melhorias estruturais com claro reflexo nas condições de produção e, por outro, pela melhor eficácia económica do sector no seu contributo para o desenvolvimento regional.

Nas opções de política tomadas no decorrer desse período, identificamos um conjunto de objectivos e orientações que visaram recolocar a agricultura açoriana no centro do processo de desenvolvimento económico e social dos Açores.

O continuado crescimento das verbas do Plano de Investimento que o Governo dos Açores executou durante estes últimos anos, em todas e em cada uma das nossas ilhas, permitiu criar um importante conjunto de infra-estruturas habilitantes das

actividades agrícolas e geradoras de novas oportunidades de qualificação do trabalho agrícola, dos produtos de origem agrícola e dos desempenhos do sector.

A resposta positiva dos diversos agentes da agricultura aos estímulos criados traduziu-se, também, num volume significativo do investimento privado que, acompanhado e reforçado com os apoios públicos, ajudou a recuperar atrasos, a modernizar e a regenerar a actividade dos agricultores e a reabilitar muitas das nossas unidades de transformação.

Em consequência deste esforço de investimento público e privado, os índices de avaliação do sector agro-florestal evoluíram positivamente:

- No ordenamento agrário passámos dos 25 km de caminhos agrícolas construídos, para mais de 180 km de caminhos agrícolas; de 16 km de rede de abastecimento de água (que por acaso não tinham água), passámos para uma rede de mais de 200 km de distribuição de água à lavoura; do nulo abastecimento de água às explorações, passámos para mais de 2.000 explorações abastecidas com água; da ausência de fornecimento de energia eléctrica às explorações, passámos para uma fase em que é possível satisfazer a grande maioria dos pedidos de electrificação apresentados; dos 129 processos de reforma antecipada passámos para mais de 1200 processos aprovados.

- Na modernização da estrutura fundiária e para além da criação de incentivos à compra de terras por agricultores rendeiros, o número de explorações diminuiu em mais de 32%, a área média por exploração subiu 40,2% e o número de parcelas ou blocos por exploração caiu 41,5%.

- No mesmo período a mecanização agrícola cresceu 50,9% e foram aprovados no âmbito do PRODESA e entre 2001 e 2006, 4.795 projectos de modernização das explorações dos quais 231 processos para a instalação de jovens agricultores cujo prémio cresceu 61,7%.

- Na área florestal, a reparação e beneficiação dos caminhos rurais e florestais, também eles importantes para as actividades agrícolas, cresce 115%.

A florestação de terras agrícolas cresceu 181%, a reflorestação 68% e as reservas florestais de recreio, bem como a gestão dos recursos cinegéticos passaram a contar com recursos e investimentos de que tinham sido privados durante longos anos.

Ainda no decurso do período em análise, que é, sem dúvida, o mais longo período de estabilidade do sector desde os tempos da autonomia, foi criada uma Rede Regional de Abate num investimento superior a 35 milhões de euros que já contribuiu para a inversão do tradicional comércio de venda em vivo. Foram também executados investimentos na modernização das unidades agro-industriais em valor superior a 140 milhões de euros, permitindo o aumento anual da produção de queijo em mais de 84,8% a par de uma significativa redução da produção de leite em pó. Aliás, o leite comercializado cresceu 39,2% e a quota leiteira alocada à Região, que era de 392 milhões de quilos, passou para mais de 510 milhões de quilos.

Mas não ficamos por aqui. As indemnizações compensatórias cresceram mais de 100% e o valor médio das ajudas Agro-ambientais por exploração subiu 63,8%. As acções de formação profissional agrícola aumentaram 117,7% e o número de agricultores envolvidos 102,1%.

E tudo isto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ajudou à mobilização do sector agrícola e ao reconhecimento social da sua importância para o crescimento económico dos Açores.

Há, pois, razões para nos orgulharmos do caminho percorrido e dos resultados alcançados. Mas não nos resignamos nem nos resignaremos aos objectivos alcançados.

Queremos mais.

E porque queremos sempre mais, o Plano que vos é proposto para 2007 continua a reforçar a aposta no sector primário dos Açores.

É por isso que, a par do reforço dos apoios aos rendimentos e no total respeito pelos princípios da autonomia de gestão, da credibilidade, competitividade e sustentabilidade das actividades económicas, incentivaremos e apoiaremos todas as iniciativas dinâmicas e empreendedoras dos agentes do sector, incentivaremos e apoiaremos as parcerias enriquecedoras do conhecimento e dos resultados, incentivaremos e apoiaremos o redimensionamento e a integração empresarial para os mercados e todas as estratégias articuladas e integradoras para a valorização das produções como forma de reforçarmos a actividade agrícola e de promovermos uma

cada vez mais justa compensação daqueles que trabalham e investem na agricultura Açoriana.

Por querermos sempre mais, pugnamos por um quadro de referência estratégica que privilegie o investimento em novas tecnologias, na inovação e nos processos de controlo de qualidade, por forma a criar condições de sustentabilidade das nossas produções e do tecido agro-industrial e permitir a reabilitação das unidades que ainda se não modernizaram mas que representam ou podem representar boas oportunidades para a diversificação da nossa base produtiva.

Por querermos sempre mais, não nos quedamos pelo reforço das medidas e planos de sanidade animal e vegetal. Não nos basta passar dos 3,5% de casos positivos de brucelose num universo de 119.000 colheitas de sangue para 1,21% de casos num universo de 197.000 colheitas de sangue. Não nos basta reduzir para 0,009% os casos de leucose nem executarmos, por excesso, os procedimentos impostos quanto ao controlo da BSE ou do plano de resíduos e rastreabilidade dos produtos do agro-alimentar.

Queremos, também, articular e integrar os planos de erradicação obrigatória num programa global que conceda a todos e a cada um dos nossos produtores a informação detalhada sobre os seus efectivos, nomeadamente quanto a problemas sanitários de índole económica para que tenham, em cada momento, mais um poderoso instrumento para melhorar a gestão e rendimento das suas explorações. É por isso que continuaremos a investir nas infra-estruturas públicas necessárias ao reforço do conhecimento e das boas práticas de sanidade animal ou vegetal.

O caminho percorrido trouxe à agricultura dos Açores e aos seus agentes, um conjunto de oportunidades de afirmação. Ao Governo compete criar e renovar estas oportunidades. Aos agentes do sector, com o seu espírito empreendedor, com total autonomia e responsabilidade de gestão das suas unidades de produção ou de transformação e comercialização, compete aproveitar as oportunidades e potenciá-las na criação de riqueza.

O caminho percorrido trouxe à agricultura dos Açores e aos produtos do agro-alimentar açorianos, uma crescente importância mas também novos e complexos desafios.

Esta nova importância e estes novos e complexos desafios que se colocam ao sector devem ser enfrentados com o reforço dos conhecimentos e dos saberes dos seus agentes, pelo que continuaremos a aprofundar os processos de participação dos centros de conhecimento na qualificação e valorização das diferentes cadeias de valor da produção regional, para além de trazermos ao sector um novo plano operacional de marketing e de comunicação aos mercados que já se encontra em elaboração.

Aliás, no âmbito das várias estratégias de comunicação aos mercados já concedidas o Governo Regional abrirá, brevemente, num local privilegiado do grande mercado de proximidade, uma estrutura promocional dos produtos do agro-alimentar dos Açores capaz de captar a atenção dos consumidores e dar maior visibilidade aos nossos produtos, em interacção simultânea com as pessoas ou entidades produtoras e com o público consumidor.

E tudo assim se fazendo como se propõe no Plano para 2007, continuaremos a cumprir com os nossos compromissos e com o desenvolvimento dos Açores.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Secretário esqueceu-se de falar no Programa 5.

Presidente: Não havendo inscrições, chamo para uma intervenção o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para o ano de 2007, apresentado pelo Governo nesta Assembleia, traduzem e fortalecem aqueles que têm constituído os pilares do modelo de desenvolvimento dos Açores:

- A responsabilidade financeira
- O crescimento económico sustentado
- Uma sociedade mais justa e mais solidária

São por isso documentos que permitem aos Açorianos ter confiança no futuro.

Confiança pelos ritmos de desenvolvimento e de convergência com o País e com a União Europeia, que prosseguem.

Confiança pela sustentabilidade e garantia no quadro financeiro de médio prazo, obtida com a revisão da Lei das Finanças Regionais e com o aumento em 25% dos fundos para os Açores, do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Confiança porque este décimo Plano e Orçamento sinalizam também uma década em que os Açorianos com os Governos do PS mudaram os Açores, para muito melhor.

Deputada Catarina Furtado (PS): *Muito bem!*

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É evidente mesmo para aqueles que nos visitam a apreciável dinâmica transformadora que trespassa um pouco por toda a Região.

Isso é também evidente para os Açorianos, no reconhecimento pelo mérito da Governação nos novos patamares de desenvolvimento, tanto no Sector Primário, como no Turismo, no Comércio, na Indústria ou nos Sectores Sociais.

Os Açorianos sabem bem o quanto lhes custa ultrapassar as dificuldades, na difícil batalha pelo desenvolvimento da sua Região. Não têm hesitado por isso em reiterar a confiança naqueles que do seu lado, ao longo destes dez anos, têm transformado os Açores num sítio muito melhor para se viver.

Sabemos todos que continuamos a ser uma Região Ultraperiférica, que enfrentamos por isso constrangimentos de carácter estrutural e permanente.

Sabemos todos que continuamos a ter que enfrentar e debelar sérios "passivos históricos", que no actual mundo global novas dificuldades, mas também novas oportunidades, requerem permanentemente novas respostas. Há por isso sempre muito e mais para fazer.

Todavia os Açores são já hoje uma Região mais consistente do ponto de vista económico e financeiro, com melhores acessibilidades, com a economia mais diversificada, com uma melhor situação energética, com melhor qualificação do capital humano, com melhores indicadores de bem-estar e com baixas taxas de desemprego.

É por isso que os Açorianos têm razões para terem confiança na contínua conquista do seu futuro.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Agricultura embora sendo o pilar mais importante da economia Regional é das áreas mais marcadas por décadas de acumulação de "passivos históricos".

Nos últimos dez anos alteramos profundamente a nossa realidade. E não nos venham sempre com essa de atirmos dinheiro para os problemas. Neste sector, há dez anos o que havia para atirar aos problemas eram dívidas, falências e inexistência de estruturas com que os agricultores e o sector agonizavam.

Voices dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É razão para perguntar onde estavam então todas essas estratégias, todas essas metas e esses objectivos...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E as quotas?

O Orador: ... que dizem hoje não existir e que conduziram a tais resultados?

Os agricultores sabem melhor que ninguém o que custou por isto na ordem. Foi necessário trabalhar muito com o apoio do Governo e das suas Organizações. Foram necessários muitos quilómetros, muito betão e muitos milhões, porque só no mundo da fantasia eles são dispensáveis para alcançar o progresso.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Foram precisos outros ritmos, foi necessário passar dos milhares para os milhões, dos metros para os quilómetros e da intenção para o betão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Num primeiro momento houve a absoluta necessidade de sanear financeiramente actividades. Os produtores e as suas organizações precisavam de recompor as suas actividades. A Região precisava deles para em conjunto reerguer este pilar da economia dos Açores. Apostou-se na criação de sinergias e na cooperação tomando as Organizações de Produtores em peças centrais do desenvolvimento agrícola.

Depois houve que erguer todo um conjunto de estruturas agro-industriais e de abate que se encontravam completamente obsoletas e sem as quais não era possível manter a continuidade da agro-pecuária nos Açores. Foi necessário para isso muito betão e muitos milhões, como o Sr. Secretário já precisou na sua intervenção.

Houve também que infra-estruturar as explorações para que existissem condições mínimas de trabalho, tão importantes na qualidade das suas produções e na sua rentabilidade. Os produtores sabem bem o quanto nessa área já se fez na última década. O Sr. Secretário também disso já nos deu conta.

Nem uma exploração agrícola possuía abastecimento de água. Houve muito que investir no acesso às explorações onde o trabalho por vezes se tornava quase impraticável. Fez-se muito, mas esse trabalho de infra-estruturação das nossas explorações tem que prosseguir, nos seus acessos, no abastecimento de água e no fornecimento de energia eléctrica às explorações.

Esta é uma importante condição para assegurar a competitividade das nossas explorações e constituir-se-á também como um importante instrumento de ordenamento agrário, na medida em que criará um forte incentivo ao livre emparcelamento por parte dos agricultores.

Foi igualmente preciso apoiar os agricultores na sua necessidade de investir na modernização das explorações, na sua mecanização, no aumento dos seus efectivos e da sua área de exploração.

Em resultado desses investimentos, assistiu-se a uma profunda alteração na estrutura agrícola da Região, já aqui traduzida pelo conjunto de indicadores apresentados pelo Sr. Secretário da Agricultura e Florestas, na sua intervenção. Essa alteração deve prosseguir no sentido do fortalecimento do arcaboço das nossas explorações agrícolas. Essa é também uma das condições importantes para as explorações se manterem orientadas para o mercado.

Nesta estratégia de desenvolvimento, tornou-se então necessário qualificar as nossas fileiras.

A qualificação dos seus agentes e das suas produções constituiu-se como um importante caminho orientador. A formação dos nossos agricultores, a sanidade das nossas produções animais e vegetais, a qualidade dos nossos produtos e a

caracterização das suas especificidades convocando os centros de conhecimento, é um trabalho determinante para a Promoção de uma estratégia de sucesso junto dos mercados, sob a "umbrela" da marca Açores.

Neste sentido, gostaria de destacar um conjunto de Centros de Conhecimento Científico que se encontram envolvidos no sector realizando estudos e trabalhos de carácter científico, visando a qualificação das nossas produções.

A Universidade dos Açores, encontra-se a elaborar um estudo técnico sobre a eficiência e sustentabilidade da cadeia de valor do leite nos Açores, bem como sobre as características diferenciadoras da produção, potenciadoras da sua viabilização e valorização.

A Universidade de Ohio, está a proceder a estudos sobre a diversificação da fruticultura Regional e implementação da aplicação da Protecção Integrada.

A Universidade do Porto, está a realizar o estudo das espécies cinegéticas, na ilha de São Miguel.

O Instituto Valenciano de Investigação Agrária e a Universidade dos Açores, estão a avaliar a existência de controladores naturais para pragas existentes nos Açores.

A Universidade dos Açores, está a realizar a análise de solos e fertilizantes dos Açores, com o objectivo de proceder à racionalização do seu uso, de forma económica e segura para o ambiente. O estudo é feito em cada ilha, de forma a se proceder ao aconselhamento técnico junto dos agricultores.

Docentes do Instituto Superior de Agronomia com a colaboração da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, estão a realizar o estudo, a avaliação e a selecção de Castas Vitícolas Tradicionais dos Açores.

Todos estes trabalhos são referenciados ao ano de 2006, existindo ainda um conjunto de outras instituições como a Estação Zootécnica Nacional com estudos na área do cruzamento animal, estudos por investigadores do Instituto Politécnico de Bragança e do Instituto Nacional de investigação Agrária, sobre a carne bovina dos Açores e vias para o seu desenvolvimento, entre muitos outros. Existe igualmente um vasto conjunto de protocolos celebrados com outras instituições, igualmente destinados à qualificação da produção Regional.

Este conjunto de Instituições Científicas, a que em breve outras se juntarão, dão bem nota da sustentabilidade que procuramos no conhecimento e no saber para a definição das nossas orientações de política agrícola e para melhorar os desempenhos e a competitividade da nossa Agricultura.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Procurámos em breves traços dar-vos conta que existe uma Estratégia, que existem Políticas, que temos um rumo para a Agricultura nos Açores e que ao contrário do passado estamos a obter resultados.

Temos consciência que continuaremos a defrontar-nos com dificuldades, que o futuro nos coloca sempre renovados desafios. Que talvez tenhamos que fazer coisas de uma forma diferente. Que talvez tenhamos que abandonar ou começar outras. Mas não é isso que temos feito o tempo todo?

Não foi isso que nos permitiu, por exemplo no sector do leite passar de há 20 anos, de 21% da produção leiteira Nacional para os actuais 29%?

Não foi isso que fizemos para passar dos 24% da produção queijeira Nacional para os actuais 48%?

Não foi isso que fizemos quando nos intimidaram com a nossa falta de preparação quando entramos para a Comunidade Europeia?

Não foi isso que fizemos quando nos intimidaram com o alargamento a Leste?

Não é isso que temos vindo a fazer com as quotas leiteiras?

E nós do sector agrícola não continuamos aqui?

Então não nos venham sempre falar como se o mundo fosse acabar amanhã.

Os agricultores açorianos com as suas Organizações e o seu Governo que no passado souberam ultrapassar as dificuldades de uma agricultura moribunda, revitalizá-la numa década e enfrentar novos desafios, encontrarão com certeza também agora com o seu trabalho, com o trabalho das suas Organizações e do seu Governo, a forma de ultrapassar desafios que novos tempos lhes venham a colocar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Agricultura continua a ser uma aposta clara para o futuro dos Açores.

Com o Plano para 2007 atingir-se-á apenas no período de quatro anos um aumento de 71,27% nas verbas para investimento no sector. Este valor representa também um aumento de 173%, (2,7 vezes mais) em relação ao investimento previsto no Plano da Região de há dez anos atrás.

Há quem exija mais investimento na Agricultura. Certamente se noutros tempos tivesse igual exigência muito sofrimento teria sido poupado por esses Açores abaixo. É certo que mais seria certamente melhor. Mas o nosso compromisso é claro. A Agricultura é um pilar central que contamos no desenvolvimento dos Açores. Merecerá sempre por isso, no quadro das possibilidades da Região, dos níveis adequados de investimento público para fazer face, com sucesso, aos desafios que renovadamente se lhe vão colocando e que com reconhecida coragem, estoicidade e confiança, tem sistematicamente vindo a ultrapassar.

Assim podem estar certos e contar connosco os Agricultores dos Açores.

Disse!

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*) e **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(*) **Deputado Henrique Ventura** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Deputado Luís Paulo Alves trouxe a este plenário uma análise séria do sector que tem sido, e naturalmente continuará a ser, o pilar da economia açoriana. Fez uma resenha história dos problemas que este sector tem enfrentado, como têm sido resolvidos pelos produtores, pelas Associações dos Produtores, pelo Governo Regional e finalmente fez, ou traçou, as perspectivas para o seu futuro.

Os meus parabéns por isso, Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Da intervenção do Sr. Secretário, que nos trouxe uma análise do Plano e Orçamento para 2007 na área da sua secretaria, ficamos com a certeza da continuação da grande aposta em caminhos agrícolas, água, electricidade nas explorações, sanidade animal,

vegetal e experimentação e divulgação, investimentos indispensáveis à melhoria na quantidade, mas sobretudo na qualidade, indispensáveis ao aumento dos rendimentos aos produtores e consequente manutenção na actividade.

Ficámos também a saber que têm sido dados passos largos na área do saber, através de estudos e protocolos firmados com instituições no sentido da qualificação da produção regional ou até mesmo da sua diversificação.

Em relação à diversificação agrícola, gostaria de saber, se o Sr. Secretário me puder dar alguma explicação neste sentido e porque entendo que a carne é um dos vectores desta diversificação, a situação em que se encontra a carne IGP nos Açores?

Gostaria também de saber o que irá ser feito na nova acção, a 9.1.2, novas culturas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Flores** (*Noé Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Henrique Ventura, eu queria informar o seguinte:

Sabemos que grande parte das explorações agropecuárias na Região, e em particular nas ilhas de São Miguel e Santa Maria, se caracterizam por serem explorações destinadas à produção de leite.

Sabemos também que outras ilhas há onde a vocação para a produção de carne se acentua mais.

Portanto, a carne que disponibilizamos para o mercado, é carne que vem, de um lado, de explorações agrícolas vocacionadas exclusivamente ou em especialização para a carne e também muita carne, na sua maior parte, carne provinda das explorações leiteiras.

É evidente que a situação de valorização da carne se tem feito sentir no último ano e meio. Por um lado, porque o mercado evoluiu favoravelmente, mas também porque tomámos algumas acções que dinamizaram a carne regional, porque criámos novas oportunidades, nomeadamente com a entrada em funcionamento das salas de desmancha.

Queria também referir que no que se refere à IGP, um modo de produção que se encontra devidamente tipificado no respectivo caderno de encargos ou de especificação, da parte do Governo Regional, da parte da Região, tudo está feito para que a carne IGP possa circular no mercado e quando digo que tudo está feito, digo que estão disponibilizados os serviços relativamente à inscrição dos produtores que pretendem produzir carne de acordo com o respectivo caderno de especificação, estão disponíveis os serviços para fazer o controlo e a fiscalização do abate destas carcaças nos matadouros, estão disponibilizados os serviços para fazer a fiscalização e controlo das operações de desmancha e de embalamento da carne, como também estão disponibilizados os serviços para fazer a fiscalização e controlo da distribuição da carne e a sua colocação nos mercados, o que significa que, em bom rigor, daquilo que resulta como obrigação do Governo Regional para os agentes do sector, tudo está feito e tudo, aliás, foi comunicado às organizações de produtores, em particular à Federação Agrícola dos Açores, no sentido de podermos disponibilizar a qualquer tempo o serviço que de nós pretenderem.

É evidente que a denominação, carne dos Açores IGP, tem um gestor que é a Federação Agrícola dos Açores. Portanto, cabe à Federação Agrícola dos Açores, sempre que o pretender, ou os agentes económicos que lhe pedirem o uso da marca, iniciar o processo, notificando os serviços do IAMA, no caso, para despoletarem todo um mecanismo de controlo e de fiscalização dos processos da IGP.

Da nossa parte, da parte do Governo, tudo está preparado, tudo está pronto, tudo está disponibilizado e tudo isto foi comunicado aos senhores produtores e em particular à Federação Agrícola dos Açores.

No que diz respeito à acção 9.1.2, sobre novas culturas, o que nós queremos com essa acção é conceder as contrapartidas da Região, no âmbito do PRODESA, ao nível dos incentivos às produções que diversifiquem a base produtiva, agrícola regional, nomeadamente no que diz respeito às alternativas ao mercado agro-pecuário, nomeadamente produção de beterraba sacarina, tabaco, agricultura biológica e preservação de espécies vegetais tradicionais dos Açores.

Portanto, todas as iniciativas, todas os projectos que aparecerem na Região e que temos também deles alguma referência, encontrarão nessa medida a participação, o acompanhamento e o apoio público para poderem ser executados.

Obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional para 2007 para o sector da Agricultura mantém a mesma filosofia de actuação dos seus precedentes e, como tal, não apresenta uma substancial inovação agrícola, não é financeiramente suficiente em matéria de investimento e está preso a “velhas atitudes” de orientação, que não conseguem satisfazer as exigências agrícolas da modernidade.

É, portanto, um documento de continuidade, é “mais do mesmo”, até porque este Plano não é produtor de iniciativa própria é, antes, um Plano produzido para receber as iniciativas externas, o que o torna insuficiente para responder às especificidades deste Arquipélago.

É um documento onde o “investimento no betão” é assinalado como marca, que diga-se em abono da verdade é preciso, mas são obras que se tornam eternamente inacabadas se não constituírem parte de uma política agrícola, cabalmente definida nos seus eixos de orientação e de estratégia. Este Plano é, principalmente, caracterizado pelo abandono de acções de estratégia.

Senão repare-se;

As três bandeiras assinaladas pelo PS para esta Legislatura em matéria agrícola centravam-se na criação do Centro do Leite e Lacticínios, na implementação da Extensão Rural e no impulso político e prático ao Emparcelamento Agrícola.

O Centro do Leite no Plano de 2007 simplesmente desaparece, quando em 2006 detinha uma verba de 1.000.000 de euros. Um nítido recuo, um exemplo claro que o Governo não possui pensamento para além da obra, e quando tenta desiste, e um exemplo bastante perceptível de que muito dinheiro no Plano não significa o seu gasto.

A Extensão Rural, do modo como estava corporizada no Plano de 2005 e 2006 nunca ocorreu e, agora, para 2007, simplesmente também desaparece e passou a estar escondida atrás de acções que, igualmente, ainda não viram a luz do campo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Para mais, incompreensivelmente, este é o terceiro ano que as verbas inscritas para a rubrica “experimentação e Divulgação Agrária” decrescem, ou seja, o discurso do Governo não coincide com a prática. Foi criada uma ilusão, no mundo real nada de substancial ocorreu, nada que justificou e justifica a elevada propaganda deste assunto.

A reestruturação fundiária foi anunciada, pelo Sr. Presidente do Governo, no Congresso dos Agricultores em 2004 como a principal preocupação política da Governação Socialista para os próximos quatro anos. Contudo, já se passaram dois e tudo se resume à minimalidade, nenhum instrumento legislativo de estímulo ao emparcelamento agrícola veio a este Parlamento e nenhuma acção de informação ou formação foi realizada cabalmente junto dos Agricultores Açorianos sobre esta matéria.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Governo até parece demonstrar sinais que pretende levar acabo esta tarefa, mas em simultâneo a velocidade que imprimiu ao processo é sinónimo de que não existe determinação.

É caso para falar no tempo curto e no tempo longo, o primeiro é do anúncio das intenções, o segundo é o da realização destas mesmas intenções e quando sucedem.

A diversificação agrícola, outro programa básico ao suporte da pluri-actividade e, naturalmente do pluri-rendimento agrícola, desespera por clarificação, continuando subserviente à falta de criatividade por parte do Governo Regional.

É o caso da utilização da floresta como opção de complemento e, logicamente, como meio do multi-rendimento que continua a ser esquecida.

Na área da formação verifica-se que a valorização profissional agrícola é abertamente um sinal da falta de esforço do Governo. Estamos perante uma dotação inversamente proporcional às necessidades reais, pois a verba inscrita em 2007 é sensivelmente metade da inscrita no Plano de 2005. Repare-se que estamos a falar de 2005.

O rejuvenescimento agrícola é outra temática que surge, e pela terceira vez consecutiva, entregue a si própria, sem destino, sem metas e sem ambição.

Não se observa neste Plano um convite de forma integrada e dirigida, particularmente, aos filhos dos Agricultores para assegurarem a actividade agrícola. A passagem do testemunho fica exclusivamente à mercê de um programa comunitário. Mais uma vez nada de novo regional, nada de verdadeiramente motivador e convidativo para os Jovens Açorianos.

A investigação científica aplicada à Agricultura torna a receber uma nota negativa. As verbas inscritas, neste Plano, mesmo subindo, persistem em ser irrisórias, o que denota uma ausência de sensibilidade do Governo Regional para o vínculo que deve haver entre Agricultura e conhecimento científico.

Não se compreende que tendo em conta os meios técnicos e científicos ao nosso dispor, não se faça uma Agricultura com um melhor rendimento. Aliás, porque se queixam tanto os Agricultores em relação ao seu rendimento se o Governo anuncia também milhões para a Agricultura?

A este respeito, um sintoma da precariedade do rendimento agrícola prende-se com o facto de estar a aumentar o número de Produtores de Leite que trabalham numa economia arcaica onde se trocam géneros por géneros, produto por produto. O dinheiro, praticamente, deixou de existir. Um sinal inquietante das dificuldades contemporâneas.

Tudo isso, se torna ainda mais grave quando o Governo e a maioria Parlamentar do PS numa questão que deveria merecer uma atitude responsável assobia para o lado, descorando o entendimento e a tática política que o sistema de quotas leiteiras exige. Aguardávamos, novamente, que este Plano contemplasse com maior profundidade algumas possíveis vertentes agrícolas de crescimento, designadamente, na floricultura, na vitivinicultura, na horticultura, na fruticultura, na silvicultura, na apicultura e na produção de batata de consumo.

O Plano é uma zona de “esquecimento colectivo”, uma vez que não faz referência a aspectos agrícolas de nova geração e que influem decisivamente no rendimento dos Agricultores e, em geral, na economia do mundo rural, nomeadamente: na promoção de novas tecnologias para a Agricultura, na valorização de subsectores emergentes,

na implementação de técnicas genéticas, no incentivo e na valorização dos produtos da pecuária extensiva ou biológica, no reconhecimento do dinamismo dos Agricultores e das Agriculturas, na associação da Agricultura com saúde pública, no contributo da Agro-pecuária para a existência de energias alternativas, entre outros e outros aspectos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A ausência de novas abordagens políticas neste Plano implica a existência de um pensamento desajustado e muito limitativo, porque se resume a uma actuação sobre cada vez menos.

Neste sentido, o PSD aproveita sempre a oportunidade, de se estar a discutir o Plano agrícola para deixar contributos para o futuro da Agricultura, lança grandes desafios ao Governo e a esta Assembleia, na tentativa de colocar a Agricultura Açoriana na dianteira da competitividade, da sustentabilidade e da qualidade, dado que é o único modo de esta actividade poder enfrentar as constantes mudanças a que está sujeita, principalmente as de ordem política. Uma atitude proactiva.

Já nos referimos a várias imprescindibilidades de política agrícola em anteriores Planos. Hoje falamos do dramático despovoamento humano que está a ocorrer nos Açores, principalmente nalgumas Ilhas.

Atenda-se que são Ilhas que têm por base económica a Agricultura, pelo que é essencialmente pela actividade agrícola que passa também a solução.

As populações estão envelhecidas, perdem-se jovens essenciais à criatividade que estes territórios demandam, nota-se uma inclinação para a terciarização das economias agrícolas e assiste-se à existência de políticas demasiadamente formatadas.

Mas, convém esclarecer que a baixa densidade populacional é mais uma consequência da prioridade das políticas seguidas do que um resultado das circunstâncias naturais.

É, por isso, tempo de falar-se em Agricultura com função humanizante, é tempo de falar-se numa nova aposta na sucessão intergeracional e é tempo de falar-se no estatuto de utilidade da actividade agrícola nestes espaços geográficos.

Em suma, entenda-se que é preciso fundar novos princípios, cuja produtividade agro-rural resulte do aproveitamento de interligações e complementaridades que estes territórios oferecem. Só assim, é possível suportar o progresso de outras actividades. Caso contrário, sem uma política identicamente muito apropriada a cada caso geográfico a maior parte da ruralidade açoriana tombará pela forte universalidade que se sente.

Diz o nosso Povo, e com muita razão “quando a Agricultura está mal, tudo o resto está mal”. O Governo a avaliar por este Plano não percebe isto.

Finalmente, e a jeito de conclusão, o Governo tem de entender que a política para a Agricultura tem de ser mais do que a simples avaliação das taxas de execução financeira, tem de ser mais do que colocar dinheiro à disposição dos problemas, tem de ser mais do que a comparticipação financeira da Região às ideias de Bruxelas, é preciso estabelecerem-se “ideias-próprias” e “ideias-força” que avivem a economia agrícola respeitando a singularidade das Ilhas e que tenham profundamente um âmbito social o que passa, indiscutivelmente, pela existência de Agro-políticas diferentes.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: Eu tento sempre fazer um esforço para perceber as ideias força, e a força das ideias, do Sr. Deputado António Ventura.

Ele pretende que a agricultura seja, nalgumas ilhas e em particular naquelas ilhas onde mais dificuldade existe para manter a população, para fazer crescer as populações, o pólo de atractividade e a solução da economia para agregar mais pessoas e fixar mais gente a estas ilhas e ao mesmo tempo fala, nas tais ideias de

força ou de força das ideias, que é preciso fazer o redimensionamento das explorações. É preciso fazer o emparcelamento e isto o que significa é uma contradição elementar.

É que a agricultura à medida que se moderniza, e o Sr. Deputado devia aprender isto, fica com menos gente e dá emprego a menos gente. É isto que é a modernização da agricultura e são esses os dados que a evolução económica,...

Deputado António Ventura (PSD): O senhor não percebeu os dados!

O Orador: ... em toda a parte do mundo, no sector agrícola,...

Deputado António Ventura (PSD): É a evolução natural que está a acontecer em todo o mundo!

O Orador: ... vem demonstrar como sendo a solução para a viabilidade, sustentabilidade e rendimento das explorações.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): *Muito bem!*

O Orador: Relativamente às verbas que o Sr. Deputado diz que umas se encontram escondidas e outras diminuíram,...

Deputado António Ventura (PSD): Não existem!

O Orador: ... quero apenas explicar-lhe o seguinte:

No que diz respeito à experimentação agrária, nós temos neste momento a decorrer na Região 44 acções de experimentação agrária, 22 das quais no sector agro-pecuário e 20 nas áreas da diversificação.

Das 22 acções de experimentação na área da agro-pecuária, nós temos uma que está a terminar o seu resultado, que já iniciou a fase da vulgarização, a fase da divulgação, através dos produtores. Foi uma acção muito cara que foi desenvolvida na Região e que se prendeu com o estudo do feto das pastagens e a sua relação com os tumores de bexiga dos animais bovinos.

Esta acção, que já está terminada, implicou, nomeadamente, a deslocação de técnicos da Região, e incluindo da Universidade, a países estrangeiros, à Austrália, à Inglaterra, vários colóquios e vários trabalhos que foram desenvolvidos. Esta acção desaparece, porque chegou ao fim.

É natural que haja aqui uma diferença de apenas 40 mil euros na dotação referente à experimentação.

No que diz respeito aos níveis de florestação e da formação agrícola, Sr. Deputado, peço-lhe que releia a intervenção que fiz há pouco na Assembleia.

A formação agrícola teve um crescimento, em 10 anos, de mais de 100% relativamente às acções e de mais de 100% relativamente aos agricultores envolvidos. Na área florestal também não há paralelo nos 20 anos que precederam os 10 anos a que me referi. A área da florestação, a área da reflorestação, a área da intervenção na recuperação de matas subiu exponencialmente.

No que diz respeito à investigação científica, associada sempre à capacitação e à qualificação das produções regionais, podia referir-lhe uma quantidade de acções que foram desenvolvidas e que estão a ser desenvolvidas. Há pouco o Sr. Deputado Luís Paulo Alves teve a possibilidade de descrever uma a uma e só para se referir àquelas que foram iniciadas em 2006.

No que diz respeito ao Centro de Leite e Lacticínios, o Sr. Deputado sabe, como sabem todos os Srs. Deputados e todos os senhores agricultores, que o Centro de Leite e de Lacticínios não é um instrumento para o Governo, não é um instrumento para mais governo. O Centro de Leite e Lacticínios é um instrumento inter-profissional que se deseja ser dos produtores, das suas organizações e de todos os agentes da fileira do leite e dos lacticínios.

O que foi feito no plano do ano passado foi a dotação de verbas para incentivar, para incrementar a criação de um Centro de Leite e Lacticínios e o que está feito a esse nível é a produção de um documento que neste momento está a ser trabalhado que fará com que o Centro de Leite e Lacticínios desenvolva trabalhos para todos os agentes do sector, nomeadamente no conhecimento dos mercados, no conhecimento de novas oportunidades, no aperfeiçoamento organizacional do sector, na maior contractualização dos objectivos, em mais recursos para a investigação experimental, na maior concertação de interesses, no maior acompanhamento dos enquadramentos de política e isto são tudo medidas que o Centro de Leite e Lacticínios, uma vez criado pelos agentes do sector, poderá apresentar às candidaturas e aos apoios públicos que vão existir muito em breve.

O Centro de Leite e Lacticínios é um instrumento dos agricultores e dos empresários na área dos lacticínios. Não é um instrumento do Governo. A nós, como disse na

minha intervenção, cabe-nos fazer o estímulo para que os agentes possam aproveitar e possam daí para cima criar riqueza e rendimento. É isso que se passa com o Centro de Leite e Lacticínios.

Relativamente a outras questões que o Sr. Deputado referiu como estando escondidas no Plano, não há nada escondido no Plano. O Plano limita-se a dar realce, a partir da página 109, no que diz respeito à agricultura, às principais acções, àquelas que são aglutinadoras de grande parte dos investimentos previstos.

Por outro lado, como o Sr. Deputado sabe, não é possível hoje fazer a descrição ao pormenor de todas as acções a desenvolver. Já não estamos naquela fase em que podemos descrever 1250 metros de caminho por ano, a executar. Estamos na fase que tínhamos que descrever 20 mil metros de caminho executado. É essa a diferença e é essa a impossibilidade de fazer a descrição que o Sr. Deputado quer.

Muito obrigado.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A primeira contradição aparece no Centro do Leite.

Num requerimento respondido aos Deputados do PSD, dizia-se o seguinte:

“O Centro de Leite e Lacticínios continua a ser uma prioridade do Governo Regional e representará um valioso instrumento.”.

Então se não é um instrumento do Governo, mas se tinha lá um milhão de euros, de quem é?

“Cabe ao Governo incentivar”. Bom, a contradição está aí: não é do Governo, mas afinal é do Governo; não é um instrumento do Governo, afinal é um instrumento do Governo; o Governo inscreve dinheiro, mas não pertence ao Governo. Esclareçamos essa situação.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: O Centro de Leite e Lacticínios era um instrumento bastante poderoso, anunciado pelo Governo, que iria reunir a investigação, a formação, e os preços. Era um instrumento que iria permitir aqui uma nova actuação sobre o sector,

simplesmente os senhores desistiram da ideia, como desistiram da ideia em relação à extensão rural e em relação à formação.

Nós trouxemos uma visão nova a esta casa, através de um projecto de resolução, sobre o que é a formação.

A quantidade em si não significa que tenham sido dadas boas acções. Aliás, a maior parte dos agricultores são obrigados a ir às acções de formação senão não têm o seu projecto de investimento aprovado e é essa a contabilização que não deve ser feita de modo a incentivar a agricultura, porque a agricultura avança por aqueles que querem ir aos cursos de formação e só com uma nova postura ou com uma nova visão é que pode acontecer. Portanto, tenhamos em atenção o que está a acontecer.

Reestruturação fundiária. Por 10, 15 ou 20 vezes (desde 2004) se diz que a reestruturação fundiária está a acontecer, estão a acontecer reuniões. Basta ver, pela própria comunicação social.

Em 29 de Janeiro de 2005, diziam que “o emparcelamento agrícola é uma prioridade para este ano”;

Em 22 de Julho de 2005, diziam que “o processo está concluído no final do ano” e que “irão acontecer com as Associações Agrícolas”;

Na resposta ao requerimento apresentado pelo PSD, essas reuniões passam para Março de 2006;

No Plano aparece a implementação de um projecto piloto em Janeiro de 2007.

O que há aqui é nitidamente um afastamento da intenção, o que há é o transporte da intenção ao longo do tempo, o que há é uma velocidade extremamente lenta.

Portanto, aquilo que eram as acções do Plano, para além da obra, aquilo que era a estratégia, foi literalmente “podado” neste Plano, um sinal claro de que não conseguem ter visão para além da obra, não conseguem ter visão para além dos caminhos da água e da electrificação, que é importante, extremamente importante, mas não é só isso. Aliás, uma política que se resume e centra-se só nisto, é uma política falhada, que não tem sucesso, não tem futuro, é uma política que não vai ter rendimento para os agricultores e é uma política que não consegue pôr os agricultores na actualidade e no futuro que a modernidade exige para esse sector, um sector em constante adaptação.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Deputado António Ventura (PSD): Eu não posso falar mais!

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Tenho pena. É pena não falar mais para os agricultores perceberem o tempo de propostas e de ideias,...

Deputado António Ventura (PSD): Para Janeiro, Fevereiro, Março havemos de falar!

O Orador: ... se é que são ideias, que o senhor aqui apresenta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dizer-se nesta câmara que o reforço do investimento em mais caminhos agrícolas, que o reforço da distribuição de água à lavoura, que o reforço da distribuição de energia eléctrica à lavoura é importante, mas não resolve nada,...

Deputado António Ventura (PSD): É importante mas não é tudo!

O Orador: ... Sr. Deputado, é não perceber nada disto.

Dizer-se nesta câmara que o Centro de Leite e Lacticínios é um instrumento do Governo, é também não perceber nada do que é o organismo inter-profissional.

Deputado António Ventura (PSD): O senhor é que o disse!

O Orador: Basta analisar, basta estudar a literatura que existe e o senhor saberia o que é um organismos inter-profissional.

Deputado António Ventura (PSD): Está aqui e os senhores é que dizem!

O Orador: O organismo inter-profissional não é do Governo em parte nenhuma do mundo. O Governo incentiva, o Governo apoio a sua criação e por isso os estatutos estão feitos.

Neste momento há uma comissão que discute e que está melhorando os estatutos e este é um organismo para os agentes do sector.

Deputado José Fernando Gomes (PSD): Os senhores dizem duas coisas ao mesmo tempo!

O Orador: Dizer, Sr. Deputado, que não há estratégia, é tentar passar uma esponja aos vultuosos investimentos, quer públicos,...

Deputado António Ventura (PSD): Qual é a versão verdadeira?!

O Orador: ... quer fundamentalmente privados que existe na modernização da agricultura nos Açores nos últimos tempos.

O que é feito do grande investimento que os empresários fizeram na modernização das suas explorações? Não vale?

O que é feito do investimento feito na modernização da indústria dos lacticínios? Não vale?

O que é feito no investimento feito na Rede Regional de Apoio? Não é estratégia?

Isto não é apresentar soluções?

Isto não é criar oportunidades?

Sr. Deputado, cada vez que o senhor fala, acredito que há mais produtores que desconfiam daquilo que o senhor diz.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): *Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais inscrições, Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para intervalo, mas antes disso, vamos anunciar os tempos:

Deputado Independente – 1 minuto;

CDS/PP – 19 minutos,

PSD – 55 minutos;

PS – 50 minutos;

Governo: 130 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 40 minutos.

(Após o intervalo o Sr. Presidente voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e Mar.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Srs. Membros do Governo:

Constitui já um lugar comum dizer-se que a maior riqueza das nossas ilhas reside no seu valioso património ambiental e na sua reconhecida qualidade ambiental. A protecção desses recursos e a sua gestão optimizada, numa perspectiva de Desenvolvimento Sustentável foi, por isso, um dos compromissos de honra desde logo assumidos por este Governo Regional e que encontra expressão na concretização de diversas medidas e acções que temos vindo paulatinamente a concretizar.

O trabalho desenvolvido e os resultados alcançados não constituem um fim em si mesmos, mas antes um estímulo para continuarmos a trabalhar com o mesmo empenho e a mesma determinação da primeira hora. A nossa ambição é continuar a fazer mais em prol do desenvolvimento dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em termos de identificação de áreas protegidas, temos vindo, ao longo dos anos, a empreender um trabalho continuado e profícuo, que tem resultado no reconhecimento e na protecção das qualidades e valores naturais de diversos locais, na sua infra-estruturação, em alguns casos, adaptando-a à visitação, bem como num mais aprofundado conhecimento científico sobre esse património.

A requalificação e infra-estruturação destas áreas naturais protegidas que estamos a levar a cabo corresponde precisamente ao nosso compromisso de dotar a Região de uma moderna e coesa rede regional de áreas protegidas. Foi necessário verificar os pressupostos de classificação de cada uma das áreas, repensar quais os objectivos adequados e verificar as fronteiras. Hoje, graças ao trabalho desenvolvido pelos investigadores da Universidade dos Açores, temos uma longa carreira de análise dos ecossistemas marinhos e terrestres, temos sistemas de informação geográfica,

sistemas de posicionamento global e temos também uma nova realidade cultural e social. É apenas o resultado do progresso e do conhecimento científico.

Esta moderna Rede Regional permitirá, para além da melhor protecção dos valores naturais destes locais, uma identificação entre o quadro classificativo das áreas protegidas e os sistemas adoptados a nível internacional, nomeadamente pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), dando corpo a um novo e moderno quadro legislativo nesta matéria.

Ainda neste capítulo, convém referir que os Açores foram a primeira região bio geográfica europeia a concluir o Plano Sectorial para a gestão das áreas integradas na Rede Natura 2000, um instrumento fundamental para que esta importante rede ambiental se torne, também ela, motor de desenvolvimento, numa perspectiva de sustentabilidade.

Este plano constitui um importante pilar para conciliar o necessário desenvolvimento da nossa Região com os desígnios da sustentabilidade e com a imperiosa conservação do nosso mar. Temos dado passos seguros para a preservação dessa inestimável riqueza, mas continuamos empenhados no estudo e na conservação dos nossos recursos marinhos, desenvolvendo projectos sobre o estudo da ecologia dos ecossistemas de grande profundidade, como as fontes hidrotermais, o mapeamento dos habitats marinhos, a regulação da actividade de observação de cetáceos, com a publicação de legislação regional, e o desenvolvimento de plano de gestão específico para as áreas marinhas. Neste capítulo os Açores não recebem lições de ninguém, pois o nosso trabalho é reconhecido em toda a Europa. As ameaças e as pressões aos quais está sujeito, em todo o mundo, o meio marinho, exigem de nós uma redobrada determinação e a nossa mais firme vontade de continuar a trabalhar.

No âmbito da conservação da natureza temos vindo a efectuar diversos investimentos ao nível da recuperação ou construção de infra-estruturas que servirão como centros de apoio à visitação e à gestão dessas áreas protegidas. É o que vamos continuar a fazer concluindo a obra do Farol dos Capelinhos, onde vamos instalar um centro de visitação que irá constituir a porta de entrada no roteiro vulcanoespeleológico da Região. Concluiremos também a segunda fase da Casa da Montanha na ilha do Pico,

infra-estrutura que prestará um apoio aos visitantes e disciplinará as subidas à Montanha.

Já lançamos a segunda fase da empreitada do "Centro de Interpretação da paisagem Protegida da Vinha do Pico – Lajido de Santa Luzia". Em 2007 concluiremos também a empreitada da Fábrica Velha da Baleia na Paisagem Protegida do Monte da Guia, na ilha do Faial. Para além destes investimentos, e ainda no domínio da conservação da natureza, vamos continuar a implementar as medidas previstas no Plano Sectorial e no Plano de Gestão das áreas da Rede Natura.

No que diz respeito à Rede Regional de Jardins Botânicos, já se encontra em fase de análise a empreitada de recuperação da zona sul do Jardim de Sant'Ana, na ilha de São Miguel, e concluiremos em 2007 a obra do Centro de Visitantes do Jardim Botânico do Faial.

No âmbito da promoção ambiental, vamos continuar o trabalho que temos desenvolvido através da Rede Regional de Ecotecas. O concurso público para as obras da Ecoteca da Terceira encontra-se a aguardar publicação no Diário da República e lançaremos no decurso do próximo ano o concurso para a remodelação do edifício da Ecoteca de Santa Maria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A política de planeamento e gestão de resíduos constitui um dos pilares fundamentais da estratégia de desenvolvimento sustentável da Região Autónoma dos Açores. Em consonância com razões de valorização de qualidade ambiental, garantia de saúde pública e integração do quadro normativo da União Europeia, a gestão de resíduos deve proporcionar uma elevada protecção do ambiente, sem que essa ambição afecte o desenvolvimento social e económico local. Antes pelo contrário, a qualidade da gestão de resíduos deve propiciar o esforço da competitividade da Região e permitir maximizar o uso dos recursos renováveis. O SIGRA tem a natureza de modelo operacional de gestão de resíduos. A muito curto prazo, com a elaboração, aprovação e implementação do Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos dos Açores, o Governo concretizará mais um compromisso do seu programa político e

consequentemente a Região ficará com um instrumento de planeamento para uma década.

O PEGRA tem uma natureza estratégica que concretiza a visão do governo quanto à gestão dos resíduos, é um instrumento de gestão que programa e concretiza a política de resíduos com incidência espacial. A sua finalidade é dotar a Região Autónoma Açores do instrumento jurídico apropriado para uma gestão integrada e sustentável dos resíduos no quadro das obrigações comunitárias sobre esta matéria. A conclusão deste plano está prevista para o primeiro trimestre de 2007.

No âmbito da educação e da sensibilização ambiental, temos vindo a implementar progressivamente a Rede Regional de Ecotecas, que hoje já chega a sete das nossas nove ilhas, estando para breve a abertura da Ecoteca da Ilha Terceira. Tratam-se de valências que têm vindo a ter, nos últimos anos, um papel determinante na implementação de um projecto de educação ambiental.

O projecto Eco-Escolas tem vindo a registar uma cada vez maior adesão, tendo abrangido no ano lectivo transacto 46 estabelecimentos de ensino, num total de 7.282 alunos inscritos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No que concerne ao Ordenamento do Território, e numa Região com as especificidades da nossa, o ordenamento e a correcta gestão da nossa extensa orla costeira, constituem elementos de fundamental importância, não só na perspectiva da preservação dos seus valores naturais e da maximização das suas potencialidades, como para a protecção das pessoas e bens que habitam ou possuem os seus haveres junto do litoral.

Deste modo, e no que diz respeito ao Ordenamento do litoral, só na presente legislatura, foram realizadas 17 obras de protecção da orla costeira. Só no presente ano foram empreendidos trabalhos de protecção costeira na Vila das Lajes do Pico, nas Velas, em S. Jorge, na Casa do Fio, no Pico, na estrada marginal da Praia da Graciosa, no Caminho do Barreiro das Covas, na Graciosa, e em Santa Cruz das Flores, para grande satisfação das populações daquelas ilhas.

Ainda no que diz respeito à protecção do litoral das nossas ilhas, concluídos e aprovados que estão os Planos de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Terceira, da Ilha de São Jorge e da Costa Norte da Ilha de São Miguel, estão já em fase de elaboração outros quatro, nomeadamente o das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo. No início do próximo ano promoveremos a discussão pública do POOC da Costa Sul e até Fevereiro será lançado o concurso público para a elaboração do POOC do Pico. Brevemente iniciaremos também a elaboração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha do Faial, concluindo assim todos os instrumentos de ordenamento do território da Região Autónoma dos Açores.

No próximo ano destacamos os investimentos nas obras de protecção da orla costeira. Vamos iniciar a intervenção integrada de requalificação da orla costeira da Baía de São Lourenço em Santa Maria, a estabilização de taludes na Ponta da Ferraria, a protecção costeira na Praia da Ribeira Quente e a protecção costeira do passeio marginal da cidade da Ribeira Grande em São Miguel. Vamos também iniciar a protecção costeira do Carapacho na ilha Graciosa e a segunda fase da protecção costeira do Porto Martins, na ilha Terceira, prometida há mais de vinte anos e nunca realizada. Estamos também a iniciar o projecto para a protecção da falésia no Porto Judeu na ilha Terceira. Em São Jorge iniciar-se-á nos primeiros meses de 2007 a obra de protecção costeira da Fajã de São João, encontrando-se a decorrer o concurso público para o efeito.

Referência especial devem merecer também pela sua inquestionável importância, o início de duas importantes obras nas bacias hidrográficas das Lagoas das Sete Cidades e das Furnas, projectos da responsabilidade dos arquitectos Souto Moura e Manuel Aires Mateus. Estas obras consistem na correcção de drenagem, pavimentos e arranjos paisagísticos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ao nível da correcção e naturalização dos leitos e margens dos cursos de água, executámos, na presente legislatura, 16 intervenções de monta em diversas ribeiras e linhas de água em várias ilhas.

No que concerne aos recursos hídricos, vamos continuar o trabalho que temos empreendido no reforço das medidas de protecção e utilização integradas nos recursos hídricos, e dos seus sistemas associados. Vamos iniciar a obra de requalificação da ribeira da Ribeirinha, na ilha Terceira, e vamos também iniciar a requalificação ambiental das margens da ribeira da Conceição, nas Furnas. Já se encontra concluído o projecto para lançar concurso público da obra de intervenção da margem direita da Ribeira Grande, em São Miguel, e estamos a concluir a intervenção na Ribeira do Fundo, na ilha do Pico.

Vamos continuar a implementar as medidas preconizadas no Plano Regional da Água, da responsabilidade desta Secretaria Regional. No próximo ano iniciaremos as medidas de protecção das origens da água na ilha Graciosa e Faial. O estudo integrado de abastecimento e tratamento de água e drenagem de águas residuais será apresentado em Janeiro de 2007 na reunião do Conselho Regional da Água, que já se encontra agendada. É com base neste estudo que apresentamos as medidas preconizadas e o melhor modelo económico, bem como as soluções técnicas adequadas para acabar com os problemas que ainda subsistem na Região. Vamos fazer um estudo económico-financeiro das utilizações da água e consequentemente publicar legislação subordinada à nova região hidrográfica dos Açores. Contamos apresentar também o Plano de Gestão de Recursos Hídricos de Santa Maria, que resulta de um compromisso do Plano Regional da Água e da Directiva Quadro que terá um guia metodológico a aplicar em toda a Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No próximo ano de 2007 vamos prosseguir com a mesma determinação e com o nosso inabalável empenho na concretização do programa do Governo para o ambiente.

Na verdade, o Plano de 2007 demonstra a aposta e o empenho que o Governo Regional fez nesta legislatura em matéria de ambiente. Aos novos problemas que vão surgindo, no seguimento do desenvolvimento a que temos assistido nos últimos anos, respondemos com políticas inovadoras e uma grande vontade de continuar a mudar os Açores para melhor.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como bem sabe, Sra. Secretária Regional do Ambiente, no final do passado mês de Setembro, faleceu, já na parte final da sua subida à montanha do Pico, uma cidadã norte-americana, porque não conseguiu chegar a um ponto onde pudesse ser recolhida de um acidente que sofreu.

Como bem sabe e provavelmente também sente, este incidente constitui uma mancha negra na qualidade do nosso turismo na Ilha do Pico, sobretudo naquele turismo que pretende fazer das subidas à montanha o seu destino de férias quando escolhe a Ilha do Pico.

A Sra. Secretária Regional disse na sua intervenção que a segunda fase da Casa da Montanha iria ser concluída durante 2007 e que na sua opinião a entrada em funcionamento desta obra iria servir para disciplinar as subidas à montanha.

Ao contrário, eu entendo que é preciso mais para disciplinar as subidas à montanha, é preciso haver regulamentação que discipline essas mesmas subidas, para além, obviamente, da entrada em funcionamento desta obra, que é importante e que nós nos congratulamos com a sua entrada em funcionamento.

É preciso regulamentação específica para estas subidas, como também é necessário regulamentação para a actuação e desempenho dos próprios guias de montanha, aqueles que já receberam a sua formação adequada a esta função e que estão no terreno a prestar o seu apoio a quem pretender empreender uma subida à montanha.

A primeira questão que lhe colocava era, para quando a regulamentação no sentido de complementar a entrada em funcionamento desta obra, porque o único ponto e a única dotação que tem na apresentação que fez do seu plano de actividades, eventualmente poderia estar integrado aqui no controlo e vigilância integrada na

qualidade do ambiente e a descrição que aqui faz não é suficientemente exaustiva para se poder tirar conclusões da sua intenção neste domínio.

Por outro lado, disse que estava para prestes a conclusão da obra da Ribeira Funda, na Ribeirinha do Pico. O que nós sabemos é que o empreiteiro abandonou aquela obra recentemente e gostaríamos de saber os motivos desse abandono.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Considerando que nós somos ilhas, há dois aspectos, malgrado a transversalidade e toda a importância que o ambiente tem para a nossa Região, que gostava de colocar: a protecção das orlas costeiras, que é sobremaneira importante, porque somos ilhas pequenas, o tratamento e o destino dos resíduos.

O Sistema Integrado de Gestão dos Resíduos (SIGRA) parece-me, e não tenho dúvidas nenhuma, que é uma solução, do ponto de vista conceptual, excelente, porque aponta para retirarmos no essencial os resíduos das nossas ilhas exportando-os depois de devidamente tratados e separados.

Agora, também é verdade que o tratamento de resíduos, nomeadamente os resíduos de sólidos urbanos, é responsabilidade das autarquias e este sistema só funcionará, obviamente, se contar com, passe a expressão, a cumplicidade, o empenho e a parceria das autarquias.

Eu gostava de saber, e a Sra. Secretária certamente terá estes elementos disponíveis, qual é efectivamente neste momento a disponibilidade demonstrada pelas autarquias dos Açores para colaborar com o Governo, ou melhor dizendo, para aproveitar esta disponibilidade do Governo Regional, para tratarmos devidamente e darmos um destino capaz aos resíduos que produzimos na nossa Região?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e Mar.

(*) **Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Relativamente ao regulamento que referiu posso informar-lhe que, como foi divulgado, eu tive oportunidade de me reunir no Pico com os Guias de Montanha, com os 14 que têm formação para acompanhar os visitantes à escalada à montanha, e neste momento o instrumento está pronto e encontra-se para agendamento no Conselho de Governo. Portanto, vai haver casa e vai haver regulamento.

Relativamente à morte de uma cidadã, apesar de lamentarmos muito essa situação, eu pergunto-lhe quantas pessoas morrem nas estradas do Pico, por ano, ou infelizmente por outros acidentes?

Em todas as montanhas do mundo, em todas as paisagens protegidas do mundo, morrem pessoas em virtude de acidentes. Essa responsabilidade é sempre de quem ousa subir ou entrar nesses sítios sem se precaver das medidas de segurança que são indicadas. Neste caso, como bem sabe, a senhora subiu sozinha.

Portanto, não há responsabilidade nenhuma do Governo Regional quanto a esta matéria e o que eu lhe posso dizer é que se o Governo Regional, neste regulamento, impedisse que as pessoas subissem sozinhas, estaria a ser pioneiro nesta matéria, porque eu conheço todos os regulamentos que existem de escalada às montanhas pelo mundo inteiro e em todos esses regulamentos há sempre a capacidade dos cidadãos subirem sozinhos ou acompanhados.

O que nós estamos a fazer é exactamente a disciplinar essas medidas no sentido de criar regras específicas, não só que promovam a segurança das pessoas, mas também que promovam a protecção do meio ambiente e daquele ecossistema. É isso que estamos a fazer.

Esse trabalho está feito e relativamente a isto é o que lhe posso dizer.

No que diz respeito à Ribeira de Fundo, na Ribeirinha, a obra era para decorrer durante 8 meses. A primeira fase dessa obra decorreu rapidíssimo. Acontece que surgiram uns imprevistos, porque infelizmente as calamidades nos Açores assim fazem.

Como o senhor sabe, há mais de 50 anos que não ocorria naquela ribeira tamanha cheia. Porque há que fazer umas correcções ao projecto, neste momento, estamos a trabalhar nisso e vamos imediatamente proceder ao procedimento de consulta para terminar a obra. É o que lhe posso informar, por isso disse no meu discurso que nos

primeiros meses do próximo ano terminaríamos esta obra tão importante que é para aquela freguesia.

No que diz respeito à questão colocada pelo Sr. Deputado Manuel Herberto, o que lhe posso dizer é que se eu fosse a seguir o conselho da Sra. Presidente da AMRAA, que me disse numa reunião, em São Miguel, que o parecer da AMRAA relativamente ao SIGRA era o parecer AMISM, muito mal estariam os outros municípios da Região. Aqui é que se pode ver para quem é que trabalha a Dra. Berta Cabral e com que objectivo, porque eu recebi de todos os municípios da Região – sublinho, refiro e reafirmo, recebi de todos os municípios da Região, e ainda hoje de São Jorge – uma firme convicção de que o SIGRA é o melhor instrumento de planeamento que o Governo Regional fez. Portanto, isto cabe a todos os municípios.

A Câmara Municipal da Madalena, na Assembleia Municipal, teceu um louvor a este instrumento de planeamento.

Portanto, como podem ver, se eu seguisse isso que está escrito, o conselho da Sra. Presidente da AMRAA, estava tramada, ou melhor, estariam todos os açorianos tramados e todos os municípios.

Portanto, o que lhe posso dizer é que já tive o cuidado de me reunir com todos os municípios da Região Autónoma dos Açores (hoje foi em São Jorge) e de todos eles tenho recebido uma grande convicção de que este é o melhor instrumento.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Incluindo o de Ponta Delgada!

A Oradora: Deixe-me falar, Sr. Deputado. Não fique tão incomodado que eu tenho a oportunidade e tenho todo o tempo do mundo de o esclarecer.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Os apartes são regimentais!

A Oradora: Também lhe posso dizer, Sr. Deputado, que, relativamente às câmaras da Ilha das Flores, já está escolhido o sítio para se construir as infra-estruturas e o Governo Regional, num acto de solidariedade para com as ilhas com maior fragilidade, já encomendou os projectos, para mandar elaborar, a duas Universidades de reconhecida competência nesta matéria, os projectos dos eco-centros e dos centros de valorização orgânica, a pedido do Presidente da Câmara de São Roque do Pico. Portanto, é para verem como é que trabalha a Presidente da AMRAA e com que objectivo.

Muito obrigada.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A Sra. Secretária não é fiscal da AMRAA?

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Muito obrigado pela resposta concisa e precisa que deu às questões que eu apresentei. De qualquer forma tenho que deixar aqui uma nota de alguma discordância em relação a essa mesma resposta.

É bem verdade que mortes acontecem em muitas situações, mas também há-de concordar comigo que é bem verdade que onde há mortes há sempre a preocupação de as minimizar, por parte dos Governos ou das entidades que as tutelam.

Eu sou dos que acredito que a falta de regulamentação das subidas à montanha pode ter provocado aquela morte, como outras que já antecederam.

Eu sou dos que não concordo que naquele caso em específico (não sei se é único, não sei se poderemos constituir uma exceção) os turistas devam ter sequer a opção de subirem sozinhos à montanha.

Portanto, acho que a regulamentação devia obrigar todos aqueles que quiserem subir à montanha do Pico, zona de paisagem protegida, irem acompanhados, até para minimizar o impacto negativo no ambiente que as pessoas sozinhas podem provocar. Nem sempre aqueles que sobem à montanha são agentes esclarecidos que partilham e comungam destes espaços. Muitos provocam danos, que podem obviamente ser reparáveis, mas também podem causar diversos prejuízos naqueles ambientes e naqueles ecossistemas.

Portanto, eu sou dos que concordo que a regulamentação deve ir ao ponto de obrigar o acompanhamento de todas as subidas, porque para além disso, preserva-se também a integridade física e a segurança dos nossos visitantes.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e Mar.

(*) **Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

O regulamento prevê um requerimento precisamente para que a pessoa possa subir e assinar esse termo de responsabilidade. Aliás é assim em todo o mundo, como acabei de referir.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As teorias das catástrofes, na nossa tradição, são tão antigas, pelo menos, tanto quanto a Bíblia e, ao longo dos séculos, identificamos diversos autores que podemos catalogar de catastrofistas. No século passado, destacamos o alemão Oswald Spengler e a sua trágica visão histórica, pela qual as culturas e civilizações, ao longo dos tempos, cumpriam um inevitável roteiro de ascensão, apogeu e declínio, desaparecendo na poeira, e o britânico Arnold Toynbee que sustentou a ideia de que as civilizações morrem de suicídio e não por assassinato.

Daí que, neste começo do século XXI, confrontados não só com a ficção de *“O dia depois de amanhã”*, do realizador alemão Roland Emmerich, que actualiza e vulgariza essa visão de catástrofes irresistíveis, mas também com publicações como o *“Colapso”*, do americano Jared Diamond, *“Os Senhores do Tempo”*, do australiano Tim Flannery, e o *“Plano B 2.0”* do americano Lester Russell Brown, ou ainda as conferências do ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos da América Al Gore, já publicadas e levadas à tela no documentário *“Uma Verdade Inconveniente”*, realizado pelo americano Davis Guggenheim, e, mais recentemente, com o relatório do britânico Nicholas Stern sobre a *“A Economia das Alterações Climáticas”*, poderíamos – de uma forma simples e cómoda – alinhar com aqueles que afirmam não ser a primeira vez na história em que o futuro é visto como algo indeterminado e ameaçado por catástrofes, cujas magnitudes quebram a harmonia que deveria existir nas relações do Homem com o Ambiente.

Contudo, estas versões modernas do catastrofismo têm em comum a abordagem da problemática ambiental, nomeadamente os impactos das alterações climáticas e do aquecimento progressivo e global do planeta. Esta coincidência leva-nos a uma questão: Será que nos confrontamos com um determinismo ecológico? Aparentemente não, já que todas essas abordagens indiciam, também, que estamos

diante duma catástrofe evitável, designadamente por via duma mudança global de comportamentos e de políticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos, hoje, numa sociedade absurdamente dependente da queima dos combustíveis fósseis – por exemplo, o tráfego rodoviário e 87% da energia primária comercializada – com todas as consequências que daí advêm para a degradação ambiental, designadamente o aquecimento global.

O Protocolo de Quioto, aprovado na 3.^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (COP-3), em Dezembro de 1997, é o mais visível esforço alguma vez realizado pela comunidade internacional para combater o problema do aquecimento global, tendo entrado em vigor em 16 de Fevereiro de 2005, depois da sua ratificação pela Rússia, e mesmo sem a adesão dos Estados Unidos da América, que são responsáveis por mais de um terço das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE's).

Foi neste contexto que a comunidade internacional partiu, no passado dia 6 de Novembro, para Nairobi, no Quénia, onde se reuniu a 12.^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (COP-12), apresentando-se, conseqüentemente, céptica e preocupada pela indefinição quanto ao futuro do Protocolo de Quioto. Seria que, sem a adesão dos Estados Unidos da América, continuariam a existir condições para a manutenção dos compromissos assumidos para além de 2012 – data da caducidade do Protocolo?

Face ao aparente agravamento das condições climáticas à escala global, constatamos, com agrado, o sucesso da Conferência de Nairobi, designadamente ao reiterar os seus objectivos na batalha contra as mudanças climáticas e ao aprovar uma resolução que estabelece as bases da revisão do Protocolo de Quioto, a encetar em 2008 e que deverá assentar nas melhores informações e avaliações científicas, sobretudo no 4.º relatório do Grupo Intergovernamental de Especialistas em Mudança Climática, que será tornado público a partir de Fevereiro de 2007.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando, por todo o Mundo, assistimos ao retomar do debate sobre a energia nuclear e, em Portugal, alguns, como o ex-Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia do XV Governo Constitucional, Franquelin Alves, apontam o dedo àqueles que designam por “sacerdotes do clima” e defendem que o nosso País deve partir para a renegociação dos compromissos de Quioto, os Açores prosseguem uma caminhada segura, assente em profundas alterações – já efectuadas e em curso – na sua matriz energética, incorporando, em boa escala, fontes renováveis, designadamente as energias geotérmica, eólica e hídrica, que representaram 20,2% da produção em 2003.

Depois de uma quebra da produção de energias renováveis nos últimos dois anos (2004 e 2005) – motivada pelo decréscimo da produção geotérmica, em virtude do encerramento de alguns furos no âmbito da política de investimentos em curso – o ano de 2006 marca a retoma do crescimento da produção de energia geotérmica, fruto dos novos investimentos realizados, o que, acompanhado do crescimento da produção eólica e dos investimentos em curso e previstos em fontes renováveis, trará, no futuro próximo, um significativo aumento da capacidade de produção instalada, permanecendo a Região muito para além da meta de 12% estabelecida pela União Europeia para o ano de 2010.

Nesta cruzada, pela maior eficiência na utilização da energia e melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos e demais recursos naturais, destaca-se: a política de investimentos desenvolvida pela EDA; a actividade da Agência Regional de Energia e Ambiente da Região Autónoma dos Açores (ARENA), com particular relevância para as iniciativas que estão a ser implementadas no âmbito dos projectos integrados no Programa Interreg-III B, designadamente a 2.^a fase do ERAMAC – Maximização da Penetração das Energias Renováveis e Utilização Racional da Energia nas Ilhas da Macaronésia, e o ESENER – Informação, Conhecimento e Educação sobre o Estado Energético Urbano, a Poupança Energética e Energias Renováveis, que prevê a realização de auditorias, das quais resultarão diagnósticos da situação energética em alguns municípios; o Sistema de Incentivos à Produção de Energia a partir de Fontes Renováveis (PROENERGIA),

aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2006/A, de 31 de Julho; e ainda toda a política regional de informação e sensibilização ambiental.

E os resultados, induzidos por esta orientação política, começam a notar-se, conforme se constata pela análise dos dados estatísticos de Janeiro a Setembro de 2006, nomeadamente os respeitantes à evolução da produção e do consumo de energia na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa do IX Governo Regional, as Orientações de Médio Prazo para o período de 2005 a 2008 e a prática de governo evidenciam uma clara opção política e a determinação do Governo Regional e do Partido Socialista na operacionalização do conceito de sustentabilidade, ao contemplarem um inequívoco fortalecimento e incremento das políticas públicas de Ambiente.

Senão, vejamos:

- No Plano de Médio Prazo de 1993/1996 foram orçamentados 5,1 milhões de euros para as políticas de Ambiente;
- No somatório dos Planos Anuais de 1997 a 2000 orçamentaram-se montantes seis vezes superiores aos do quadriénio anterior, concretamente 30,5 milhões de euros;
- Para o período de 2001 a 2004 foram inscritas no Plano de Médio Prazo 52 milhões de euros;
- E para o período da presente legislatura (2005 a 2008), é intenção do Governo Regional efectuar um investimento global superior a 71 milhões de euros.

Este registo plurianual evidencia, claramente, a consistência das opções estratégicas de carácter estrutural assumidas pelos Governos Regionais do Partido Socialista, bem como a dimensão dos esforços efectivamente levados a cabo e a justeza dos caminhos escolhidos. E o Plano Regional para 2007 prossegue e consolida essa estratégia, ao prever um investimento global de 18.223.000,00€ no Programa 21 – Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental, e de 335.000,00€ no Projecto 26.1 – Utilização Racional de Energia.

Num momento de crescente preocupação com as questões ambientais e com o futuro da Humanidade, terminamos partilhando com Al Gore a esperança de que a vontade

política a nível global seja também uma recurso renovável, já que neste Governo e no Partido Socialista é-o indubitavelmente.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar o 11º Plano e Orçamento para a Região, da responsabilidade dos Governos do Partido Socialista.

Este facto representa, também, uma década de responsabilidades governativas. Uma década de oportunidades de desenvolvimento das nove parcelas desta Região.

Dez anos na vida de uma comunidade é um tempo considerável.

Trata-se de um período em que se pode – e deve mesmo – fazer um balanço e uma reflexão que nos permita tomar consciência do que representou tantos anos e tantas oportunidades de desenvolvimento em cada ilha dos Açores, até porque os recursos financeiros colocados à disposição destes últimos Governos, pela Comunidade Europeia, foram extraordinariamente superiores aos disponibilizados pelos programas comunitários anteriores.

Sendo assim, como Deputado eleito pela ilha de São Jorge, sinto a responsabilidade de transmitir-vos, uma vez mais, aquela que considero a maior preocupação dos meus conterrâneos, em nosso entender bastante oportuna e absolutamente justificada.

São Jorge depara-se, nestes últimos anos, com problemas sérios que condicionam, talvez mesmo de forma irreversível, o seu nível de desenvolvimento e a satisfação dos seus habitantes.

O crescente declínio da população, aliado às políticas que este governo tem vindo a fomentar de promoção da desertificação humana de algumas zonas populacionais, a falta de investimentos estruturais nalgumas áreas e os novos conceitos, inventados pelos governos socialistas, de governação “per capita” e de governação impulsiva, têm cada vez mais consequências na atitude de cada um dos seus habitantes.

Por outro lado, o facto do Governo Regional não ter entendido ainda qual o rumo para onde deve concentrar os investimentos públicos em São Jorge, condiciona, como facilmente se compreende, o seu desenvolvimento, e este, a mentalidade e a convicção das pessoas relativamente às potencialidades da sua própria terra.

As expectativas das pessoas, dos jovens e dos menos jovens, qualquer que seja a sua área de ocupação, estão a ficar frustradas e isso provoca um desânimo generalizado que já nos penaliza de forma surpreendente.

A verdade é que as potencialidades que se verificavam há alguns anos atrás, em que os jorgenses muito acreditavam, continuam naquela ilha, mas apenas como perspectivas passivas de uma aposta e de um desenvolvimento que tarda em chegar.

Os nossos jovens que mostravam acreditar na sua terra, lutando para que após os seus estudos pudessem regressar à sua ilha e colaborar no processo de desenvolvimento que se anunciava, começam também a mudar de ideias, desde logo, porque quando regressam não conseguem ser colocados nas suas áreas específicas para as quais foram preparados.

E, como nada acontece por acaso, tudo isto está assim, porque, ano após ano, plano após plano, mandato após mandato, os Governos socialistas foram mostrando dois factores surpreendentes em relação a São Jorge:

O primeiro, foi a falta de uma aposta clara e reflectida no principal sector produtivo da ilha.

O segundo, a consequência da rejeição assumida de um princípio que deve nortear toda e qualquer governação açoriana – o desenvolvimento convergente de todas as parcelas da Região.

No primeiro caso, o governo pode ter argumentos teóricos e mesmo financeiros que justifiquem a sua acção, mas a verdade é que se limitou a pulverizar o sector cooperativo com importantes meios financeiros que lhe permitiu resolver algumas questões que se arrastavam há já algum tempo, mas por outro lado, os responsáveis governativos desta Região têm demonstrado muito claramente não possuir uma visão estratégica para este sector.

E, se porventura existissem dúvidas, pergunto-vos se algum dos Srs. Deputados deste Parlamento ouviu a explanação de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento para o sector agrícola em São Jorge, devidamente estruturada?

Sucederam-se Secretários atrás de Secretários, mas a atitude e as soluções foram sempre as mesmas.

No que respeita ao segundo factor, esta governação foi implacável e determinada. Optou por não apostar em todas as ilhas conforme seria sua obrigação.

Neste particular, gostaria de salientar que os jorgenses não podem nunca ser responsabilizados pelo Governo que temos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já começaram a chegar as consequências destas políticas perfeitamente desadequadas.

Muitos jorgenses começam a optar novamente pela emigração, onde encontram perspectivas de vida diferentes e um futuro melhor. Muitos produtores agrícolas procuram novas oportunidades noutras paragens. O PSD bastantes vezes vos alertou para este perigo.

Outros, mais jovens, que pretendiam regressar depois dos seus estudos fixaram-se fora da região ou noutras ilhas onde a aposta do Governo Regional era bastante mais notória. O PSD bastantes vezes vos alertou para este perigo!

Outros ainda, vivem em São Jorge mas com expectativas mais modestas e hoje encontram-se compreensivelmente descrentes relativamente ao futuro dos seus filhos. O PSD bastantes vezes vos alertou para este perigo!

Na realidade, assiste-se em São Jorge a uma fase do seu desenvolvimento especialmente desmotivante, pois a desertificação de algumas localidades parece aproximar-se de forma indubitável.

As populações estão envelhecidas e as novas gerações deslocam-se em direcção aos empregos, onde existem novas perspectivas, segurança na saúde, na educação e nas áreas empresariais, ou seja, na direcção contrária ao seu local de origem.

Não fosse o papel que as autarquias...

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Eu sei que isso vos magoa, dói bastante!

... desempenham e o processo seria ainda bastante mais acelerado.

As políticas promovidas por estes Governos estão a incentivar a desertificação das ilhas menos populosas. Será isso o que os jorgenses e muitos outros açorianos das ilhas menos populosas, pretendem?

Nunca, como jorgense, ou mesmo como açoriano, poderia ser conivente com estes princípios de governação.

Quando reunimos com as pessoas, de freguesias menos populosas, sentimos a sua revolta, a sua indignação, a sua perplexidade por esta situação complexa por que estamos a passar e para onde caminhamos a passos largos.

Como já foi referido nesta Assembleia, o problema da desertificação humana encontra solução através de um conceito político humano/territorial, infelizmente varrido do modelo socialista, ou seja, o estabelecimento permanente de uma dinâmica de desenvolvimento pela associação da geografia e da cultura com a vocação humana de cada parcela da região.

Deputado José San-Bento (PS): Acho que já li isso na Internet!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por maior que seja a listagem de intenções, a listagem das obras realizadas, a listagem das promessas cumpridas ou até mal concluídas, a verdade é que passados dez anos deveríamos encontrar resultados práticos. E isso não aconteceu, pelo que apenas podemos concluir que estes últimos três governos falharam. Pelo menos em São Jorge.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Nesta minha intervenção optei por não vos falar especificamente de algumas questões que temos vindo a reivindicar nesta Assembleia.

Poderia muito bem ter referido os problemas relativos aos Caminhos Agrícolas e ao Abastecimento de Água à Lavoura, à exiguidade do Núcleo de Recreio Náutico da Vila das Velas, à solução encontrada para o Porto da Calheta, ao incumprimento dos compromissos do Sr. Presidente do Governo relativamente ao POOC, à indecisão permanente na reestruturação do Sector Cooperativo, ao encerramento de Escolas

Primárias logo após terem sido recuperadas e ampliadas pelas Câmaras Municipais, ao atraso na Electrificação das Fajãs e à forma como a pretendem fazer, à debilidade das condições da maioria dos portos, à vossa passividade em relação ao Porto do Topo, à forma ziguezagueante como trataram o processo da ampliação do aeródromo e do novo acesso ao Porto das Velas, ao esquecimento da Gare de Passageiros do Porto da Calheta, à forma deselegante como trataram o assunto da Pousada de Juventude, à incorrecção com que tratam algumas Juntas de Freguesia, ao vosso alheamento quando se trata de cumprir determinadas responsabilidades que são da vossa competência, ao facto de terem gasto dez anos para pavimentar um caminho com 10 Km, o que corresponde a uma média de 1 km por ano, e por aí fora...

Mas não pretendo entrar por este caminho agora. Trago-vos uma reflexão mais profunda, bastante mais preocupante, que gostaria de ver discutida nesta Assembleia, até porque todos conhecem a nossa posição sobre estes assuntos.

Acabei de vos transmitir o nosso retrato...

Deputado Osório Silva (PS): O retrato da Câmara da Calheta!

O Orador: ... sobre a vossa governação em São Jorge, num período de uma década, que não tenho dúvidas que corresponde à ideia que os jorgenses têm deste Governo.

Se me permitem um “à parte”, falta-vos um retrato naquela exposição que se encontra nos corredores desta Assembleia. Um retrato que permitiria mostrar, não só a face mais bonita da moeda, mas sim as duas faces.

Deputado Clélio Meneses e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

O Orador: E não seria muito difícil, sendo mesmo mais coerente. Poderiam para isso, por exemplo, ter incluído uma fotografia de um, ou melhor, de qualquer um, dos caminhos agrícolas da vossa responsabilidade para que todos percebessem a vossa preocupação com o nosso Sector Agrícola.

Deputado Clélio Meneses e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata está, portanto, muito preocupado pelos resultados da governação socialista, na última década, na ilha de São Jorge.

Deputado Herberto Rosa (PS): Eu sei que está!

O Orador: E estamos preocupados, porque percebemos, há já algum tempo, as consequências destas políticas e por isso mesmo sentimo-nos na obrigação de as denunciar publicamente.

Permitam-me, pois, para terminar, que faça apenas uma simples crítica a este Plano (apenas uma!):

Deputado Francisco Coelho (PS): Até agora esteve a elogiar!!!

O Orador: Trata-se de mais um plano, com um aumento de verbas, mas igual a tantos outros.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Onde é que está a crítica?!

Deputado Aires Reis (PSD): Nem todos percebem a crítica! É preciso ir a São Jorge para percebê-la!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aires Reis:

Fico feliz, porque na última discussão do Plano e Orçamento o senhor repetiu um discurso que já tinha no seu arquivo há bastante tempo e eu pensei que não íamos voltar a ter intervenções suas por motivos que certamente teriam a ver com avenças em atraso, mas desta vez parece-me que não. Ou a avença está em dia ou o senhor realmente trabalhou!

Fico feliz, porque o início da sua intervenção falava em 10 anos de desenvolvimento.

Deputado Aires Reis (PSD): Ou falta dele!

O Orador: Realmente pensei que era uma intervenção que falava a verdade, mas depois descambou de tal forma que me parece que foi um autêntico contra-senso. Dizer que não há uma estratégia para o sector agrícola em São Jorge, fracamente Sr. Deputado. O senhor acha que a estratégia para o sector agrícola em São Jorge é o

elefante branco que os senhores construíram e que nós ainda tivemos que pagar as dívidas dele?

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

O Orador: Dizer que não se pavimenta estradas em São Jorge, francamente, Sr. Deputado.

A estrada de acesso ao Topo foi pavimentada pelos senhores e paga por nós; a estrada dos Nortes foi candidatada pelos senhores e executada por nós.

Deputado Aires Reis (PSD): Estamos a falar de caminhos agrícolas!

O Orador: Sr. Deputado Aires Reis, sobre essa matéria gostaria de lhe dizer ainda mais. No que se refere a caminhos agrícolas e ao abastecimento de água à lavoura nunca, em 20 anos, os senhores fizeram um terço do investimento que nós fizemos em 10. O ritmo é muito maior. No vosso tempo o abastecimento de água à lavoura limitou-se a um tanque nos Rosais que rachou por falta de água. Fizeram o tanque e não tinham água para lá colocar. Nem a localização souberam estudar.

Também queria dar-lhe os parabéns porque ao contrário daquilo que foi escrito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, os senhores corrigiram e deixaram de pedir uma aerogare para um porto, mas sim uma gare marítima para o porto. Foi o que pediram no Conselho de Ilha.

Relativamente à questão do Núcleo de Recreio Náutico, basta ir à página da Assembleia e verá:

“Aerogare do porto da Calheta

Tem-se verificado que a solução encontrada para a venda de bilhetes e informações aos passageiros não poderá manter-se, uma vez que para além de não ter o mínimo de condições não dignifica em nada a nossa ilha”.

O que não dignifica é pedir aerogares e isso o Governo não vai fazer, de certeza absoluta.

Deputado Aires Reis (PSD): É impressionante com o que o senhor se preocupa!

O Orador: O senhor fala da exiguidade do Núcleo de Recreio Náutico das Velas. Eu queria dizer-lhe que tenho aqui uma deliberação da Câmara Municipal das Velas, aprovada por unanimidade, que aprova na íntegra o projecto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ou tinham aquilo ou não tinham nada!

O Orador: Tenho aqui a cópia de uma carta assinada pelo senhor José Gaspar Amaral Pereira, então Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, e com as eleições ganhas, não como desta vez, porque quem as ganhou foi o Manuel, mas quem se sentou na cadeira foi ele, a dizer que foi aprovado, com 19 votos a favor e uma abstenção, o Núcleo de Recreio Náutico da Vila das Velas.

Sr. Deputado, nós, neste momento e neste Plano, somos a terceira ilha em investimento a nível regional. O senhor acha isso pouco? O senhor acha que nós não estamos a desenvolver São Jorge e a investir no desenvolvimento de São Jorge?

O senhor acha que investir nas acessibilidades a São Jorge, nomeadamente na melhoria dos transportes marítimos com a construção dos novos navios, como já foi aqui explicado neste plenário, no aumento da pista de São Jorge para nós termos diminuição do número de cancelamentos de voos a São Jorge para que a actividade privada possa investir e desenvolver o turismo naquela ilha, não é apostar em São Jorge?

O senhor não deve viver na mesma realidade que eu vivo.

Deputado Aires Reis (PSD): Não, de certeza absoluta!

O Orador: Mais grave! Quando vem dizer que são as Câmaras Municipais de São Jorge a tábua de salvação... Sr. Deputado, o senhor realmente não anda no mundo que nós andamos.

Resumindo a minha intervenção, o senhor sabe o que é isto?

Isto que está aqui é o manifesto eleitoral do Partido Socialista nas últimas eleições e isto que está aqui é o Plano para 2007. Isto é o princípio disto para o cumprimento disto e é isso que vai acontecer em São Jorge.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para participar neste debate e colocar aqui outra tónica.

Depois de ouvir o Sr. Deputado Rogério Veiros só me apetece dizer: há coisas fantásticas, não há?!

Deputado Rogério Veiros (PS): Há!

O Orador: Como diz a canção de Paulo de Carvalho, “10 anos é muito tempo, muitos dias, muitas horas a cantar!”

Neste caso, 10 anos é muito tempo, muitos dias e muitas horas a desgovernar!

Este terceiro dia de debate sobre o Plano e Orçamento foi pautado pelo discurso dos milhões.

Eu queria citar hoje o Sr. Deputado do Partido Socialista da Ilha de Santa Maria, Deputado Alberto Costa, que em resposta, em aparte, ao Sr. Deputado Sérgio Ferreira, dizia: “Não quero saber dos milhões. Eu quero é a obra feita!”.

Concordo plenamente consigo!

Disse mais. “Pelo facto do dinheiro lá estar não quer dizer que a obra vai ser feita!”

É uma réstia de esperança, mas sobre essa matéria nós ficamos sempre como São Tomé, “ver para crer!”.

Mas vamos falar a verdade. Em São Jorge temos obras feitas... Temos obras mal feitas... E temos obras por fazer!

Deputado Nuno Amaral (PS): São as da Câmara!

O Orador: Obras feitas:

- Porto da Calheta, solução discutível, mas não discuto agora;
- Recta dos Moinhos, obra feita, Sr. Secretário José Contente, e bem feita;

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: - Aerogare, belo espaço (logo se vê o resto, porque ainda não acabou, como o Sr. Secretário sabe).

Obras mal feitas:

- Estrada dos Nortes.

O Sr. Deputado Rogério Veiros disse há 5 minutos “obras feitas por nós”. Ontem o Sr. Secretário Regional da Habitação, naquele seu estilo de intervenção em que agarra a tribuna um pouco zangado, dizia: “microgranulados betuminosos de segurança e qualidade das estradas regionais por esses Açores fora”.

Quero informar o Sr. Secretário e convidar os Srs. Deputados do PS, que se desloquem ao lado norte da ilha, a tal obra que foi inaugurada há 5 anos, para verem o estado em que ela está (os buracos). É só um convite, não é uma crítica!

Se calhar o senhor vai dizer-me que não havia os betuminosos granulados, mas são destes 10 anos, que é muito tempo a governar, muitos dias e muitas horas!

O Sr. Secretário também falou sobre a rede de telemóveis. Como Deputado eleito pela Ilha de São Jorge, várias têm sido as vezes que tenho tido intervenção nessa matéria. Eu não duvido do esforço do Governo. Estou é a chegar à conclusão da incapacidade das diligências que o Sr. Secretário diz que tem feito. Eu acredito que o senhor faça, mas o problema é que o senhor faz, mas não chega lá.

O lado Norte da Ilha de São Jorge continua às “escuras”, em matéria de telemóveis.

Eu queria falar, despido da cor partidária, sobre um assunto que foi aqui levantado que tem a ver com o chamado porto de recreio, que eu queria intitular como “piscina de recreio”, náutico das Velas.

Aquilo que o Sr. Deputado Rogério Veiros leu é verdade, mas também é verdade que o gabinete do Sr. Secretário deve ter recebido ontem uma carta, na sequência de uma reunião que houve no Auditório Municipal, promovida pelo Clube Naval (eu disse: política à parte!) que eu vou citar: ...

(Risos do Secretário Regional da Economia)

Sr. Secretário, se quer ouvir com seriedade, é com seriedade. O senhor não está a rir-se de mim quando eu estou a dizer isto. O senhor está a rir-se das pessoas que reuniram no Clube Naval.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Chamadas pela Câmara!

O Orador: Eu não sei se havia alguém da sua cor partidária. Eu sei que foi promovida pelo Clube Naval e é isso que interessa.

... “Pese embora o historial desta obra, verifica-se agora, com o início dos trabalhos, que o projecto não corresponde no mínimo às expectativas criadas e gera problemas quanto ao hipotético acrescentamento posterior”.

Sem ser técnico, e acho que o Srs. Deputados do Partido Socialista já lá foram, pelo menos foi isso que me chegou aos ouvidos, cheguei à conclusão que aquilo, de facto, é pequeno. Se o Governo disser que não pode fazer tudo agora, tudo bem! Nós até compreendemos!

Que façam o molhe mais fora e mais tarde façam, como o Sr. Secretário da Habitação gosta tanto de fazer, a obra por fases. Pode inaugurar a primeira fase, que vamos à inauguração.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): É uma questão técnica e foi discutida!

O Orador: Quando inaugurarem a segunda fase, nós também vamos à inauguração. Agora, o que é verdade é que estão a hipotecar o futuro com isso e eu espero que o Sr. Secretário aceite o convite e vá a São Jorge ver com os seus olhos o que lá está a ser feito, assim como já convidei o Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*Duarte Ponte*): Houve discussão pública!

O Orador: Outro assunto que tem sido muito falado e vários desenhos têm sido mostrados ao longo dos últimos anos (o Sr. Vice-Presidente gosta muito de mostrar gráficos, eu mostro fotografias, porque um gráfico qualquer um faz, mas a fotografia vale mais do que mil palavras) foi o projecto de ampliação do parque de contentores e ao que parece vai ser uma realidade. Se assim for eu estarei lá para aplaudir. Não é a primeira vez que ele consta no Plano. Já o ano passado existia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): O concurso está aí. É já para a semana!

O Orador: Sr. Secretário, essa coisa do concurso estar aí para a semana, nós já ouvimos muitas vezes. Quando ele estiver lá, nós vamos ver.

Para terminar a minha intervenção, porque o tempo é pouco, eu queria dizer o seguinte:

Esta questão dos milhões vem desde logo no Plano e Orçamento de 2006. Tinha 8 milhões nos Fundos de Coesão. Agora vamos ter mais 8 milhões.

Gostava que algum Deputado do Partido Socialista me dissesse em que é que foram investidos esses 8 milhões, durante 2006? E em que é que é pretendem investir os outros 8 milhões durante 2007?

Deputado António Marinho (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Vão dizer-me que é para os privados. Mas a questão é que se nós somos chamados, os das ilhas pequenas, de “Ilhas da Coesão”, é porque nós, por nós próprios, não temos capacidade de iniciativa para fazer. Se tivéssemos não éramos “coesão”. Estávamos encostados a São Miguel – ia dizer Terceira, mas não posso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobre este Plano e Orçamento o Deputado Aires Reis terminou dizendo que este é igual a outros tantos, mas com mais verba. Sobre isto eu fico, como disse no início da minha intervenção, como São Tomé: “ver para crer!”.

Ver para crer, porque não é a primeira vez que constam obras num plano que depois não são feitas e como diz o nosso povo, “quem faz um cesto faz um cento”. Nós, como Deputados regionais havemos de estar cá durante o ano de 2007 para fiscalizar efectivamente se são ou não cumpridas estas obras que estão elencadas no Plano de 2007.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Agradeço que substituam o Sr. Deputado na Mesa.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes foi substituído pelo Deputado Luís Henrique no lugar de Secretário da Mesa)

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos quase a terminar o debate das propostas de Plano e Orçamento para 2007.

Sem entrar em grandes pormenores, e sem especialmente trazer neste discurso a controvérsia, que aqui é recorrente, da lista das obras prometidas e não cumpridas, vou focalizar esta intervenção, no que me parece ser o objectivo primeiro e o fim

último de qualquer governação: **promover o desenvolvimento das Terras e a qualidade de vida das populações.**

Começa a revelar-se a evidência que em 10 anos de Governos socialistas, a embora necessária, política do betão e do asfalto não foi suficiente para resolver problemas prementes das nossas populações.

Os milhões nem sempre corresponderam a soluções.

A melhoria na qualidade de vida das populações não tem sido compatível com o dinheiro que se tem gasto e do qual se esperavam melhores resultados.

O Pico é um bom exemplo disso mesmo.

Será, pois, necessário e urgente colocar mais **as pessoas** no centro das preocupações políticas e das medidas governativas.

É bom celebrar 10 anos de governação, mas também é prudente avaliar, e avaliar particularmente, os resultados da acção governativa dos mesmos 10 anos.

Ninguém contesta que nestes 10 anos se tenham feito obras importantes na ilha do Pico.

Apesar disso receio que o Pico não esteja a acompanhar o desenvolvimento regional como seria desejável e necessário.

Existem, pois, indicadores sócio-económicos relativos à nossa ilha que são preocupantes.

E eles têm de ser claramente referenciados, não pela negativa, mas como sinal de sensibilização de algumas consciências.

É que, na ânsia do protagonismo político e do exercício da política fácil, há quem queira fazer crer que tudo navega num mar de rosas na ilha Montanha, quando nem tudo são rosas.

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Srs. Membros do Governo:

Já no mês passado trouxe a esta tribuna elementos estatísticos relativos à desertificação da ilha e ao envelhecimento da sua população, à baixa taxa de actividade, às dificuldades de emprego, particularmente para os jovens, à

incapacidade para fixar pessoas, à Educação e ao Ensino, à Saúde, às acessibilidades, à actividade económica e à turística em particular.

Estes indicadores situam-se bastante abaixo e divergem cada vez mais da média regional.

Estes indicadores colocam o Pico mais próximo dos índices de desenvolvimento das “ilhas da Coesão”, não se compreendendo por isso que o Governo tenha decidido e teime em manter essa decisão, de excluir o Pico de um conjunto de oportunidades ao seu próprio desenvolvimento, por causa desta decisão.

Acredito que se há alguma ilha, das chamadas ilhas mais pequenas, onde os incentivos à iniciativa privada, com origem nos instrumentos de apoio previstos para as ilhas da Coesão, pudesse sortir melhores efeitos, seria na ilha do Pico.

Seria, quer pela apetência demonstrada por investidores externos, quer pelo dinamismo, a iniciativa, a coragem e a capacidade de risco, características próprias dos empresários picoenses, já demonstradas e até elogiadas pelo Governo Regional, nomeadamente pelo seu Presidente.

Todos acreditamos que numa economia saudável, é pela iniciativa privada que se criam postos de trabalho, se gera emprego, se gera riqueza, se fixam pessoas, nomeadamente jovens, se promove a coesão social e económica. Isso não deixa de ser verdade na ilha do Pico.

Mas já que o Governo insiste, teimosamente, em retirar esta oportunidade ao Pico, mesmo tendo em conta que o Conselho de ilha, reunido na semana passada, aprovou, um pedido ao Governo para que repense esta decisão, apesar disso dizia, o Governo têm agora novos instrumentos que podem abrir novas oportunidades e com eles emendar a mão em relação ao Pico.

Por via da Sociedade “Ilhas de Valor”, o Governo pode estabelecer parcerias com privados e investir mais na ilha do Pico. E já que o Sr. Secretário da Economia é um entusiasta tão grande do Turismo de golfe, (o que acho muito bem), aí está um desafio para o Governo procurar parceiros e estabelecer parcerias.

Este e outros investimentos similares, como por exemplo na área do Turismo cinegético, poderão ser investimentos reprodutivos que dêem sustentabilidade e viabilidade ao tecido económico e empresarial do Pico e dêem outro tipo de

rentabilidade a infra-estruturas importantes que estão a ser feitas na Ilha, como o Aeroporto, por exemplo.

O Aeroporto do Pico é um grande pilar do nosso desenvolvimento. Mas ninguém se convença que o desenvolvimento da ilha vai acontecer só porque o Aeroporto está feito. É urgente que se criem políticas e se tomem medidas para que o Aeroporto possa dar efectivamente um forte contributo ao desenvolvimento da ilha.

O Empreender Jovem é um outro programa que esperamos possa dar muitos bons frutos nas nossas ilhas, particularmente mais débeis, e que possa ser aproveitado pelos nossos Jovens.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Pico precisa de políticas ajustadas às suas características específicas e ao seu potencial endógeno. Precisa da solidariedade regional para crescer e se desenvolver.

Como afirmei, não vou escarpelizar o plano pelas suas obras, não vou pôr em causa a importância das obras, nem perder tempo sobre o seu histórico.

Este plano, em relação ao Pico, tal como os anteriores é um plano de continuidade, por isso sem criatividade. Todas as obras aqui apresentadas rolaram dos planos anteriores. Algumas são mesmo muito antigas, como a Escola Secundária das Lajes do Pico que tem dificuldades em ver a luz do dia.

E se elas já estiveram noutros planos, até noutras legislaturas, e o Governo falhou, porque não as executou, e falhou uma vez, duas vezes, três vezes, ora quem falha tanta vez, não dá garantia de que não possa de novo falhar. Portanto nesse capítulo assumirei a atitude de Tomé: **ver para crer**.

Aliás, perdoem-me a metáfora, mas o plano do Governo assemelha-se a uma montra que anuncia saldos a 50%. Maravilha para quem anda às compras. Só que quando entramos na loja à procura dos artigos a 50%, deparamo-nos com descontos de 10%, 20%, 30%, só alguns, poucos artigos, estão na realidade a 50%.

Ora com o Plano e o Orçamento passa-se algo de semelhante. O anúncio feito, entusiasmo, só que quando o desmontamos, perdemos algum entusiasmo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Mas mesmo evitando falar em obras, não posso passar esta oportunidade sem sublinhar a importância de uma obra estruturante para a vida social e económica da ilha Montanha.

Quero falar aqui especificamente do **Porto Comercial da Ilha do Pico**.

O Sr. Secretário da Economia já tinha dado a entender, mas o Sr. Presidente do Governo confirmou: **não será executada, nesta legislatura, a ampliação daquela infra-estrutura nem o ordenamento daquela baía portuária**. Lamentamos por isso, e rezeamos que não sejam aproveitados os fundos comunitários do próximo quadro de apoio, para se proceder a tão importante intervenção.

Sr. Secretário Regional da Economia, o Porto Comercial de São Roque do Pico é um pilar fundamental para a economia do Pico: É a “**porta do mar**” mais importante da nossa economia. Representa tanto para a vida económica e social dos picoenses como outras “portas do mar” podem representar noutras ilhas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso relembro-lhe aqui e hoje a importância vital desta infra-estrutura para a ilha do Pico.

A finalizar, gostaria de deixar outra preocupação.

Já muito ligeiramente deixei atrás expressa a preocupação na área da **Educação e Ensino** que não está de tão boa saúde para que possa ser recomendada como o Sr. Secretário da Ciência e Tecnologia o faz mas também quanto a isso não sei o que mais poderá ser feito como sensibilização.

Já ouvi e assisti a tanta coisa ao longo de 10 anos que já nada me surpreende, nesta matéria.

Vou apenas sinalizar a matéria relacionada com a **Saúde e Solidariedade Social**. Ao menos o plano nesta matéria coloca-nos em 3º lugar, lugar bem diferente do **5º lugar** em que no contexto global de investimento regional o Pico se encontra desde há alguns anos para cá.

Aqui, ao menos, manifesta-se a intenção de tratar com outro cuidado a Saúde na Ilha do Pico. Diferente do que até agora aconteceu. Aliás, é na Saúde que reside o maior déficit dos governos socialistas para com o Pico.

Apesar de se terem operado ligeiras melhorias, temos ainda um sistema de Saúde muito precário.

E eu não vou gritar desta tribuna, como alguns deputados socialistas do Pico faziam no tempo dos Governos do PSD, pelo facto dos nossos filhos nascerem no Faial.

No entanto, passados tantos anos, os nossos filhos continuam a nascer no Faial. Muitos dos nossos concidadãos vêm morrer ao Faial. Seria interessante fazerem-se estatísticas e retirar a percentagem de cidadãos picoenses que diariamente, digo 365 dias no ano, atravessam o canal, nos cruzeiros, com destino ao Hospital da Horta. Estou certo que daria uma percentagem muito elevada.

Tenho consciência que esta é uma matéria difícil, para este e para qualquer Governo. Mas não se pode desistir de procurar melhorar.

É intenção do Governo construir um **novo Centro de Saúde na Madalena**. Acho muito bem. É necessário e urgente. Que se faça depressa. Depressa e bem. Para bem do Concelho da Madalena e da sua população, mas também que traga mais valias para o sistema de saúde da ilha do Pico. Que não seja este apenas mais um Centro de Saúde a pensar como “capela local”. Que ele traga valor acrescentado à Saúde dos picoenses. Só esperamos é que não se levem anos a definir o programa funcional e a elaborar o projecto. E sobre este assunto faço duas perguntas concretas ao Sr. Secretário dos Assuntos Sociais:

1- Qual o calendário previsto para esta tão importante e necessária obra?

2- Que valências estão pensadas para esta nova unidade de saúde?!

É ainda importante que o Governo não perca de vista e olhe, com outro olhar, para os Centros de Saúde de São Roque, para as valências ali construídas e para as limitações do Centro de Saúde das Lajes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Na Saúde exigimos mais.

Na Saúde queremos mais.

Na Saúde merecemos mais.

Aqui temos a situação mais penalizante da sociedade picoense.

Esta é a maior dívida que o Governo Socialista em 10 anos tem para com a ilha Montanha. Oxalá que a pague em pouco tempo.

Antes de terminar gostaria de ler uma passagem de um artigo de **Daniel de Sá**, retirado de um Jornal da Região de 23 de Outubro deste ano, relativamente ao qual deixo aqui a minha simpatia:

“Um Governo deveria primeiro pensar tudo quanto é necessário para garantir a Saúde e a Educação do povo que serve, e só depois, com as sobras da tesouraria, elaborar o resto do programa”.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, promover o desenvolvimento e o aumento da qualidade de vida deve ser o objectivo de qualquer governo e de qualquer boa governação e é também o objectivo do Governo do Partido Socialista e deste Grupo Parlamentar que orgulhosamente apoia este Governo.

E porque insistentemente se repetem sempre os mesmos chavões de que não há estratégia, de que não se sabe como é que o investimento público vai afectar a economia das ilhas, sobretudo a economia privada, e porque sistematicamente se criticam as obras de betão, mas se pedem mais obras de betão, como aliás acabou agora de acontecer – e aqui ressalvo porque esse aspecto é importante, a intervenção do Deputado Cláudio Lopes que demonstrou algumas dúvidas mas também alguma esperança – gostaria de lhe perguntar se defende que este princípio, de promover o desenvolvimento e o aumento da qualidade de vida, que se impute ao Governo e deve nortear a acção do Governo, se deve aplicar às câmaras municipais.

No que diz respeito ao Plano, o plano de investimentos para o Pico para o ano de 2007 sofreu um crescimento imenso na última década, triplicou.

Se considerarmos o aumento nesta década e se compararmos legislaturas, o investimento no Pico praticamente quadruplicou. Isto não aconteceu sem estratégia.

Isto aconteceu com uma estratégia clara e bem definida, porque a redução do peso relativo das despesas de funcionamento que permitiu o aumento substancial dos planos de investimento, levou a que a economia se desenvolvesse de uma forma extraordinária.

Por exemplo, na última década as importações no Pico cresceram 239%. As exportações cresceram 291%.

As trocas comerciais globais na última década cresceram 269% e o crescimento anual das exportações foi superior ao crescimento anual das importações em 5,2%, ou seja, o diferencial de 5,2% de ganho, em termos de peso relativo importações/exportações, foi fundamental para o desenvolvimento da nossa ilha e permitiu que, de facto, nesta década, as exportações, em termos percentuais, crescessem sempre mais quando comparadas com as importações.

Isto quer dizer que é assim que se faz desenvolvimento, sobretudo, é assim que se faz desenvolvimento de forma sustentada e com este desenvolvimento de forma sustentada permite-se efectivamente baixas taxas de desemprego e permite-se a criação de numerosos postos de trabalho e a fixação dos nossos jovens e das nossas populações nas suas ilhas de residência e também naturalmente na Ilha do Pico.

Quanto aos projectos Sr. Deputado e quanto às obras de betão que tanto criticam mas tanto pedem, o porto comercial do Pico é da nossa responsabilidade, é nosso compromisso nesta legislatura ter uma solução enquadrada e um projecto. É nossa responsabilidade ter o projecto pronto para aproveitar justamente os fundos do próximo Quadro Comunitário de Apoio que não terminam em 2007 ou 2008, vão até 2013.

É isso que está no nosso manifesto eleitoral ou no nosso projecto de desenvolvimento.

As nossas obras foram nas últimas eleições eleitorais claramente sufragadas por larga maioria da população do Pico. É essa responsabilidade que nós temos para com a população do Pico, são esses os compromissos que nós vamos cumprir para com os picoenses.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Subsecretário das Pescas.

(O Deputado Cláudio Lopes voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas para o sector das pescas, constantes do Plano de 2007, no âmbito do Programa do IX Governo Regional dos Açores, demonstram sem sombra de dúvida, um reforço de investimento público, que nos permitirá intensificar o programa reformador que iniciámos nesta fileira há uma década atrás.

As pescas constituem uma das nossas principais fontes de exploração do mar, representando uma relevante fonte de alimentação, uma importante actividade económica e uma fonte de emprego com impacte social significativo na nossa Região, e que funcionam também como um factor de fixação das nossas gentes ao longo das nossas zonas costeiras.

As actividades relacionadas com a fileira das pescas, para além de proporcionarem alimentos saudáveis e saborosos, que garantem a segurança do abastecimento alimentar na Região, criam emprego, e contribuem para a nossa coesão económica e social.

Nos últimos anos, temos assistido a uma crescente tomada de consciência da esgotabilidade dos recursos haliêuticos e na necessidade de gerir e controlar o sector da captura na nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE), de forma a que seja garantida a auto-renovação dos recursos piscatórios e a protecção dos nossos ecossistemas marinhos, para que as nossas gerações futuras possam continuar a usufruir desta importante fonte de riqueza.

As espécies piscícolas da nossa ZEE constituem recursos naturais, biológicos e renováveis que devem ser consideradas parte do nosso património regional, um bem que deve ser gerido de forma cuidada e precaucionária.

Os recursos pesqueiros, como recursos naturais renováveis, podem ser explorados continuamente, se existir ao longo dos tempos uma actividade extractiva adequada à dimensão e à produtividade dos mananciais e se o meio marinho estiver em boas condições.

A nossa ZEE, embora de grande dimensão, por não ter plataforma continental e ser uma zona de grande profundidade, apresenta uma escassa abundância de recursos piscícolas com grande fragilidade biológica,

A definição da nossa política regional das pescas, no âmbito da exploração dos recursos pesqueiros, integra sempre a ideia do desenvolvimento sustentável, da protecção do nosso ambiente marinho e da pesca racional e responsável.

É por isso que o Governo Regional considera crucial que exista uma união de todos os açorianos em torno da defesa da reserva das 200 milhas da nossa ZEE para as nossas embarcações, de modo a garantirmos uma exploração sustentável dos recursos haliêuticos nas nossas águas e que as pescas continuem a representar uma importante alavanca dinamizadora do desenvolvimento e do progresso dos Açores.

A colaboração estreita entre o sector público e sector privado, através das associações representativas do sector, assume um papel fundamental no reforço da competitividade e no crescimento sustentado das pescas.

Foi por isso que, nestes últimos dez anos, o Governo Regional encetou um diálogo com todos os parceiros do sector no âmbito de uma co-gestão de proximidade.

Descentralizámos tarefas e partilhámos responsabilidades com as associações desta fileira, pressupostos fundamentais para o desenvolvimento e modernização do sector das pescas da nossa Região.

Hoje, seguramente, podemos afirmar que temos um sector piscatório mais forte e mais coeso na nossa Região, em que o interesse colectivo se sobrepõe ao individual, o que constituiu um avanço considerável na organização da fileira da captura e que tem trazido grandes vantagens para uma gestão responsável das nossas pescas.

As pescas são um sector de actividade económica que obriga e depende do recurso à informação científica, fundamental para podermos tomar decisões com a consciência do estado dos recursos pesqueiros e para incentivar condutas preventivas junto dos nossos profissionais.

Nessa perspectiva, apostámos e investimos na investigação pesqueira. Desenvolvemos e intensificámos parcerias com o Departamento de Oceanografia e Pescas no âmbito de projectos de investigação que contribuíram para o desenvolvimento de ferramentas que melhoraram a gestão sustentável dos nossos

recursos e continuaremos a fazê-lo, porque só com o conhecimento do que se passa na nossa ZEE é que poderemos geri-la bem.

Esta gestão partilhada, efectuada em parceria com os pescadores e cientistas, que queremos continuar a aprofundar, é o único modelo que pode, de forma responsável e democrática, garantir o melhor compromisso entre a situação dos recursos e os rendimentos dos pescadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta última década iniciámos uma grande reforma na nossa rede de infra-estruturas portuárias e equipamento de apoio à actividade marítima, em toda a Região, que até então estava votada ao abandono. As condições de segurança e de trabalho nos nossos portos de pesca já não tem nada a ver com aquilo que deparamos quando assumimos a responsabilidade de governar a Região.

Necessitamos, no entanto, de continuar a investir nesta área, de uma forma harmoniosa em todas as nossas ilhas, melhorando cada vez mais as condições de trabalho e de segurança dos nossos pescadores e potenciando o crescimento económico sustentado da nossa Região.

E é na perspectiva de investirmos em estruturas de apoio que contribuam para o aumento da produtividade e competitividade da nossa economia que continuamos empenhados em continuar a construir e requalificar mais portos de pesca, mais casas de aprestos, oficinas de construção e reparação naval e lotas e a instalar também novas gruas, guinchos, pórticos de varagem e equipamentos de gelo e de frio, colocando assim todas estas infra-estruturas e equipamentos públicos ao serviço do nosso sector regional das pescas.

Mas como esta actividade tem uma grande dependência das condições meteorológicas, também introduzimos um instrumento de coesão social, que criou um mecanismo definitivo de protecção aos nossos profissionais da pesca, quando em consequência de mau tempo não possam exercer a sua actividade. Neste mecanismo de compensação, os nossos pescadores também partilham tarefas e responsabilidades, quer na sua participação financeira, quer na organização dos processos, quer até

no processo de decisão, o que representa também uma evolução na abordagem dos sistemas de apoio ao sector.

A salvaguarda dos nossos recursos haliêuticos, de modo a garantir a sustentabilidade e a rentabilidade do sector das pescas, também passa pela regulamentação e pela fiscalização da actividade produtiva. Com a criação da Inspeção Regional das Pescas, implementámos um controlo mais eficaz, nos portos e zonas costeiras da nossa Região e passámos a dispor de um mecanismo regional de planeamento de missões de controlo nas nossas águas, a serem executadas pelas entidades nacionais com competência nessa matéria.

Nesse sentido, continuaremos também a insistir, junto das instâncias nacionais, na indispensabilidade de reforçar o dispositivo naval e aéreo em missões de fiscalização, de forma a garantirmos a defesa de um património pesqueiro que é de grande importância para a economia da nossa Região.

No que respeita à regulamentação da actividade pesqueira, em colaboração com as associações da pesca e com o Departamento de Oceanografia e Pescas, estamos, em conjunto, a efectuar ajustamentos nas regras em vigor, de acordo com a nossa especificidade, para controlar melhor as nossas pescarias.

O investimento na actualização dos conhecimentos técnicos dos nossos profissionais da pesca também está contemplado neste plano que apresentamos. O programa de formação profissional, descentralizado e de proximidade, que implementámos em todas as ilhas da nossa Região, permite a valorização da profissão marítima e o incremento das condições de trabalho desta actividade nos aspectos da segurança e da qualidade.

Com o esforço de investimento realizado nos últimos anos temos assistido a uma renovação progressiva da nossa frota de pesca, sendo hoje claramente visível a toda a sociedade açoriana que a proporção das embarcações com convés e cabine e a proporção das embarcações em fibra de vidro, aço ou alumínio, cresceu significativamente, o que representa uma boa taxa de evolução da frota, face ao estado em que se encontrava em meados dos anos noventa.

Com uma produção média de mais de dez mil toneladas de pescado, nos últimos três anos, e com uma rentabilidade anual proveniente da pesca marítima sempre a

aumentar na última década, a nossa frota regional encontra-se bem dimensionada para a quantidade de recursos tradicionais disponíveis nas nossas águas.

Continuaremos, neste plano para 2007, e no âmbito do regime de excepção criado para os Açores, a colocar o ramo da captura numa prioridade elevada da nossa política regional e a aproveitar a oportunidade para continuar a construir novas embarcações por substituição das que não têm as adequadas condições de trabalho, conforto e segurança.

No entanto, a solução encontrada no âmbito da Política Comum de Pescas, para a renovação do ramo da captura das Regiões Ultraperiféricas, constituiu uma solução de compromisso que, embora razoável, não correspondeu totalmente às expectativas que nela depositávamos, pelo que iremos continuar a insistir, junto das instâncias comunitárias, para prosseguirmos a renovação da nossa frota de uma forma continuada.

Embora as nossas espécies tradicionais estejam no seu limite de exploração sustentada ainda temos potencial de crescimento nas pescarias das espécies de grande profundidade.

É por isso que temos previstas acções de apoio ao desenvolvimento destas pescarias alternativas, incentivando assim a diversificação económica da actividade da pesca, tendo em vista investir no aumento da produtividade e da rentabilidade deste sector.

Na área da transformação e comercialização dos produtos da pesca, nos termos da regulamentação comunitária, apoiaremos a modernização das nossas unidades conserveiras e a harmonização dos seus impactos no ambiente, nomeadamente através da construção e requalificação das suas ETAR (estações de tratamento de águas residuais).

Investiremos também na promoção do atum transformado na Região e na execução de acções inovadoras que incluam novo tipo de embalagens e novos produtos finais de conservas.

A internacionalização, o maior controlo dos circuitos de comercialização e a maior capacidade de gerar valor acrescentado são elementos cruciais da estratégia de crescimento para esta área, cuja concretização só será possível mediante uma forte aposta na qualidade e na inovação.

O ramo da transformação deverá ajustar-se comercialmente ao perfil actual dos consumidores e das suas necessidades, devendo alargar e diversificar a sua actividade, adaptando-se à evolução do mercado.

Nessa perspectiva, iremos também apoiar a construção de novas unidades de transformação e de filetagem de pescado congelado, que visem aumentar o valor acrescentado das espécies capturadas na nossa Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um sector das pescas moderno e competitivo é indispensável para o progresso dos Açores. A nossa aposta na qualidade, na sustentabilidade, no equilíbrio ambiental e na criação de condições para o investimento nesta área, contribuirá decisivamente para modernizar a nossa Região. Com as verbas inscritas neste plano e com o dinamismo do sector privado iremos, seguramente, continuar a mudar os Açores para melhor”.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

Deputado José Gaspar Lima (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As pescas nos Açores têm vindo ao longo dos últimos dez anos a sofrer uma evolução positiva. Este sector tem crescido em todas as áreas, melhorando, de facto, as condições de vida dos principais agentes económicos ligados a esta actividade.

Sendo o sector das pescas uma das principais fontes de exploração do nosso mar e uma actividade económica com impacte social na nossa Região, os Governos Regionais do Partido Socialista continuam a apostar no processo de crescimento do sector, nomeadamente através dos grandes investimentos na construção, reconstrução, recuperação e reparação dos portos e núcleos de pesca em todas as ilhas dos Açores.

Foi e continua a ser, política dos Governos Regionais do PS, apostar cada vez mais neste sector, no seu crescimento e desenvolvimento para que todos os agentes económicos a ele ligados, possam cada vez mais ter uma vida melhor e uma maior confiança no sector, que tem tido e vai continuar a ter, um papel importante no desenvolvimento económico e social da nossa região.

No corrente ano e, até esta data, os investimentos efectuados, em todas as áreas vêm demonstrar que, de facto, existe uma política forte no sector piscatório nos Açores.

Foram realizados vários cursos a nível da Formação Profissional tais como: Aptidão Pescas, Arrais de pesca local, Arrais de Pesca, Condução de Motores e ainda Marinheiro de 2ª classe e Contramestre.

Durante este ano já se efectuaram os seguintes cursos:

- 07 Cursos de condução de motores, estando ainda programados mais dois cursos até final do ano.
- 04 Cursos de Arrais de Pesca local.
- 02 Cursos de Aptidão Pescas.

Estes cursos realizaram-se em todas as ilhas da Região, abrangendo cerca de 274 formandos, continuando-se assim por parte do Governo uma política de valorização das pessoas que trabalham neste sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As dotações estabelecidas para o investimento neste sector no Plano Regional Anual e Orçamento para 2007, vêm na sequência das políticas anteriormente já realizadas nesta área as quais continuam a apostar fortemente no desenvolvimento do sector.

As verbas adstritas a este Programa têm uma dotação orçamental no valor de 20,3 milhões de euros, sendo 16,6 milhões do Plano e 3,7 milhões de Outros Fundos, distribuídos pelos seguintes projectos:

Inspeção e Gestão; Estruturas Portuárias; Frota; Transformação, Comercialização e Cooperação Externa e Recursos Humanos.

No âmbito da inspeção e Gestão vão continuar a cumprir-se as acções de fiscalização em todas as ilhas e, ao mesmo tempo, efectuar-se o apetrechamento dos meios operativos para uma melhor execução a nível da fiscalização. Vão continuar

ainda as acções de cooperação com o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, com o objectivo de se continuar a aprofundar o conhecimento científico dos nossos mares e toda a nossa ZEE, bem como actividades de promoção de eventos de divulgação do sector e acções relacionadas com os compromissos europeus.

No âmbito das estruturas portuárias continuar-se-á o investimento na melhoria dos portos e núcleos de pescas de todas as ilhas, desde Santa Maria ao Corvo, assim como no equipamento necessário para a melhoria da operacionalidade dos mesmos.

Tendo nesta área como obras de grande dimensão e interesse para as comunidades os Portos de Pescas de Vila Franca em São Miguel, de São Mateus da Calheta na Terceira, na Fajã do Ouvidor em São Jorge e em Ponta Delgada nas Flores

A continuação de protocolos de cooperação com as autarquias locais e com as associações do sector são importantes, pois os mesmos destinam-se a investimentos nas áreas portuárias, bem como na implementação de sistemas de gestão mais eficientes e mais próximos dos pescadores.

Na frota continuar-se-á a investir na sua modernização e renovação, criando sempre e, cada vez mais, melhores condições de trabalho e segurança de acordo com as exigências actuais.

No âmbito da protecção social continuar-se-ão a criar meios para melhorar as condições de vida dos pescadores tais como apoios à cessação temporária de actividade em consequência de intempéries.

A aposta na transformação e Comercialização dos produtos da pesca e na cooperação externa, a atribuição de incentivos financeiros destinados à execução de projectos de investimento, assim como o apoio à diversificação de actividade da pesca e o apoio às organizações do sector são medidas importantes para a continuação do crescimento das pescas na Região.

Nos Açores, a pesca e a indústria transformadora dos produtos deste sector, tem associada a si uma longa história cultural, social, técnica, económica e gastronómica que mantém vivas importantes comunidades costeiras piscatórias, consideráveis efectivos de mão-de-obra em todos os sectores de actividade.

Na área dos recursos humanos, continua a apostar-se na realização de diversas acções de formação para os profissionais da pesca.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, pode-se dizer, que o sector piscatório está reposicionado no lugar a que tem direito no contexto Regional, tendo com os investimentos efectuados ao longo dos últimos dez anos, sido criado mais actividade económica, mais riqueza e mais solidariedade para todos os agentes que dele dependem em todas as ilhas da nossa Região.

O Plano Regional Anual e o Orçamento para o ano 2007, agora aqui apresentados são dois documentos elaborados na continuidade dos anteriores, com transparência e seriedade, com os quais se pretende o crescimento económico e social dos Açores, apostando sempre na promoção e desenvolvimento, bem como na criação de melhores condições de vida de toda a nossa população.

Com a aprovação deste Plano e Orçamento pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, podemos dizer que continuamos a cumprir o que prometemos nos manifestos apresentados aos Açorianos pelo Partido Socialista durante a campanha eleitoral de Outubro de 2004 e que o Governo Regional do PS com a liderança do seu Presidente Carlos César vai continuar a mudar os Açores sempre para melhor.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um breve intervalo.

Eram 19 horas e 55 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que ocupassem os vossos lugares.

Pedia aos Srs. Deputados Francisco Coelho, Artur Lima e Clélio Meneses e ao Sr. Secretário Regional da Presidência, que se aproximassem da mesa, para uma pequena conferência de líderes.

Eram 20 horas e 05 minutos.

Está encerrado o debate, sem prejuízo ainda do debate na especialidade.

O PP ainda tem disponível 19 minutos, o PSD 20, o PS 29 e o Governo 101 minutos.

Passamos às intervenções finais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Longe vão os tempos em que a televisão transmitia as imagens das galerias cheias de público, quando se discutiam os primeiros planos e orçamentos.

Hoje é diferente, mas não é por isso que esses documentos não são importantes para a vida dos cidadãos e para o desenvolvimento dos Açores.

Porém, a tentação a que por vezes não se resiste, de fazer de certas intervenções peças de espectáculo, acontece de qualquer forma, com géneros que poderiam ser classificados, uns de comédia, outros de drama.

Muitos são, felizmente, actos muito sérios, que transportam para aqui as rectas intenções de quem quer realizar a missão que julga competir-lhe, conforme o papel de que está incumbido.

O Governo que esteve perante nós é socialista, do qual se pode e é natural que não se goste, porque não é o da nossa cor partidária, mas que todavia é legítimo, porque resulta duma clara maioria atribuída ao Partido Socialista, nas últimas eleições.

As propostas de Plano e Orçamento que aqui nos trouxe o Governo e que temos estado a apreciar e a discutir, ao longo destes três dias, são as propostas que não podemos aspirar que sejam como as nossas. É certo que o Governo por vezes se apresenta no Parlamento com um ar de alguma arrogância, ultrapassando o orgulho natural pela obra que consideram ter realizado com sucesso.

É verdade que estes governantes, pelo menos alguns daqueles deputados e muitos dos responsáveis superiores da Administração Regional, entendem criar expectativas que reputamos demasiado altas.

Entendemos que à oposição, que não é contra poder, cabe o papel de exigir, a seu tempo, responsabilidades pelo prometido, em vez de se dar ares, por altura das promessas, de que não desejaria que se projectasse fazer tanto. Em vez de lhes dizer que não chegarão lá, talvez seja melhor encarnar, a seu tempo, o papel de fiscalização. Não se deve, a nosso ver, confundir a discussão do Plano e do Orçamento com o acompanhamento da execução material e financeira, ou com o julgamento da Conta.

Se ao Governo se quer condenar o exagero, parece-nos que a oposição não deve responder com erro idêntico.

O CDS/PP considera que, em vez de considerarmos, como alguns repetidamente o fazem, que falta um modelo de desenvolvimento regional, um rumo, uma linha de acção, uma ideia de Região e políticas efectivas, talvez fosse melhor deixar essa discussão para a próxima campanha eleitoral. É que cada partido e até cada governo tem o seu estilo e é por isso que há lugar para a alternância.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo tem um Programa que submeteu a esta Assembleia e que saiu daqui aprovado como quis, com o apoio da maioria que o suporta. Ao cumprimento integral desse Programa é que o Governo está indubitavelmente obrigado e o dever inalienável que cabe aos deputados – que deveria ser a todos – mas que a oposição tem o dever de por si só assegurar, se necessário for, é que ele se cumpra. E nem sequer as responsabilidades, que se vão empurrando para um número crescente de sociedades anónimas de capitais maioritariamente públicos, aliviam o Governo de responder perante o que nelas se passa.

O Governo assegura que tem a partir de agora meios financeiros muito mais importantes. Haverá aumento das transferências do Orçamento do Estado; é o aumento que resultará da nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas; é a transferência extraordinária que decorre do reconhecimento da dívida; é a

transferência ao abrigo do fundo de coesão; é a transferência para os encargos com a reconstrução; é o aumento das transferências da União Europeia.

Sempre segundo assegura o Governo Regional: as despesas de funcionamento terão uma taxa de crescimento claramente abaixo da inflação esperada; prevêem-se mesmo diminuições nas aquisições de bens e serviços correntes e de outras despesas correntes.

Para fechar o lote das garantias do Governo, as despesas de investimento terão um aumento de 15,9%, relativamente ao corrente ano.

O Governo Regional tem, para a execução deste Plano e deste Orçamento, meios, principalmente financeiros, como nunca teve para a execução dos anteriores. E têm levado desta Assembleia todos os instrumentos legais – nomeadamente ao nível da reestruturação da máquina administrativa regional – que tem considerado essenciais para realizar aquilo que são os seus compromissos. E também dispõe de legislação para encontrar melhores formas de realização do desenvolvimento nas chamadas ilhas da coesão, aquelas que exigem uma resposta diferenciada e específica às carências maiores que as afligem relativamente às demais.

É certo que o Governo reconhecerá que há investimentos que estão adiados há anos demais, alguns cuja necessidade já herdaram. Talvez por isso, finalmente, parece haver razões para acreditar que alguns avançarão no próximo ano.

Refiro, a título de exemplo, a construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo, uma estrutura indispensável, não apenas para a Ilha Terceira, mas para toda a Região e que já se arrastava nos Planos desde 2001. Era aliás também uma promessa da Coligação Açores, cuja realização, agora à vista, satisfaz o CDS/PP. E refiro também a remodelação indispensável da Via Rápida Angra/Praia – um eixo viário essencial à ilha Terceira – mas que o CDS/PP, nesta Assembleia, já em 1992, considerava de lentidão vergonhosa. E ainda o porto de Ponta Delgada das Flores, sucessivamente prometido ao longo de dezenas de anos, que finalmente será mais uma porta capaz para o mar, que não só servirá as pescas, como criará novas e melhores condições para as ligações ao Corvo, aproximando mais as duas ilhas ocidentais.

E regista-se, com apreço, a realização de outras obras de vulto previstas para 2007, citando, a título de exemplo, a construção da nova central termoelétrica do Corvo,

ou a construção da nova torre de controlo do aeródromo, bem como o reforço do pavimento da pista e a beneficiação da aerogare. Ou também, em S. Jorge, a elaboração do projecto e o início da empreitada de ampliação e alargamento da pista. Ou ainda as SCUT que avançarão na ilha de S. Miguel.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP considera que há problemas importantes a que é indispensável dar resposta, que embora não estando estritamente no âmbito do Plano e do Orçamento, têm relação especialmente com esta última proposta, designadamente porque a respectiva solução leva a implicações de natureza financeira.

O primeiro deles respeita à desactualização das comparticipações diárias com alojamento e alimentação, devidas aos utentes e seus familiares que, por motivo de doença, necessitem de se deslocar para fora da sua ilha de residência.

Efectivamente os actuais escalões de comparticipação estão fixados pelo Governo Regional e constam da Portaria n.º 52/2004, de 1 de Julho, aprovada na sequência de uma recomendação desta Assembleia constante da Resolução 13/2003/A, aprovada por proposta dos deputados do CDS/PP.

Como as comparticipações são calculadas através de uma fórmula que tem por base o salário mínimo nacional e porque este tem tido aumentos muitos modestos, estão hoje desactualizadas.

Se há situação social que deva merecer o maior respeito e toda a possível solidariedade, é a dos doentes, particularmente quando se encontram deslocados, debilitados pela doença e fragilizados pelo afastamento, bem como a daqueles que os acompanham, sujeitos a despesas indispensáveis e frequentemente incomportáveis para os respectivos orçamentos familiares, com a agravante de muitas vezes, uns e outros, estarem ainda a perder os respectivos salários.

Hoje a situação financeira da Região, como resultou da discussão ao longo destes três dias, é bem melhor do que aquela que se verificava quando se procedeu às anteriores revisões, nomeadamente a última, em 2004.

Hoje mesmo fizemos entrega de um Projecto de Resolução no sentido deste Parlamento aprovar uma recomendação ao Governo Regional, para que proceda à

actualização das comparticipações com doentes e familiares deslocados, com um aumento que não seja inferior a 12% e que contemple também, com idêntica percentagem de aumento, a majoração aos doentes carenciados com rendimento líquido *per capita* inferior a 40% do salário mínimo nacional. Há razões objectivas que justificam a revisão, havendo condições para suportar o encargo financeiro resultante a favor dos que mais precisam, pelo que importa repor a justiça.

Porque o próprio Programa do Governo, aprovado por esta Assembleia, consagra o objectivo de “continuar a aperfeiçoar as normas reguladoras e os apoios financeiros à deslocação de doentes, para melhoria e facilitação do acesso equitativo aos cuidados de saúde”, cremos assim haver condições objectivas para que o nosso projecto possa vir a ser aprovado.

Outro assunto que preocupa o CDS/PP é o que tem a ver com o montante do complemento regional de pensão, que foi criado designadamente para atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, diminuindo as desigualdades resultantes do baixo nível das pensões auferidas por uma faixa significativa de população.

Efectivamente o Governo Regional, nos termos da legislação em vigor, é quem fixa o valor do complemento da pensão e quando ouviu o Conselho Regional de Concertação Social, apenas manifestou a intenção de um aumento de 2,5%. Considerando o valor da inflação e a sucessiva perda do poder de compra dos pensionistas, consideramos que é indispensável que o Governo Regional reveja a sua posição inicial e assuma aqui o compromisso de um acréscimo de mais 1% para 2007, atingindo assim um aumento de 3,5%, coincidente aliás com aquele que se verificou para o ano corrente.

Consideramos que este esforço financeiro, a favor dos mais desfavorecidos, é uma medida de justiça social indispensável.

O CDS/PP considera que a posição do Governo Regional, nas matérias antes referidas, é essencial para que se possa fazer um juízo concreto sobre a postura do executivo relativamente à distribuição dos recursos e à resposta social aos mais necessitados, a qual não deixaremos de ter em conta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não entramos para este debate com a posição tomada sobre o nosso sentido de voto. E só a tomaremos, definitivamente, depois de terminado o debate. Para nós o Parlamento é aqui e por isso a discussão se justifica e tem de contribuir para a decisão final.

Ao longo do debate debitaram-se números e cálculos matemáticos, mas nem a ciência exacta levou ao entendimento entre os contendores! E os açorianos não comem números. O que ao CDS/PP preocupa, é se a abundância de meios que o Governo propala, puder redundar em laxismo. Conforta-nos, contudo, a convicção e desta feita uma maior contenção que vimos da parte de muitos dos que serão decisivos para o sucesso da execução deste Plano e para o cumprimento deste Orçamento.

Não ficamos insensíveis e registamos o respeito que os governantes geralmente demonstraram perante as nossas críticas e a abertura de alguns Secretários Regionais às nossas sugestões, que sendo de oposição, procuraram ter sempre, umas e outras, um sentido de responsabilidade e cooperação institucional que entendemos devida para com um Governo que sendo da Região, deve ser de todos.

Cada oposição, como cada governo, têm o seu estilo. Fomos como somos. Como entendemos que devemos ser ao serviço do Povo, certos de que é assim, com coragem e com frontalidade, mas com verdade e responsabilidade, que mereceremos a confiança de um número crescente de Açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção final, em nome do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dizer que a Política deve ser dirigida às Pessoas acaba por ser lugar comum de alguns discursos políticos.

Está, no entanto, cada vez mais, por demonstrar a concretização prática, quotidiana, efectiva, enfim, real de tal princípio.

Com efeito, também na política, a forma abafa o conteúdo, a imagem mascara a substância, o quadro substitui os resultados, o meio confunde-se com o fim, a aparência engana a essência, enfim, as palavras iludem os princípios que acabam, assim, quase naturalmente, por não serem realizados na vida dos homens.

Tais constatações encaixam que nem luva nas mãos da actual governação socialista dos Açores de dez anos, que já estão feitos e celebrados, com as consequências que isso, irremediavelmente, tem.

Passados dez anos de governação, com a relativização que faz com que hoje esse mesmo tempo não possa ser medido com a mesma métrica de outros tempos, já não pode haver desculpas pelo pouco tempo de responsabilidade governativa, já não se pode dizer “esperem para ver”, “dêem tempo ao tempo”, “as políticas não produzem efeitos a curto prazo” ou “estas coisas levam o seu tempo para ter resultados”.

Nada disto já pode ser dito, porque, pura e simplesmente, os açorianos já esperaram dez anos para ver, já deram dez anos ao PS, já passou o curto prazo, isto é, já estamos no tempo em que deveriam haver resultados sentidos na vida das pessoas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E é isto que falta.

Faltam os resultados que demonstrem qualidade de vida, que manifestem desenvolvimento, que revelem que os milhões anunciados e gastos têm efeito reprodutivo na vida das nossas ilhas e, sobretudo, na existência das Pessoas.

Por tudo isto, é que os documentos que agora analisamos – o Plano e o Orçamento da Região para o próximo ano – podendo ser abordados por três dimensões só devem ser, em rigor e legitimamente, avaliados numa delas.

Efectivamente, se podemos analisar tais documentos na perspectiva simplista, facilitadora e enganosa do dinheiro, isto é das receitas e das despesas, obviamente que se pode sempre encher a boca com milhões e mais milhões que vêm por aí abaixo – do Estado e da Europa – ou com os milhões e mais milhões que se prevê gastar como se tudo começasse e acabasse no dinheiro, e como se o puro exercício de receber e gastar, ou melhor esbanjar, dinheiro fosse útil a qualquer sociedade.

Pode, ainda, analisar-se os mesmos documentos, na mera perspectiva das obras, das promessas repetidas de dez anos, daquelas que só agora arrancam ou daquelas

que finalmente se concluem, como se tudo começasse e acabasse no betão ou no asfalto, na propaganda do anúncio, cem vezes repetido, na pompa da inauguração outras tantas vezes renovada, ou no custo, por vezes, inconsequente da respectiva manutenção.

Têm sido estas as armas da governação socialista dos Açores.

E quando muitos cidadãos vão dizendo que “os Políticos são todos iguais” ou que “se vocês estivessem lá faziam o mesmo”, é preciso ter o arrojo da ruptura, a vontade da mudança, e assumir convictamente que com o PSD seria diferente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É que o dinheiro, não passa de um instrumento e as obras, apesar de necessárias e importantes, não passam de um meio.

O fim último da política só é, só pode ser, a Pessoa Humana, o Bem Comum.

Tudo isto com a agravante de que se há assim tanto dinheiro, se são feitas assim tantas obras, porque razão isso não se sente na vida das Pessoas?

Pode a máquina de propaganda do Governo Regional e do PS, mascarar a verdade que, por tanta vontade e tanto malabarismo e artifício, não altera aquilo que são os resultados reais e oficiais.

E os resultados reais dizem, por exemplo, que:

De acordo com os últimos dados estatísticos oficiais conhecidos relativos a 2003, constata-se que o Produto Interno Bruto dos Açores, que teve um crescimento negativo de -0,8%, em relação a 2002, a sua capitação representa 83% da média nacional e 56% da média da União Europeia a 15, sendo que 26% do PIB da Região é formado por transferências de Portugal e da União Europeia.

Ao nível da produtividade, os Açores têm a mais baixa taxa do país, correspondendo a 81% da média nacional.

O rendimento disponível dos açorianos é de 5.699 €/ hab., representando 82% da média nacional que é de 6.920 €.

A Taxa de Actividade nos Açores é de 46%, quando a média do País é de 52%.

O índice do poder de compra dos Açores é o mais baixo de Portugal, representando 65% da média nacional.

Os Açores estão no topo do país ao nível dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Os Açores estão no fundo da tabela relativamente ao sucesso escolar dos jovens do 3º ciclo.

A taxa de escolaridade média dos açorianos é um ano inferior à média nacional.

Os açorianos estão abaixo da média nacional relativamente ao número de médicos de família por habitante, estando ainda abaixo da média da OCDE.

Os Açores estão no topo das listas ao nível do aumento da criminalidade e da violência doméstica.

Os Açores estão no topo da lista ao nível da maternidade juvenil.

Os Açores reais estão longe da Região cor-de-rosa que apenas existe nos discursos oficiais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: E a realidade, a verdade, é o que sentem, conhecem e vivem as Pessoas, os açorianos das nove ilhas dos Açores.

Por isso, é importante confrontar o anúncio com a verdade.

É o que faço.

Desde logo, estes documentos são anunciados como sustentados no equilíbrio das finanças regionais.

Porém, a verdade é que, se formalmente isso resultaria de uma obrigação legal e não de qualquer correcto exercício de gestão pública, pelo contrário, os açorianos realmente sabem que a dívida regional tem aumentado de forma galopante através das sociedades anónimas com que o Governo Regional disfarça a dificuldade em governar os Açores.

A verdade que os açorianos precisam saber é o montante em que a dívida dos Açores aumentou nos últimos dez anos.

Só desde 2002, depois dos perdões guterristas, a dívida dos Açores passará de 375 milhões de euros para os quase 800 milhões de euros, que poderão ser atingidos no fim de 2007. Podendo a dívida indirecta mais do que quintuplicar nestes cinco anos.

O Governo e o PS anunciam, com ar sério, que estes documentos revelam transparência.

Mas a verdade é que os açorianos sabem que os muitos milhões disponíveis não são gastos para aquilo que estava previsto. Porque os açorianos sabem, por exemplo, que o dinheiro do Fundo de Socorro Social – cerca de um milhão e meio de euros em dois anos – é dado a pessoas e famílias contra a lei às dezenas de milhar de euros.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Porque os açorianos sabem que o dinheiro da agricultura também serve para financiar clubes desportivos.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Porque os açorianos sabem que, em 2004, o Governo atribuiu 27 milhões de euros em subsídios sem suporte legal.

O Governo e o PS anunciam, alegremente, milhões e mais milhões, sempre e sempre o maior plano de sempre como se os açorianos vivessem em desafogo financeiro.

Mas a verdade é que os açorianos não sentem isso nas suas vidas, nos rendimentos das suas famílias, que estão cada vez mais apertados, com dificuldades crescentes para assumir compromissos e fazer face às normais despesas do dia a dia.

O Governo e o PS anunciam, pomposamente, quase pleno emprego nos Açores.

Mas a verdade é que os açorianos não sentem isso. Os açorianos sabem que não é fácil arranjar emprego.

Sobretudo, os pais e os filhos açorianos sabem que cada vez que um dos seus sai da sua terra para estudar e poder qualificar-se, quase raramente tem condições para regressar, porque, pura e simplesmente, não há emprego.

O Governo e o PS anunciam, em alta voz, o crescimento da actividade económica.

Mas a verdade é que os comerciantes dos Açores sentem cada vez mais dificuldades, cada vez têm menos rendimentos e, mais uma vez, o Fundo de Socorro Social não pode chegar para todos.

O Governo e o PS anunciam progressos para a Agricultura.

Mas a verdade é que os agricultores dos Açores sentem todos os dias cada vez mais dificuldades, cada vez menos rendimento, agora tremem com a possibilidade do fim das quotas, nunca sabem quanto nem quando recebem os apoios comunitários, como

aconteceu por estes dias com o prémio aos produtos lácteos, em que receberam cerca de 40% do que foi anunciado.

O Governo e o PS anunciam grande evolução no sector das Pescas.

Mas a verdade é que os pescadores açorianos a cada dia que passa desejam sair do sector, por causa das dificuldades que sentem nas suas vidas.

O Governo e o PS anunciam e reanunciam apoios à coesão excepcional para as ilhas mais pequenas.

Mas a verdade é que os açorianos dessas ilhas, sentem a cada dia que passa o definhar da sua economia e o desmoronar da sua sociedade, com a desertificação e envelhecimento que são hoje um dos maiores desafios da realidade das ilhas.

Enfim, os anúncios cor-de-rosa dizem que cada vez vivemos melhor.

Mas a verdade é que os açorianos sentem todos os dias mais dificuldades, porque não recebem mais e aumenta o que pagam. É a electricidade que aumenta, é o preço dos jornais nacionais ou é o acesso aos canais generalistas de televisão.

No fundo, o Governo cada vez tem mais dinheiro, e os açorianos cada vez têm mais dificuldades.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Por culpa do Governo socialista de lá e do governo socialista de cá.

Por estranho que possa parecer – e é! – quanto mais dinheiro tem o Governo mais dificuldades têm as Pessoas.

Por isso, faço a pergunta que os açorianos fazem todos os dias.

Onde é que andam esses milhões, que nós não os vemos?

Onde é que andam esses milhões se a vida está cada vez mais difícil?

Por saber isto, por saber que as coisas não estão a correr bem, o Presidente do Governo sentiu a necessidade de, no passado dia 27 de Abril, montar o teatro da propaganda e anunciar uma “Nova geração de políticas”, como se a partir daquela altura, por qualquer arte mágica, tudo passasse a ser diferente.

Porém, mais uma vez, como de costume e como os açorianos também já sabem, tudo não passou do anúncio e da promessa.

Com efeito, na primeira oportunidade que o Governo teve para concretizar essa tal “nova geração de políticas”, isto é, no primeiro Plano e Orçamento seguinte, tudo

ficou na mesma, tudo igual, consumado até na frase estafada do Governo que estamos perante a “continuidade” das políticas governativas.

A “nova geração de políticas” rapidamente se transformou na confirmação das políticas de sempre com os velhos protagonistas.

Mais uma vez fica a pergunta, como é que um dia se diz que vão acontecer coisas novas e noutros se proclama que se vai continuar com as mesmas políticas?

Mistérios que, também estes, a propaganda já não disfarça.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Exactamente por ser de continuidade, por integrar a sequência rotineira da governação socialista destes dez anos, estes documentos não podem merecer a nossa aprovação.

Porque, desde logo, em dez anos, conforme ficou demonstrado nestes três dias, a política do Governo não trouxe resultados positivos para as nove ilhas dos Açores.

Com efeito, ficou aqui demonstrado de forma clara e rigorosa que, com estes dez anos de política socialista, nas nossas nove ilhas, em cada uma delas, não se sentem resultados positivos.

Deputada Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sobretudo, porque não existe uma verdadeira política integrada de desenvolvimento regional concretizada em cada parcela da Região.

Pelo contrário, o que existe é um conjunto desarticulado de tácticas que, como qualquer táctica, por não ser adequada às pessoas, aos espaços e aos tempos, não pode trazer bons resultados.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Pela nossa parte, para haver uma eficaz e prospectiva estratégia de desenvolvimento, o PSD entende que se deveria fazer uma avaliação rigorosa das circunstâncias deste tempo de globalização ao nível dos espaços e das Pessoas, procedendo à atenuação dos constrangimentos e potenciação das capacidades de cada uma das ilhas, encontrando, assim, as políticas adequadas para o desenvolvimento integrado da Região, nos benefícios que isso terá de trazer para a vida dos açorianos.

Ao PSD, cabendo, neste momento, fiscalizar e acompanhar a acção governativa e dando contributos para a melhorar, há-de caber fazer um novo Plano e Orçamento,

um diferente Plano e Orçamento, um melhor Plano e Orçamento, quando os Açorianos entenderem que é altura de assumirmos responsabilidades de governação.

Nessa altura, apresentaremos e concretizaremos as políticas que a responsabilidade de governar, no nosso entendimento, exigem.

Hoje, como oposição responsável, depois de termos a nu o logro desta governação, que não faz aquilo que o PSD faria se fosse Governo, apresentamos propostas que pretendemos fossem contributos positivos, para que, pelo menos, nas respectivas áreas, houvesse melhorias significativas na governação dos Açores.

O PSD, hoje, apresentou propostas que dão consequência às palavras, posições e princípios que assumimos.

Não apresentamos mais obras. Não gastamos mais dinheiro. Fizemos opções diferentes.

Neste caso, o PSD opta pelas pessoas, pelo real desenvolvimento dos Açores.

Como primeira prioridade, o PSD apresenta um reforço para o sector da Saúde.

É inadmissível que hoje, em pleno século XXI, no espaço europeu em que nos integramos, os açorianos esperem meses por uma consulta da especialidade ou por uma cirurgia, como é inadmissível que haja milhares de açorianos sem médico de família, o que nos coloca abaixo da média da OCDE, imagine-se, a par da Coreia.

É para dar um contributo significativo para que isto acabe que o PSD apresentou esta proposta.

No mesmo sector, e porque estes documentos não são credíveis, é preciso repor a verdade dotando o sector da Saúde de meios financeiros que façam acabar com a vergonha de ver aqueles que têm a responsabilidade de gerir serviços públicos serem julgados e condenados porque, pura e simplesmente, o Governo não lhes deu os recursos para exercerem as suas responsabilidades.

É politicamente inaceitável que o Governo, sabendo e sendo o único responsável por tais condenações por falta de financiamento do sector, não tenha previsto as verbas necessárias e suficientes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Em segundo lugar, apresentamos uma proposta de reforço da promoção no Sector do Turismo.

Porque, mais uma vez, o Governo esgota a sua acção e propaganda nos números, na construção de novos hotéis e nas camas que aumentam nos Açores, esquecendo que tudo isto sem turistas, mais uma vez, sem pessoas, não vale nada.

Por isso, para que venham turistas é necessária uma maior e mais eficaz aposta na promoção, é o que propomos.

Em terceiro lugar, considerando a importância decisiva do sector energético no mundo e, em especial, nos Açores face à nossa dependência de combustíveis fósseis, às nossas riquezas endógenas para a produção de energias limpas e ao conhecimento científico que existe nos Açores a este nível, deverá haver uma maior sensibilização e aposta que faça com que os Açores do Futuro sejam mais capazes de produzir o que consomem e habilitados a levar para outros espaços o que os poderá enriquecer.

É com estes objectivos que apresentamos a respectiva proposta.

Defendemos, ainda, um reforço da exígua e insignificante verba prevista para a protecção das nascentes, porque, desde logo, estamos perante uma área com importância essencial para a vida das pessoas como é a Água.

Hoje, nas sociedades modernas, é dada uma essencial importância a este recurso natural, face à sua exiguidade e necessidade.

Infelizmente, nos Açores, com a despreocupação irresponsável que caracteriza este Governo para as grandes questões, ainda se pensa na água como algo inesgotável e que não merece atenção.

O PSD não pensa assim e, por isso, apresenta a correspondente proposta.

Sendo considerado um sector tradicional do desenvolvimento dos Açores, a Agricultura não pode ver definhando sucessivamente a sua importância na acção governativa regional.

Ao ser um sector com especial afinidade com a realidade das nossas ilhas deverá merecer uma especial atenção ao nível da sua modernização. O Futuro da Agricultura não se garante a olhar para trás alcança-se com a sua modernização para a qual é imprescindível a promoção de um processo de reestruturação fundiária, ao nível do emparcelamento, o que do mesmo modo propomos.

Como se viu, as propostas do PSD são propostas viradas para o Futuro, ligadas à Modernidade, promotoras de desenvolvimento para que os Açores sejam Pessoas,

para que os Açorianos não deixem as suas ilhas, para que os Açores tenham esperança.

É, essencialmente, este o contributo que o PSD já deixou e quer deixar neste debate.

Um contributo político para o Futuro e para as Pessoas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O PS e o Governo, pelo seu lado, gastaram as dez horas que tinham ao seu dispor a falar em números, euros, milhões, listas avulsas de obras e, sobretudo, a atacar o PSD.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Para o PS o mais importante parece ser o PSD.

Para o PSD o mais importante são os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Para o PS e para o Governo Regional, parece que não, e depois dos ataques baixos e indignos ao líder do PSD-Açores, com que o Secretário Regional da Presidência, com a responsabilidade dos assuntos parlamentares, marcou a sua posição sobre estes documentos em jornadas parlamentares da maioria, não deixa de ser significativo que as primeiras palavras do Vice-Presidente do Governo, aquando da apresentação destes documentos da sua responsabilidade, tenham sido expressa e unicamente para atacar o PSD, no que foi obedientemente seguido por outras intervenções da maioria e do Governo que começaram invariavelmente as suas declarações por dirigir palavras de pouco préstimo ao PSD, a quem não foi dirigida qualquer palavra de respeito ou consideração.

Infelizmente, é fácil prever que os que me sucederão hoje nesta tribuna irão, no fundo, valorizar o PSD, na forma como tentam desvalorizar a importância das nossas posições e o incómodo que a nossa actuação em defesa dos açorianos causa à maioria e ao Governo.

De facto, é quase sempre o mesmo que a continuidade de dez anos revela, na previsibilidade que os resultados e insucessos desta governação só confirmam.

O PSD é diferente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Discordando genericamente da política governamental, o PSD apresentou propostas alternativas,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Aonde?!

O Orador: É lamentável que um deputado que aqui esteja, não ouvindo aquilo que se diz, faça qualquer comentário sem saber, de facto, o que é que está a dizer. De facto, acabei de apresentar propostas alternativas elegendo aquilo que o PSD considera prioritário para a acção governativa e dando o exemplo que o PSD é diferente e, por isso, quando os açorianos assim quiserem, irá ser diferente e irá demonstrar com a sua acção.

Como estava a dizer, discordando genericamente da política governamental, o PSD apresentou propostas alternativas, mas também é capaz de elogiar e associar-se a medidas propostas, como são os casos, designadamente, do que está previsto no que respeita à Planificação na área do Ambiente, que tem de passar à respectiva concretização, ou no facto de finalmente começar a surgir uma aposta mais afirmativa ao nível da Tele-medicina com os benefícios que isso pode trazer aos açorianos, ou ainda, ao nível do Turismo, na importante aposta estratégica no mercado nacional, que o PSD, de resto, sempre defendeu.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O PSD critica o que tem que criticar, propõe quando acha que o seu contributo pode ser importante para a vida dos açorianos e também elogia aquilo que merece o elogio. Aqui está demonstrada a nossa diferença.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Passaram três dias de debate, muitos outros de estudo e preparação com vista à avaliação parlamentar necessária a estes documentos, que é feita, sobretudo, com os dez anos que também já passaram de governação socialista nos Açores.

Passado este tempo, e com os resultados que são conhecidos, está nas mãos dos açorianos a avaliação do que está e não está feito e do que pode vir a acontecer nos próximos tempos.

O PSD, contribuindo para essa avaliação, não se preocupa com resultados eleitorais, com vitórias ou derrotas políticas, porque tudo isso não depende da sua acção, mas unicamente da vontade dos açorianos.

Para o PSD, é unicamente importante fazer sempre o melhor possível, com dignidade, respeito, responsabilidade e com o sentido preciso de assumir a mudança, a diferença, sobretudo, de assumir como prioridade da sua acção política que os Açores tenham tanto Futuro quanto as Pessoas que, queremos, vivam e dêem vida a esta terra.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Porque – e é isto que nos distingue em essência do PS – não é a terra que dá vida às Pessoas. São as Pessoas que dão vida à Terra.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: É, por isso, que pomos em primeiro lugar as Pessoas, para que cada vez haja mais Vida nestas ilhas.

Disse.

Deputados Mark Marques e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção final, em nome do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Excelência, Sr. Presidente do Governo, Excelência, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Durante os últimos três dias, cumpriu o Parlamento Açoriano um dos seus rituais mais nobres: a discussão, a que se seguirá a respectiva votação e aprovação, do Plano e Orçamento para 2007.

É do maior simbolismo feito praxe, aliás vetusta, de qualquer Parlamento que se preze: a autorização, por parte dos legítimos representantes do povo açoriano, ao seu Governo para afectar e distribuir as dotações e recursos financeiros esperados pelas diversas áreas e sectores da governação. Possibilitando assim o cumprimento do

Programa do Governo, que também aprovámos. E lembrando o carácter parlamentar do nosso sistema de governo, europeu e ocidental.

Por isso mesmo, o rito e a praxe devem ser também uma festa do nosso sistema democrático. Não só pelo seu cumprimento escrupuloso. Pelo debate plural que gera e gerou. Mas, sobretudo, por acrescentadas razões e fundamentados objectivos.

É que – Sras. e Srs. Deputados – como referiu um ilustre Deputado da oposição, decaindo perigosamente na verdade dos números, estes documentos, na sua expressão global e financeira, parecem consubstanciar um “jackpot”. Pelo seu real e efectivo crescimento. Mas sobretudo pela segurança, estabilidade e previsibilidade, de que são a primeira materialização, ao nível das conquistas estruturantes que o Governo Regional alcançou, por mérito próprio, nos últimos meses.

É que estes documentos espelham já os critérios da nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas, já aprovada na generalidade na Assembleia da República. Incorporam também as verbas a que temos direito na sequência da negociação nacional acerca da afectação das verbas comunitárias do IV Período de Programação Financeira para 2007/2013, e contêm ainda a primeira tranche, que resulta do entendimento que engoliu o pequeno desentendimento entre o Governo Regional e o Governo da República, ocorrido há exactamente um ano, e que vem assim beneficiar os Açores e firmar, para quem tivesse dúvidas, as palavras e o compromisso de Carlos César.

Têm pois o calor da esperança, para os Açores e para os Açorianos, este tempo outonal, que o é apenas na estação. Ao invés, o PSD, comprovadamente, e porque não há duas sem três, dá-se mal com Novembro!

Efectivamente, há dois anos, por esta altura, era dissolvida a Assembleia da República, e o pitoresco Governo de Santana Lopes, após o seu empenhamento na campanha das últimas eleições regionais, esfumava-se, como parêntesis irrelevante e anedótico da nossa vida política recente. Entretanto, e já agora lembro, que o PSD/Açores estava sem líder. Menos de seis meses passados, a discussão do Plano e Orçamento para 2005, não contou com a presença do líder do PSD-A. Estava ausente em Lisboa.

Há exactamente um ano, na sequência da pretensa vitória autárquica, o PSD estava nos Açores, em nova orfandade de liderança. E, passado um ano, hoje, o PSD,

suspeita-se, só não está órfão por absoluta míngua de candidatos à adopção! Mas tem pai cansado, desacreditado e desastrado!

São frias e tristes, para o maior partido da oposição, as manhãs de Novembro! Maleita que não se cura com a profiláctica vacina da gripe, ainda que aviaria, nem benzedura de mãe-de-santo.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tem havido no principal partido da oposição um frenesim que o impede de distinguir o essencial do acessório. De ter dos Açores, e da sua governação, uma posição global, ainda que crítica, construtiva e alternante, o que implicaria ter o discernimento de saber concordar naquilo que é positivo e está bem feito. Porque, ainda assim, sempre teria, com legitimidade e créditos reforçados, campo para a discordância, a crítica e a alternativa. Assim não tem sido. Assim não é. Assim – tudo o indica – continuará a não ser!

Assim não foi na Lei Eleitoral. Em que o PSD ficou sozinho. Assim não foi na Lei de Finanças das Regiões Autónomas. E teria sido tão fácil e tão útil para os Açores, em ambas as circunstâncias!

Na Lei Eleitoral, bastaria simplesmente ao PSD-A ter tido uma posição, a mesma, do início ao fim do processo. Sem ameaças e sem queixinhas, que aliás de nada serviram.

Na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, pela sua importância estrutural e estruturante para os Açores, o PSD colocou-se como partido marginal do processo autonómico. Com incoerências absolutas. Primeiro, a famigerada Resolução. Anunciada em conferência de imprensa antes do Plenário de Setembro...e de conhecida a Proposta de Lei oficial.

O que se pedia então na anacrónica Resolução que a Lei contemplasse...a Lei veio a contemplar! Por isso mesmo, e atabalhoadamente, algum Fagundes de serviço fez que se esqueceu de a entregar nesta Casa, e só a pedido e a destempo subiu a Plenário. Ficou como prova do desnorte!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso não se faz! É falta de lealdade!

O Orador: Porque logo depois, como aquilo que se pedia foi contemplado e conquistado pelos socialistas, já não tinha nenhuma valia, e tornou-se até um incómodo! Procurou-se então posições e oposições de princípios em minudências, que depois até desapareceram ou foram minoradas na versão da Lei genericamente aprovada.

Mas tinha que se estar contra. Não pelos Açores, certamente! Mas por despeito e inveja partidárias! As mesmas, com certeza, que se revelam no acto falhado, mas tão significativo, que a expressão “jackpot” contém! A invejzinha do vizinho do lado, e do Partido da frente, é que comanda a vida! Pois até já dizem que em dinheiro é que os Açores se desenvolviam!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Sem curar do trabalho, da luta e da justeza que o Governo Regional teve de usar para conseguir que a Lei tivesse esta conformação. Porque há milhões que, independentemente de serem euros, dão muito trabalho, e são uma aposta, mas só na afirmação de princípios, de valores e da Autonomia Açoriana.

Nessa altura, felizmente, o Açor voou alto. As galinhas, como já se sabe, e como Mário Soares nos ensinou há muitos anos, não voam. Mas há patinhos que, contra-corrente, e na hora do aperto, se refugiam na Madeira, sem argumentos, sem razão e sem alma açoriana.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): De facto, o PSD é diferente!

O Orador: Postergando mesmo 30 anos de Autonomia que, até e em parte, também são seus. Fazendo coro com o idiota útil do centralismo que tão bem caracterizava um editorialista dum semanário lisboeta, em Dia de S. Martinho, referindo-se àquilo que intitulava “um diabo no meio do Atlântico”: “ele gosta de fazer o papel de diabo – e essa representação dá-nos [a eles] jeito”.

Palavras para quê? Trata-se afinal de um diabinho de “loja dos 300”, com efeitos decorativos de autonomia serôdia, e tão conveniente que o centralismo o expõe na montra televisiva, sempre na quadra mais propícia. Para desprestígio e vergonha da História, dos Princípios e da Justiça da Autonomia!

Por isso dizemos sempre, mesmo que a seriedade venda menos do que a chacota, que a Autonomia não é assim, que a nossa nunca foi assim! Nesta matéria, aliás, é meu elementar dever, prestar uma homenagem ao Dr. Mota Amaral, que já não tem nem estatura nem idade para ser patinho!

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, Ex.mo Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vergado à força imperiosa dos factos, o PSD reconheceu que estes documentos incorporam um assinalável montante financeiro. Mas isso parece entristecer alguma oposição. Tornou, na sua perspectiva, este debate sem história. Só vê divergência, dívidas e avales. E até crítica o betão, que lhe parece em demasia. E se há formação, é para iludir o emprego. E se há emprego, ainda não é suficientemente bem remunerado...

Poderiam, ao menos, os Srs. Deputados do PSD/Açores ter rentabilizado a sua excursão à Madeira, e ter perguntado aos seus companheiros (em vez de quererem anular, por alegada inconstitucionalidade, uma lei justa e boa para os Açores e para o País) quais as grandes linhas do orçamento madeirense para 2007?

Assim ficariam a saber que no Plano de Investimentos e Despesas da Administração da Madeira (PIDDAR) o betão consumirá 44% da verba inscrita; que o orçamento contará como receita com um empréstimo de 50 milhões de euros junto do BEI, que o Governo da República ainda terá de autorizar (se autorizar!); que as Despesas Correntes sobem 3,1%; que os cortes nas transferências para as Câmaras Municipais serão de cinco milhões de euros; que a previsão dos avales a conceder totaliza 390 milhões de euros, incluindo o que será dado a um clube de futebol para construção de um novo estádio. Que delícia seria, Sras. e Srs. Deputados, pôr as mãos e fazer uma investigação para alguns inquiridores trazer por casa?!

E, já agora, em Setembro de 2006 a taxa de desemprego na Madeira foi de 6,1%, o maior valor desde 1978, com 8.500 desempregados.

Como se vê, há exemplos que não queremos seguir! Mas alguma oposição já fez a sua opção de classe!

Sras. e Srs. Deputados:

Para a Maioria, este Plano e este Orçamento têm conteúdo e história. E farão História. Porque são, desde logo, a primeira materialização de duas vitórias dos Açores, que se repercutirão garantidamente por um período mínimo de sete anos. Que permitem e garantem a planificação dos nossos destinos colectivos, na senda do desenvolvimento e do bem-estar dos Açores e dos açorianos, pois possibilitam estabilidade e previsibilidade.

Depois, porque são documentos tecnicamente bem elaborados e que plasmam princípios de rigor e boa gestão, possibilitam o investimento infra-estrutural, a valorização dos recursos humanos e o reforço da coesão social.

De resto, o rigor e a transparência na gestão dos dinheiros públicos são apanágio reconhecido dos Governos Socialistas, reforçado aliás por inquéritos mesquinhos, em que alguns ainda pensam que a administração “marcha” como no seu tempo!

Sras. e Srs. Deputados:

O Orçamento para 2007, que o nosso Governo propõe a este Parlamento, para além de enformar do princípio do rigor, do equilíbrio financeiro e do endividamento zero – o que aliás não é absolutamente obrigatório, como se vê face àquilo que acontecerá na Madeira – à semelhança, aliás, do que acontece entre nós de há cinco anos a esta parte.

As despesas correntes diminuem em 5% relativamente a 2006, se exceptuarmos o reforço para o SRS, perfeitamente compreensível e necessário, pelos vistos até pela oposição.

O investimento público aumenta 15,9%, num total de 619,8 milhões de euros, constando destes 377,5 milhões no Plano de Investimentos. Há uma expressa preocupação, traduzida em comando normativo na Lei do Orçamento, com a redução das despesas de deslocações, estudos e assessorias, bem como com a aquisição de bens e serviços. O Plano, por sua vez, apresenta um acréscimo significativo na área vital das acessibilidades intra-regionais, consubstanciado em meios de transporte, aéreos e marítimos.

A desagregação espacial do Plano de Investimentos vai mais longe, e dá adequada expressão aos investimentos nas Ilhas da Coesão, sendo apenas 24% das despesas totais do Plano a parte não desagregada.

Como referimos já, a evolução fortemente positiva da previsão fundamentada da receita advém do reforço da verba a transferir, a título de solidariedade e coesão consagrada na nova fórmula da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no montante de 13,3 milhões de euros; por uma transferência extraordinária decorrente do reconhecimento da existência de um crédito relacionado com a errada interpretação da 1ª Lei de Finanças Regionais por parte dos sucessivos Governos da República, e cuja primeira parcela a transferir é de 14,9 milhões de euros.

Por sua vez, o valor previsto de receitas provenientes da União Europeia para 2007 ascende aos 167,6 milhões de euros, a serem executados pelo Governo Regional e demais entidades. Acrescente-se que o IV Período de Programação Financeira irá disponibilizar para os Açores verbas no montante global de 1.532 milhões de euros, o mesmo é dizer, uma variação absoluta e positiva de 311 milhões de euros, mais 25,4% do que o quadro comunitário ainda em vigor.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de educação, o Governo Regional, com a Proposta de Plano apresentada para o Sector, demonstra inequívoca e firme vontade de prosseguir as políticas arrojadas, inovadoras e muito substanciais que têm caracterizado a governação socialista.

Como bem referiram o Secretário Regional da Educação e Ciência e a Deputada Cláudia Cardoso, a Proposta de Plano que debatemos é, por isso mesmo e de forma intencional, uma proposta de continuidade no caminho certo, em betão e nas pessoas, apostando no aumento da oferta e qualidade em infra-estruturas e equipamentos escolares, na diversificação da oferta educativa potenciadora do sucesso e da livre escolha, bem como na formação do pessoal docente e não docente.

Ao nível da Habitação e Equipamentos, os documentos agora em análise contêm as dotações suficientes para a prossecução de uma política coerente e necessária ao nível

da habitação social, bem como da segurança das habitações e reabilitação dos centros históricos, com incentivos à sua ocupação por jovens.

A erradicação de barracas e habitações débeis em Rabo de Peixe, Bairro Joaquim Alves e Bairro da Terra-Chã prosseguirá ou iniciar-se-á.

A rede viária terá, no final desta Legislatura, em estradas novas e reabilitadas, uma extensão de 1.000 kms, dando bem conta do trabalho quantitativo e qualitativo feito nesta área.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Perpassam pelos documentos ora em análise um conjunto de medidas que visam continuar a promover a coesão como grande objectivo duma Região Marítima. É assim ao nível da majoração de apoios à habitação. Assim será com a construção do campo de golfe em S. Maria, bem como com a construção do núcleo de recreio náutico. Assim será na Graciosa com a construção da nova unidade hoteleira. Assim será em S. Jorge, com a construção do parque de campismo da Caldeira de Santo Cristo, com o núcleo de recreio náutico das Velas, já iniciado, com a nova aerogare do aeródromo de S. Jorge, em fase de conclusão. Com a segunda via de acesso ao porto das Velas e ampliação do seu terraplano, estando a ANA a concluir o projecto de ampliação da infra-estrutura aeroportuária desta ilha. Far-se-á ainda a electrificação das Fajãs de S. Jorge.

Assim será, sempre e ainda, nas Flores, com a construção da nova unidade hoteleira, inserida no complexo museológico da fábrica do Boqueirão. Também com a nova aerogare, núcleo de recreio náutico, consolidação da cabeça do molhe, construção do clube naval e de um pavilhão no porto das Lajes das Flores.

No Corvo, em cooperação com o respectivo Município, será construída uma zona balnear.

O Governo Regional prossegue assim, de forma coerente, uma política de discriminação positiva, de que aliás muito se orgulha, de desenvolvimento dos Açores todos. Felizmente não nos comovemos com teorias pretensamente científicas do grande centro que irradia riqueza, que são sempre, ao nível político, motores de

discriminação, de desunião e de erosão económica e política, da unidade açoriana e da nossa visão dos Açores.

Prosseguir-se-á a política de coesão social, consubstanciada na maior e mais diversificada rede de apoio, às novas e velhas debilidades e exclusões, que terá a sua maior expressão infra-estrutural com a construção dos lares de idosos da Lagoa, do Recolhimento de S. Gonçalo, das Lajes do Pico e das Lajes das Flores.

O lançamento do concurso de concepção/construção do novo hospital da Terceira, bem como das novas sedes dos Centros de Saúde da Graciosa e da Madalena do Pico ocorrerão a breve trecho. Prosseguirá igualmente o projecto de informatização do Serviço Regional de Saúde, essencial à modernização e melhor eficiência da sua gestão e da prestação dos cuidados de saúde, designadamente ao nível da redução de certas listas de espera que estão a ser neste momento trabalhadas.

Na agricultura, reforçar-se-á medidas de política tendentes ao aumento do rendimento dos agricultores, e de competitividade e sustentabilidade da actividade agrícola e pecuária, ao nível, designadamente, da modernização da estrutura fundiária, da mecanização agrícola, da beneficiação das acessibilidades e da valorização e certificação das produções, sem esquecer a diversificação da nossa base produtiva.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como se referiu já, o Governo está bem consciente da importância ecológica, económica e estratégica do nosso Mar.

Por isso mesmo criou um departamento com tutela sobre os assuntos do Ambiente e do Mar. Por isso mesmo tem tido posição destacada ao nível da contribuição para a definição da nova política europeia para o Mar. Tal visão, bem salientada pelo deputado Hélder Silva, será prosseguida e aprofundada, com ganhos económicos, políticos e identitários para os Açores.

Identidade que é uma forma particular de dizer cultura. O Governo Regional apostará fortemente em inovadores equipamentos culturais, revelando, para além do betão que é pressuposto, uma visão moderna, universalista e de qualidade, pois só ela valoriza e casa bem com o nosso particularismo atlântico.

Destacam-se assim o Centro de Arte Contemporânea, na Ribeira Grande, as Bibliotecas Públicas e Arquivos de Angra do Heroísmo e da Horta, a casa Armando

Côrte-Rodrigues e a Igreja do Colégio. Cresce, igual e significativamente neste Plano, a verba destinada ao fomento cultural.

De outras identidades se faz também a nossa identidade: universalista, tolerante, andarilha e aberta. Razões acrescidas para atentar numa política de inclusão para os cidadãos imigrantes, cuja presença nos enriquece e valoriza.

Por isso mesmo, os documentos em análise, não os esqueceram.

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, Ex.mo Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De novo, repetimos: este é um bom orçamento; este é um bom Plano. Na sua expressão concreta, nas vitórias políticas que os precederam e enformam, cujos reflexos serão positivamente sentidos nos próximos anos.

Por isso mesmo, o principal partido da oposição não quis discuti-los. Preferiu a balela da crise existencial. A discussão angustiada do “modelo”. A crítica impotente de quem fica de fora, a ver o desenvolvimento dos Açores passar. Foram por isso terríveis estes três dias para o PSD.

Chutou para o lado. Fez de virgem ofendida, cobrindo a honra banalizada com o leque exibicionista da comunicação social, numa intimidade de porta aberta.

Pela nossa parte, apresentaremos propostas de alteração, tendo em vista sobretudo o reforço de medidas que beneficiem os mais jovens.

E encararemos, de boa fé e com espírito construtivo, propostas de outros, que sejam coerentes e bem fundadas. Com humildade e sem invejas. Com a mesma segurança de quem sabe que, por imorredoiria vontade do povo soberano, estes documentos, e eventuais propostas de alteração, passam à esquerda...ou não passam.

Gostaríamos, por exemplo, que dentro da folga orçamental existente, o Governo continue a prosseguir uma política que traga um **raiozinho de socialismo** aos mais frágeis e àqueles que mais precisam, designadamente aos idosos e àqueles que se encontram em situação de doença. Em absoluta coerência com o nosso pioneirismo, ao propormos, mantermos, e actualizarmos o Complemento Regional de Pensão. Que fosse prosseguida, na decorrência do que se fez em 2004, uma actualização extraordinária dos apoios aos doentes deslocados.

Para nós, é a nossa justiça social! Mas não nos ofendemos que outros lhes chamem outra coisa, igualmente cristã. É que pelas obras é que se vêem os Homens e os Partidos.

Sempre com o optimismo e a esperança, a que também se pode chamar fé, na necessidade e possibilidade de transformar, sempre, o Mundo em algo melhor, mais solidário e mais fraterno.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados:

Uma vez mais o parlamento açoriano foi convocado para, no uso dos seus poderes, apreciar e votar as propostas do Governo de Orçamento e do Plano Regional Anual.

Desta vez as referentes ao ano 2007, as quais são apresentadas em execução da estratégia e do modelo de desenvolvimento plasmados no Programa do Governo e nas Orientações de Médio Prazo 2005/2008 sancionadas por esta Assembleia há cerca de um ano e meio.

A programação do investimento público que vamos aprovar, no seguimento do debate que me compete neste momento encerrar, insere-se, pois, na continuidade dos compromissos assumidos naqueles documentos e, anteriormente, perante os Açorianos, nas últimas eleições regionais.

O Orçamento e o Plano que apresentámos não são, assim, como depreciativamente o PSD os cataloga, um “saco azul”, mas, apenas e muito bem, mais um momento em que o Governo avança, com clareza e sentido das suas responsabilidades, no cumprimento do projecto sufragado por uma ampla maioria do povo açoriano.

Continuar a cumprir, a reformar, a inovar e a mudar para melhor é o que mais nos prende à acção de governar; pelo contrário, continuar a divergir, a desmerecer e a

enredar, sem qualquer nexó positivo com o interesse regional, é o que mais parece, infelizmente, preocupar o maior partido da oposição.

Pois bem, assim tem sido e assim, pelos vistos, será: o PSD a tentar fazer melhor o pior que pode fazer, e o Governo e o PS a procurarem fazer bem o muito que ainda há para ser feito. Eles querem continuar a ser diferentes, pois bem, então “eles que façam o seu pior, que nós continuaremos a fazer o nosso melhor”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Os investimentos públicos para 2007 decorrem, de igual modo, das novas possibilidades abertas até 2013, após negociações bem sucedidas para os Açores, pela nova Lei de Finanças Regionais e pelo novo quadro de referência estratégica dos fundos europeus.

Em ambos os casos, os Açores alcançaram importantes e tranquilizadoras vitórias, porque, por um lado, evidenciaram um reconhecido rigor na gestão das finanças públicas e a capacidade política e de persuasão suficiente e necessária, e, por outro, saldaram-se como a Região de todo o País com a melhor taxa de aproveitamento dos fundos comunitários que estiveram até agora ao seu dispor.

Em ambos os casos, os Açores ganharam porque os Açorianos e o seu Governo fizeram por isso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Com essas garantias previsionais os Açores podem, com uma revigorada estabilidade, prosseguir o caminho que têm vindo a fazer, de convergência com os níveis médios de riqueza nacionais e da União Europeia, aumentando o rendimento das famílias, vitalizando a iniciativa e a economia privadas e gerando mais e melhores empregos.

É isso que tem acontecido – e que provámos mais uma vez neste debate parlamentar – apesar da oposição continuar a negar o que é reconhecido por várias instituições idóneas.

E o que essas instituições, muitas delas externas à Região, dizem, é, claramente o seguinte:

- desde 1999 que crescemos mais que o País; no conjunto do período de 1996 a 2003, para os quais há dados publicados, crescemos mais que a União Europeia;

- temos mais 1600 empresas do que havia quando entrei para o Governo;

- entre 1995 e 2003 o rendimento disponível bruto e *per capita* das famílias evoluiu nos Açores a uma taxa de crescimento superior à nacional, e, enquanto chegámos, em 1999, a atingir 27.666 pessoas no chamado Rendimento Social de Inserção, em 2006 os beneficiários já são menos quase 10 mil, comprovando a melhoria geral da situação económica das famílias;

- em 1996 tínhamos menos de 90 mil pessoas empregadas e agora temos mais de 108 mil, com a taxa de desemprego mais baixa de todo o País.

Podemos, pois, reconhecendo sobraem ainda muitas dificuldades, encontrar motivos de satisfação e de justificada esperança nos progressos que entretanto alcançámos e, por isso, não nos assusta a violência enciumada e desregrada com que o maior partido da oposição nos ataca a toda a hora.

Por vezes, todavia, já não nos recordamos como recebemos os Açores em 1996.

Ora, recordar é viver. Convém lembrar, assim e por exemplo, que recebemos então uma Região à beira da falência e um Governo que não pagava aos fornecedores;...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Exagero!

O Orador: ... uma Região sem um único instrumento de planeamento na área ambiental ou um único escudo reservado a uma política de ciência e tecnologia, como se os Açores estivessem fora deste mundo; recebemos uma Região sem capacidade de criar novos empregos, sem a confiança dos empresários e com empresas a fechar em quase todos os sectores;...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É conclusivo, mas não é factual!

O Orador: ... uma Região, em 1996, com um serviço público de saúde, que o PSD agora tanto critica, mal instalado, mal equipado, com menos médicos, menos enfermeiros, menos consultas, menos cirurgias e menos, muito menos, Açorianos a recorrerem aos seus cuidados, o que em certas áreas nos coloca, neste momento, o problema das listas de espera que estamos a tentar reduzir fortemente ainda em 2007.

Uma Região que tinha, nessa altura (e já lá vão 10 anos), custos superiores aos actuais nas comunicações e nos transportes, e, apesar dos recentes aumentos, até os preços de energia eram superiores aos praticados actualmente; uma Região com um parque escolar em ruínas e 795 professores sem habilitação própria, quando agora temos o parque escolar mais recente do País e todos os professores com habilitação própria; com uma agricultura agonizante, de baixos índices de mecanização, e com a promessa de um turismo que, na realidade, tinha um grave problema – ou seja, não tinha turistas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Como pode, então, o PSD dizer o que diz sobre o Governo tendo feito o que fez e deixado o que deixou, e tendo como líder e como sombras e alternativas ao seu actual líder os mesmos que há dez anos iam dando cabo dos Açores, da vida e do futuro dos Açorianos?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A democracia em que vivemos nos Açores, pujante de liberdade, dá-lhes felizmente esse direito de tudo dizer, mas a realidade, essa, que todos afinal vemos, retira-lhes, felizmente, o mérito e a razão.

E mais teríamos conseguido, relativamente a outras regiões europeias, se, quando começámos, há dez anos, os nossos indicadores não fossem tão baixos e as nossas infra-estruturas tão insuficientes – na verdade, não só tivemos, e em alguns casos ainda temos, que dotar a Região de estruturas básicas para a dinamização da economia, como ainda tivemos, e também ainda temos, que fazer face a despesas extraordinariamente vultuosas em resultado de sucessivas calamidades naturais.

Efectivamente, desde que assumi a Presidência do Governo, a despesa na recuperação dos efeitos devastadores de múltiplas intempéries e da crise sísmica de 1998, ou, mais concretamente, na reposição de infra-estruturas habitacionais, rodoviárias, portuárias,

educacionais e de outros sistemas, bem como em subsídios compensatórios, consumiu cerca de 500 milhões de euros.

Sim, 500 milhões de euros!! Ou seja, gastámos, em refazer o que já tínhamos feito, um valor equivalente ao que daria, por exemplo, para, em cada uma das nossas nove ilhas – repito, em cada uma das nossas nove ilhas – construir 19 escolas com mais de 20 salas de aula, laboratórios e polidesportivos, nove hotéis de quatro estrelas e de média dimensão, 15 novos aerogeradores para produção de energia eólica, e ainda sobraria dinheiro para reabilitar em toda a Região 900 quilómetros de estradas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já são 900?!

O Orador: Dito de outra forma, foi como se, no período dos Planos de Médio Prazo 1997/2000 e 2001/2004, estivéssemos, durante dois anos, apenas e só a pagar os estragos sofridos.

Mas, pesando embora essas contrariedades, vencemos as adversidades e aqui estamos apresentando um Orçamento equilibrado e patenteando, nessa programação, como tem sido reconhecido pelas mais diversas instâncias, incluindo o Tribunal de Contas, o maior esforço de informação, de verdade e de transparência, quer no que se refere à origem e estrutura das receitas da Região quer no que toca à descrição e conexão estratégica dos investimentos.

Com estes investimentos, prosseguiremos na concretização do modelo de desenvolvimento: um modelo de desenvolvimento fundado no correcto aproveitamento dos nossos recursos, na modernização e na diversificação; no aumento da produtividade e da capacidade da economia gerar mais e melhores empregos; na generalização do paradigma da qualidade e na potenciação das nossas vantagens comparativas como região atlântica; na valorização das pessoas e na responsabilização dos cidadãos e das empresas; e visando, sempre, o aprofundamento e a sustentabilidade da Autonomia Política dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A estes propósitos estratégicos, a pretexto da melhoria do impacto do investimento governamental no Produto Interno Bruto e nos índices de convergência de riqueza,

num recente colóquio realizado nos Açores, com a cumplicidade concordante de antigos responsáveis pelas finanças regionais do tempo dos governos do PSD, parece ter sido reintroduzida uma velha moda, que advoga a aceleração da reprodutividade dos investimentos públicos, recomendando para o efeito a sua concentração nas áreas geográficas com maior potencial de criação de economias de escala – claro está, assim o disseram, sobretudo em S. Miguel e ainda mais na sua cidade mais populosa. Ontem mesmo, o PSD voltou a defender esse modelo de desenvolvimento neste Parlamento.

Quero, a esse respeito, tranquilizar os Açorianos, vivam eles nas Flores ou em Santa Maria, dizendo-lhes que não é esse o modelo estratégico de desenvolvimento que seguimos, que prosseguiremos em prol do bem comum, que não distinguimos os Açorianos entre os que são melhores e piores para as estatísticas do PIB e que não interpretamos o interesse regional como um indicador gerado numa parcela do território mas como um estágio progressivo de desenvolvimento em que devem ser beneficiários tendencialmente todos e não apenas alguns dos Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Também por isso – quer o PSD entenda reprodutivo ou não, quer o PSD diga ou não que não passa de “betão armado” – não deixaremos de fazer mais casas em Rabo de Peixe, não deixaremos de apoiar a construção do Espaço Cultural Multiusos do Corvo, não deixaremos de concluir a construção da Escola Secundária da Horta, não deixaremos de instalar a Pousada de Juventude no Convento de São Pedro de Alcântara no Pico, não deixaremos de construir um Hotel com a dimensão e a qualidade exigíveis na Graciosa, não deixaremos de iniciar a nova Via Rápida Angra/Praia, nem de concluir a reabilitação da ligação entre as duas vilas das Flores ou entre Santa Cruz e Cedros naquela ilha, e não deixaremos, também, por exemplo, de concretizar a construção do Núcleo de Recreio Náutico de Vila do Porto, em Santa Maria, ou, ainda, de lançar o processo da obra de ampliação e requalificação do Aeródromo de S. Jorge. Fiquem os Açorianos tranquilos: todos esses e outros

investimentos irão em frente, quer o PSD os apelide ou não de “desperdícios de milhões”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Todas as ilhas são, para nós, prioritárias, mas é justamente porque assim pensamos que elegemos prioridades entre sectores e não prioridades entre populações.

É nesse contexto que relevamos, entre os investimentos estratégicos para a nossa Região, todos os que acentuam a nossa relação vantajosa com as envolventes marítimas, encontrando aí um elemento de coerência, de potencialidades e de valorização da economia arquipelágica.

É com esse teor estratégico que devem ser entendidos grandes investimentos como os que vão arrancar em infra-estruturas portuárias, ligadas à pesca, em Vila Franca do Campo, em São Mateus, em Ponta Delgada das Flores ou na Fajã do Ouvidor, em São Jorge. É com esse mesmo sentido que defendemos a exploração sustentável dos recursos marinhos na nossa Zona Económica Exclusiva, que visamos o conhecimento e o incremento de pescarias com potencial mas ainda não exploradas comercialmente na nossa Região, que apoiaremos iniciativas de arranque da aquacultura, que continuaremos a apostar na investigação pesqueira e no apoio ao trabalho e à notoriedade na comunidade científica internacional do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, ou que temos vindo a falar da assunção pela Região de atribuições que estão hoje na esfera do IPTM.

Também devemos acentuar os nossos esforços na aquisição de outras competências no âmbito das actividades económicas ligadas ao mar, pelo que vamos investir na formação técnico-profissional de nível 2, 3 e 4, em áreas como a actividade marítimo-turística, os transportes marítimos ou a pesca, aproveitando a capacidade instalada na ilha do Faial numa parceria, que proporemos, da Escola Profissional da Horta, cujas instalações foram recentemente inauguradas, com a Escola Secundária, cujas instalações estão em construção, e com o DOP, cujas novas instalações vão começar a ser construídas.

É, igualmente, com esta linha de interesses estratégicos, que nos temos envolvido no debate sobre o futuro da Política Marítima Europeia, em que destacamos, a par da necessidade de aumentar o nosso conhecimento sobre os mares e os oceanos, a necessidade de assumir o grande espaço atlântico como fronteira ocidental da União Europeia e via intercontinental e as implicações sucedâneas em domínios como o tráfego marítimo internacional, o controlo de fronteiras marítimas, o controlo de acidentes, o combate ao tráfego de droga e a gestão de proximidade em todos os aspectos fiscalizadores e precaucionários.

Com o mesmo raciocínio, devem ser considerados outros importantíssimos investimentos nas cinco cidades açorianas: menciono aqui as obras de reordenamento do porto comercial de S. Miguel, projecto denominado Portas do Mar, que englobarão a área de cais de cruzeiros e de passageiros, o aumento da capacidade da marina, o ambicionado pavilhão de exposições de Ponta Delgada, espaços de uma cuidada qualidade vocacionados para o lazer, o comércio e a fruição cultural, reorientando a cidade para o mar; relembro a conclusão do Projecto Integrado da Baía de Angra; evidencio a remodelação e ampliação da Marginal da Praia da Vitória e do Parque Turístico e Ambiental do Paul, em cooperação com a autarquia local, tal como outra obra que vai arrancar também em parceria com a Câmara Municipal respectiva, respeitante à valorização da orla costeira da cidade da Ribeira Grande e construção da primeira fase da Avenida Marginal. E também, tenho o gosto de anunciar, o lançamento, em 2007, do concurso para a primeira fase da obra de reordenamento do porto e da requalificação do litoral da cidade da Horta, que, no seu conjunto, melhorará a zona das pescas aumentando a área linear de cais, que incluirá a construção de um novo molhe acostável para o embarque e desembarque de passageiros, construído a partir da zona da freguesia da Conceição, onde se situará um terrapleno, libertando a Praça Manuel de Arriaga das suas congestionadas funções, ampliando para cerca do dobro da capacidade actual Marina, construindo a nova instalação do Clube Naval e alindando significativamente a Avenida Marginal. Estes investimentos, é preciso que se diga, nada têm a ver com caprichos exibicionistas do Governo e tudo têm a ver com carências estruturais nesses sectores do nosso desenvolvimento como região marítima.

Tenho pena, muita pena, que a inveja cegue o PSD, a tal ponto de se excluir do mérito e da existência desses empreendimentos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Referimos, no decurso destes três dias de discussão, outras áreas, que destacámos e daremos a necessária ênfase nas acções e medidas governativas, no âmbito da nova geração de políticas que temos vindo a empreender.

Não abrandaremos, naturalmente, as nossas atenções nos domínios da evolução demográfica, da segurança e do apoio social, da melhoria dos serviços aos cidadãos na administração pública, cuja modernização prosseguirá, do incremento cultural e defesa do nosso património, ou da eliminação dos pontos negros da nossa cadeia ambiental.

Todavia, quero salientar, entre outros, todos os aspectos relacionados com o reforço das condições de atracção de investimento externo em áreas, já diagnosticadas, que vão desde o sector energético à prestação de serviços sociais; também iremos assegurar, em 2007, a melhoria dos estímulos ao investimento privado com a aprovação de novos sistemas de incentivos, a apresentação para discussão pública de um Plano Estratégico de Aliações de Participações no Sector Público Empresarial, o reforço dos montantes financeiros afectos ao investimento privado no sector agrícola e à produção e transformação agro-alimentar, e em factores competitivos, como são as comunicações, as quais ainda revelam défices em acessibilidade e qualidade que importam ultrapassar.

Como temos dito, porém, o investimento na qualificação dos nossos recursos humanos continua a ser a referência matricial das nossas prioridades, pelo que a qualidade do ambiente escolar e a adequação às necessidades dos dispositivos de formação profissional estarão, mais uma vez, na ordem do dia do Governo dos Açores.

A Educação terá, pois, especial importância, destacando-se o apoio específico aos imigrantes nos Açores, a conclusão da rede de escolas básicas de proximidade em

zonas rurais, com a construção das escolas de Ponta Garça e São Sebastião, a redução das situações de funcionamento em desdobramento, com a construção da escola de Rabo de Peixe, a já mencionada reforma global da rede da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e a expansão do projecto “Escolas Digitais”, que visa dotá-las de tecnologias de ponta que permitam tirar partido da disponibilidade de conteúdos e de técnicas assentes no uso das redes e ferramentas informáticas.

Com este Plano para 2007, que esta Assembleia vai aprovar, intensifica-se, porém, uma nova geração de políticas públicas para a empregabilidade e a produtividade.

Ao longo dos últimos dez anos o investimento na qualificação foi, como todos o reconhecem, bem e especialmente orientado para a formação inicial de milhares de jovens que, entretanto, entraram no mundo do trabalho. Neste período, aumentámos em 1.500% o número de jovens em formação e diminuámos o desemprego, o qual há 36 meses está abaixo dos 5% e actualmente é de 3,3%.

Agora, com quase 110 mil trabalhadores, em que cerca de metade tem menos de 30 anos, queremos juntar às políticas de formação inicial as que confirmam centralidade ao profissionalismo dos activos e à valorização do trabalho, quer no sector público quer no privado, trabalhando, para esses efeitos, mais articuladamente com as empresas. Aprovei, assim, a duplicação das verbas iniciais para o Fundo Social Europeu no próximo Quadro Comunitário de Apoio, permitindo a adequada provisão desta prioridade.

Entre outras medidas, daremos continuidade à qualificação dos jovens, mas introduzindo alternativas ao ensino superior através de Cursos de Especialização Tecnológica. Teremos seis mil jovens por ano a frequentar acções de formação inicial, mas queremos cinco mil trabalhadores em acções de formação pós-laboral, avançando na certificação, reconhecimento e valorização das competências adquiridas pelos trabalhadores.

Também em 2007 iniciaremos o apoio ao diagnóstico estratégico das empresas, através do qual se poderão detectar os seus pontos fracos e fortes, mas do qual deverão emergir os planos de formação dos seus recursos humanos. Queremos 80% dos desempregados, todos os jovens e 50% dos empregados a ter formação básica em Tecnologias de Informação e Comunicação. Vamos ter jovens licenciados a

prosseguir a sua especialização apoiada em meio empresarial e, preferencialmente, nas ilhas mais pequenas e com economias mais frágeis.

Com tudo isso esperamos contribuir para o acelerar dos processos de modernização e de eficiências do tecido produtivo, para o emprego qualificado e por isso melhor remunerado, para a aprendizagem ao longo da vida e, em suma, para a maior sustentabilidade do desenvolvimento açoriano.

Sr. Presidente da Assembleia:

Estão, o Governo e, como acabou de ser afirmado pelo senhor deputado Francisco Coelho, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, disponíveis para acolher – aliás como sempre – novos contributos para a política governativa. Desta vez, tratam-se dos documentos relativos ao Orçamento e Plano de Investimentos para 2007, circunstância em que o provaremos considerando positivamente o que nos é proposto com preocupações sérias e suporte adequado, como julgamos acontecer com as propostas do Partido Popular, e reprovando o que nos é proposto, intencionalmente, para ser, e bem, rejeitado, tal a demagogia, a insensatez e a irresponsabilidade evidenciadas.

Termino, Sras. e Srs. Deputados, esta intervenção final, com um renovado optimismo.

Verificámos que estamos no caminho certo, mas é certo que a humildade deverá ser sempre a nossa companheira, incutindo-nos a consideração permanente de outras opiniões e a coragem e a lucidez necessárias para reconhecer e emendar os erros.

Aos Açorianos, inclusive àqueles que vivem noutros lugares do Mundo, quero garantir que cada dia que passa é mais um dia em que trabalhamos para uns Açores mais prósperos, mais justos e com mais oportunidades para todos e com especial preocupação com os nossos jovens.

Vamos então continuar, porque estamos a conseguir!

Muito obrigado.

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Terminadas as declarações finais, vamos proceder à votação na generalidade do Plano para 2007.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Regional Anual para 2007, foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 19 votos contra do PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Agradecia que me ajudassem, designadamente quem apresentou propostas de alteração.

Agradecia também aos presidentes das comissões que estivessem atentos à votação para depois não haver problemas.

Eu tenho indicação de que do Programa 1 até ao 12, por parte do PSD não existem propostas de alteração, por parte do PS existem propostas de alteração para os programas 1, 3 e 5.

Está aberto o debate para o Programa 1, que diz respeito à construção da nova Escola Básica e Secundária das Lajes do Pico.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração para o Programa 1 visa essencialmente alterar a designação das duas acções que aí estão previstas para o 1.1.11 e 1.1.22. Qualquer uma dessas acções é só a nível da descrição da acção. Tem a ver com os objectivos que o Governo tem para duas escolas, uma nas Lajes do Pico e outra na cidade da Ribeira Grande.

Não há qualquer alteração orçamental, só de designação da acção, porque tem um sentido completamente diferente do que estava no Plano.

Presidente: Vamos votar em primeiro lugar esta proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o Programa 1.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar a parte restante do Programa 1.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 2.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 3.

Para este programa existe uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(*) **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista visa, pelo facto de ter sido criado recentemente a Direcção Regional da Juventude, e atendendo ao seu âmbito de intervenção através dos seus programas à mobilidade juvenil e a sua proximidade junto do associativismo juvenil e aos jovens açorianos, a criação de uma rubrica que permita, em articulação com a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, uma política de prevenção primária no âmbito das toxicodependências.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar a parte restante do Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte restante do Programa 3 foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/P e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 5.

Para este programa existe uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar a câmara que o que se passou relativamente ao Programa 5 é que na acção 5.1.9, “Apoio à construção dos pavilhões desportivos de clubes”, decidiu-se alargar o âmbito, retirando a exclusividade do apoio a clubes e reforçando a dotação em 150 mil euros.

Presidente: Vamos votar esta proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar a parte restante do Programa 5.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte restante do Programa 5 foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos à votação do Programa 6.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos aos Programas 7 e 8.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 7 e 8 foram aprovados com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 9.

Para este programa existe uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Trata-se de um reforço em cerca de 50% da verba que estava adstrita a este programa, porque consideramos que a mesma é fundamental no sentido de assegurar o melhor futuro para o sector agrícola, designadamente permitindo aumentos de eficiência, por isso propomos esse aumento de 50% na verba destinada a este programa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta e aproveita a oportunidade, por uma questão de economia processual óbvia ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Tudo ao molhe e fé em Deus!

O Orador: Exactamente: tudo ao molhe e fé em Deus! Porque o PSD merece e sai mais barato em termos de economia processual.

O PSD apresentou, como muito bem foi referido pelo Sr. Presidente do Governo no debate final de encerramento da discussão deste Plano e Orçamento, um conjunto de propostas que são, desde logo, incoerentes e de má fé.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Má fé, são as vossas propostas!

O Orador: São incoerentes porque não se percebe, nem se aceita que quem começa por rejeitar todos os documentos que são apresentados, depois lhes queira introduzir propostas de alteração.

São incoerentes em muitos dos sentidos daquilo que apresenta. Senão, veja-se:

Ao nível da saúde, por exemplo, o PSD durante este debate começou por, sobretudo, acusar o Governo Regional de ter nesta área um enorme desperdício.

Nunca teve a coragem nem a lisura, e todos nós sabemos bem porquê, de dizer onde...

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... porque o PSD quer “sol na eira e chuva no nabal”.

Havemos de convir que, mesmo para quem não teve nem essa coragem, nem essa lisura democrática, é absolutamente incoerente dizer que há desperdício e, afinal, vir, pelos vistos e alegadamente, compactuar com esse desperdício e querer, usando uma linguagem tão querida, tão badalada e sempre repetida pelo principal partido da oposição, “deitar milhões para cima dos problemas”, com a pretensa generosidade, parecendo querer comprar algumas corporações, nós não vamos por aí. Nós vamos pelas reformas que têm que ser feitas e é, aliás, muito paradigmático esta demagógica alteração proposta ao nível do reforço das verbas da despesa corrente para a saúde.

É este, aliás, o espírito que enforma o conjunto das propostas de alteração do PSD. Elas são apresentadas com o único fito de serem rejeitadas, do PSD ter mais uma oportunidade para se fazer de vítima.

Para poupar argumentos, nós, desta vez, vamos fazer a vontade do PSD. Vamos rejeitá-las mesmo!

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Só desta vez?! Não tem havido?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Desta vez? Sempre! Não fazem outra coisa!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não somos vítimas, quanto muito estamos indignados com muito daquilo que se vai passando e com muitas das palavras que vão sendo ditas nesta casa.

Vítimas, não somos! Não gostamos de fazer o papel de vítimas!

Aproveitando um pouco daquilo que o Sr. Deputado Francisco Coelho aqui fez, que foi falar globalmente deste conjunto de propostas, também acho que faz mais sentido, Sr. Presidente e se me permite fá-lo-ia da mesma forma, explicar a lógica e filosofia do que fizemos aqui.

Já sabíamos perfeitamente da argumentação que os senhores iam utilizar. Aliás, isso ficou presente nos discursos, quer do Sr. Deputado Francisco Coelho, quer do Sr. Presidente do Governo, que se preparavam para fazer qualquer coisa, designadamente chegar aqui e dizer, no fundo, as palavras que o Sr. Deputado Francisco Coelho acabou de dizer: falta de fundamentação das propostas, etc., etc. Já ouvimos isso tudo.

Interessante é que, realmente olhando para os diversos programas e para todo o Plano, designadamente dois, que no fundo acabam por libertar um conjunto de verbas que depois sustentam um conjunto de reforços em programas que consideramos essenciais, mas especificamente em dois, os senhores querem que aprovemos um Programa 11.2.14, que nos diz qualquer coisa assim:

“Programa Regional de requalificação e ampliação dos portos de pesca, 8 milhões de euros ao abrigo de um contrato programa com a LOTAÇOR”.

Nós vamos aprovar 8 milhões de euros para isto? Não sabemos sequer o que é que ele contém!

Da mesma forma, no Programa 23.3.1, SPRHI,SA (engraçado que é sempre com Sociedades Anónimas) – contratos-programas, rede viária. Transferências orçamentais para a SPRHI, nos termos dos contratos-programa celebrados com a RAA.

Mais uma vez? Não sabemos o que é que consta de qualquer um destes dois programas! Daí que tenhamos decidido, relativamente a esses programas, ficarem dotados com verbas mínimas e aplicá-los em áreas que consideramos que devem ser privilegiadas, que devem merecer outra consideração por parte do Governo Regional, porque são essas que consideramos que poderão dar sinais para uma nova abordagem do desenvolvimento da Região.

Segunda questão, e agora relativamente às palavras do Sr. Deputado Francisco Coelho e uma vez que isso não transparece do Plano, mas transparece no Orçamento: Nós decidimos, e bem, e não é atirar dinheiro, considerar também a afectação de uma verba de 22 milhões e 600 mil euros, que será destinada a reforçar as transferências para o Serviço Regional de Saúde.

Por acaso, é extremamente interessante verificar que o Governo chegou à conclusão, embora depois andasse a navegar entre os 31 e os 33, no final deste ano reforçá-la em 33 milhões de euros.

Não é atirar dinheiro. Trata-se de pôr lá o dinheiro que evite a situação vergonhosa de termos os gestores hospitalares a serem julgados. Portanto, não é atirar dinheiro. É repor a verdade! Pura e simplesmente, repor a verdade, porque os orçamentos do Serviço Regional de Saúde têm sido uma mentira ao longo destes anos. Então assumam-se a verdade e é exclusivamente aquilo que fazemos.

Portanto, é retirar daquilo que não conhecemos, não sabemos o que é que lá se passa, e afectar a reposição da verdade no sector da saúde e num conjunto de matérias que consideramos fundamentais para o desenvolvimento da Região, às quais os senhores parecem dar pouca importância. Nós atribuímos extrema importância a essas áreas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito bem, Srs. Deputados.

O Sr. Deputado António Marinho já sintetizou o fundamento das propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas questões sobre estas propostas e as suas consequências.

A redução de 7 milhões nos contratos-programa com a LOTAÇOR, Portos de Pesca, implica automaticamente a não realização das obras referentes ao novo porto de pescas de Vila Franca do Campo, ao novo porto de pescas de São Mateus, ao novo porto de pescas de Ponta Delgada, nas Flores, e ao novo porto de pescas da Fajã do Ouvidor, em São Jorge.

É esta a consequência lógica desta proposta, é esta a intenção do PSD com esta proposta.

Deputado António Marinho (*PSD*): Ela aparece porque o senhor não pôs isso aqui. Em todas estas páginas o senhor não teve coragem de pôr!

O Orador: Segundo aspecto: a redução de 10 milhões no contrato programa com a SPRHISA inviabiliza automaticamente o início, em 2007, da obra de reabilitação da via Vitorino Nemésio entre Angra e Praia da Vitória. É para isso que estão aqui os 10 milhões. É essa a consequência das vossas propostas.

Que todos os açorianos saibam que hoje, aqui, o PSD propôs não construir o porto de pescas de Vila Franca do Campo, não construir o porto de pescas de São Mateus,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... não construir o porto de pescas de Ponta Delgada, nas Flores, não construir o porto de pesca da Fajã do Ouvidor, e mais grave do que isso, mostrou incoerência total com o que afirmou aqui durante os dias anteriores, propõe aqui não se realizar em 2007 a reabilitação da via rápida Angra/Praia.

Mas a incoerência ainda é maior, e é maior porquê?

Porque ouvimos falar durante alguns dias, nesta casa, que o Governo Regional utilizava as Sociedades Anónimas para desorçamentar. Nós estamos aqui, com este Plano, a incluir no Orçamento da Região e a dotar através do Orçamento da Região,

na íntegra, os meios financeiros para a LOTAÇOR e a SPRHI fazerem estas obras na íntegra.

O que os senhores vêm aqui dizer é que não. O que querem é desorçamentar, o que querem é que essas empresas e essas sociedades não tenham os meios necessários para fazer essas obras.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

O Orador: A terceira incoerência, que é a mais grave, é que esta proposta (não repararam!) afecta indirectamente o equilíbrio orçamental, porque sendo estas 4 obras no montante de 18 milhões de euros, comparticipadas por Fundos Comunitários, ao serem retiradas daqui, automaticamente, estão a reduzir (e não apontaram essa consequência) 85% de Fundos Comunitários na receita derivados dessa execução.

Por isso, digo-vos, esta proposta tecnicamente não pode ser aceite, porque na prática implica um desequilíbrio orçamental.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A única questão para a qual sou motivado agora a fazer esta pequena intervenção vem na sequência das últimas palavras do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Eu acho que ele disse tudo e mostrou a transparência que está subjacente a este diploma ou a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que é o Plano para 2007, que foi aprovado apenas com o nosso voto contra.

Transparência porquê?

E são os sacos azuis, de que nós falávamos, porquê?

Porque aquilo que o Sr. Vice-Presidente acaba de dizer é que no Programa Regional de Qualificação e Ampliação dos Portos de Pesca há um contrato programa com a

LOTAÇOR, e nesta centena e tal de páginas (não sei exactamente quantas são) deste Plano, não aparece rigorosamente mais nada.

A mesma coisa acontece com o 23.3.1, relativamente à qual não é feita mais nenhuma referência à excepção de contratos-programa, rede viária, transferências orçamentais para a SPRHI nos termos dos contratos-programa celebrados para a Região Autónoma dos Açores.

Nós estamos aqui a aprovar uma coisa que não sabemos o que é.

Consequentemente, todas as palavras do Sr. Vice-Presidente são falácia, apenas falácia e mais nada do que falácia. Quer que aprovemos sacos azuis, potenciais sacos azuis, que estão aqui. Isso nós não fazemos, por isso decidimos retirá-los, apenas isso, e destinar as verbas correspondentes em áreas perfeitamente identificadas e às quais atribuímos uma importância determinante para o desenvolvimento da Região. É só isto e mais nada!

Quanto ao resto, “palavras leva-as o vento”!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu estava me preparando para ficar em sossego neste debate, mas na sequência da intervenção do Sr. Deputado António Marinho não o posso fazer, porque se bem percebi da sua primeira intervenção, e confirmei agora na segunda, o Sr. Deputado António Marinho teve 3 dias de debate, estamos nas votações e só agora, encerrado o debate, é que o Sr. Deputado António Marinho tem dúvidas existenciais e resolve questionar.

Pergunto-lhe: se não sabia, por que é que não perguntou, Sr. Deputado?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quantas perguntas ficaram sem resposta?

Dezenas!

À minha parte foram 4!

O Orador: Foram 3 dias de debate!

Está plasmado no Orçamento para que é, qual a transferência que é feita e para que sociedade!

O Sr. Deputado não se preocupou com isto. Estava a jogar no “Euromilhões” e preocupado com o “ackpot”.

Agora é que resolve dar de barato, porque não vê a comunicação social, porque não sabe quais são as obras anunciadas pela SPRHI, não sabe quais são os portos anunciados e que foram elencados em diversas intervenções neste Parlamento.

Sr. Deputado, desculpe que lhe diga, mas isso é mais uma prova de que essas propostas de alteração não são efectivamente sérias, são lançadas para provocar um debate extemporâneo e gratuito.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas questões muito rápidas.

Primeira: quanto às dúvidas ou às certezas, eu penso que na intervenção inicial que tive oportunidade de fazer, referi-as completamente.

Segunda: quanto ao esclarecimento de dúvidas, que eventualmente até poderiam ter sido retiradas em sede de comissão, porque na altura das audições os Srs. Membros do Governo estiveram presentes, só queria aqui recordar que o Sr. Vice-Presidente do Governo, pelo segundo ano consecutivo, na apresentação dos dois documentos de maior importância para a Região e para o seu desenvolvimento, não se dignou comparecer junto da Comissão de Economia.

É lamentável para não utilizar nenhum outro objectivo talvez mais forte.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD para o Programa 9.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 19 votos a favor do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 9.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos à votação do Programa 10.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 11.

Para este programa há uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 19 votos a favor do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 11.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 12.

Para este programa há uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 19 votos a favor do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o Programa 12.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 13.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 14.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 15.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos ao Programa 16, para o qual existe uma proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar parte restante do Programa 16.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte restante do Programa 16 foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 17.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 18.

Para este programa existe uma proposta de alteração apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Tomé.

(*) **Deputado Nuno Tomé (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista consiste na criação de uma nova acção, denominada “Programa Jovens ao Centro”. Vem na sequência de uma proposta apresentada nesta Assembleia pelo nosso Grupo Parlamentar, uma proposta por demais conhecida.

Creio que configura a vontade que há nesta nova geração de política de habitação e, tal como foi referido pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos nesta casa, começa a ser levada a efeito.

É uma verba que pretende a aplicação e a implementação desse programa de uma forma cautelosa e acompanhada, tal como consta do próprio diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o Programa 18 foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Votemos a parte restante do Programa 18.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte restante do Programa 18 foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 19.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 19 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Chamo a atenção dos Srs. Deputados, que neste diploma não temos Programa 20.

Programa 21. Temos uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o Programa 21.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 22.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Para o Programa 23 há uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 19 votos a favor do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o Programa 23.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programas 24 e 25.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 24 e 25 foram aprovados com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Para o Programa 26 há uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o Programa 26.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 28.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Programa 30.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: O Sr. Presidente do Governo pede a palavra para...?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): É para defesa da honra.

Presidente: Faça favor.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu uso a figura da defesa da honra porque é aquela que está disponível para poder falar.

Nesse sentido, queria solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia que no mais curto espaço de tempo possível possa distribuir cópia, às senhoras e aos senhores Deputados, da convocatória que foi dirigida aos membros do Governo Regional para audição nas Comissões Parlamentares sobre as Propostas de Plano e Orçamento para 2007, para se verificar quais os membros do Governo que foram convocados para

esse efeito e se algum membro do governo não compareceu a essas convocatórias nas diversas comissões, na sequência da observações feita pelo Sr. Deputado António Marinho, que evidentemente também não pode conhecer em detalhe esse pormenor prévio.

Para abreviar a procura dos serviços administrativos, informo que esse ofício é datado do dia 24 de Outubro e assinado pelo Chefe de Gabinete de V. Exa. Teria por isso muito gosto em que as Sras. e Srs. Deputados conhecessem o teor desse ofício.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD solicitava que o Sr. Presidente fizesse chegar aos membros do Governo, designadamente ao Sr. Presidente do Governo, os relatórios das audições das Comissões para se demonstrar se, de facto, o Sr. Vice-Presidente do Governo, responsável pela pasta das finanças, compareceu a alguma das reuniões de apresentação do Plano e Orçamento.

Presidente: A Mesa dará seguimento ao solicitado.

Vamos passar à votação final global da Proposta de Plano para 2007.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Regional Anual para 2007, foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Passamos à votação na generalidade do Orçamento.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Orçamento Regional anual para 2007, foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do Deputado Independente e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Srs. Deputados, passamos à votação na especialidade.

As propostas apresentadas pelo Partido Social Democrata, naturalmente que estão prejudicadas, uma vez que foram rejeitadas as alterações ao Plano e elas eram consequência dessas alterações.

As do Partido Socialista integram-se nas alterações que foram aprovadas há pouco ao nível do Plano.

Ao votarmos os artigos – e chamo a vossa atenção para isso – aprovamos também os respectivos mapas que constam do artigo 1º do Mapa I até ao 8º e depois o Mapa IX e consequentemente as alterações que decorrem daquelas que foram aprovadas há pouco.

Eu creio que está absolutamente claro. Ninguém tem dúvidas.

Passamos à votação.

Artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigos 3º, 4º e 5º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigos 6º, 7º e 8º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 9º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigos 11º e 12º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 11º e 12º foram aprovados com 31 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 1 abstenção do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 13º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 13º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 14º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 14º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 15º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 15º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 16º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 16º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 contra do Deputado Independente e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 17º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 17º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 18º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 18º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 19º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 19º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 20º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 20º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 21º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 21º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 22º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 22º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigos 23º e 24º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 25º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 25º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto contra do CDS/PP, 1 voto contra do Deputado Independente e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Artigos 25º e 26º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2007, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Orçamento Regional Anual para 2007 foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do Deputado Independente e 1 abstenção do CDS/PP.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, acabámos de aprovar os dois instrumentos legislativos para o ano de 2007. Fica assim o Governo dotado das condições económicas e financeiras para funcionar.

Peço à Comissão de Economia e à Comissão de redacção que proceda à revisão final, naturalmente e como é costume, com todo o cuidado e diligência.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se me é permitido, apenas para fazer uma breve declaração de voto, dizendo que abstive-me na votação do Plano por considerar que obviamente não tem nada de chocante e que o Governo com a sua maioria tem legitimidade para fazer as suas opções em termos das obras e dos projectos que pretende desenvolver, de acordo com o seu programa.

Outra coisa bem diferente tem o Orçamento que aqui foi aprovado. À força da maioria foi aprovado um orçamento que tem três razões simples, mas preocupantes para o futuro da Região.

Em primeiro lugar, uma família que gasta em luz e água todo o seu ordenado de certeza que tem de repensar a sua vida. Assim, é no Orçamento. As receitas próprias não dão para as despesas correntes da Região. Ou seja, gasta-se mais do que aquilo que se ganha. Este Governo gasta a gerir mais do que aquilo que os açorianos conseguem produzir.

Portanto, como deputado de direita, independente, não posso concordar com essa prática.

Em segundo lugar, as despesas com pessoal ainda não começaram a diminuir ao fim de 10 anos de poder socialista. Este objectivo ainda não está atingido.

Pior do que isso, agora proliferam por aí Sociedades Anónimas e descontroladas por este Orçamento com dezenas de ordenados de milhares de contos.

A direita não pode concordar que enquanto o povo aperta o cinto estejam constantemente a ser criados lugares de luxo para funções completamente dispensáveis.

Em terceiro e último lugar, o endividamento. O endividamento continua a aumentar. Ainda não se pagou um tanto que se deve, mas mesmo assim o Governo,

levianamente, deve ser-lhe permitido endividar-se em mais 90 milhões, quando o país caminha no sentido contrário. A direita não pode compactuar com um orçamento que hipoteca o nosso futuro, obrigando-nos a continuar a viver de mão estendida sem honra nem glória.

Gasta-se mais do que aquilo que se tem, muita gente a administrar e pouca a trabalhar, muito endividamento. Três razões que não permitem outra solução que não seja votar contra este diploma.

Presidente: Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite.

Eram 21 horas e 50 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Luís Paulo de Serpa Alves

Maria Fernanda da Silva Mendes

Osório Meneses da Silva

Partido Social Democrata (PSD)

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Pedro António de Bettencourt Gomes

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

() Texto não revisto pelo orador*

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco